



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE,
REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2010.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Pedimos a gentileza de ocuparem seus lugares, desligarem seus telefones celulares ou os manterem em módulo de silêncio, por favor.

Damos início ao segundo dia do Seminário Internacional de Educação e Meio Ambiente, uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo/CNC-SESC-SENAC.

Gostaríamos de convidar, para compor a Mesa de trabalhos, a Exma. Sra. Senadora Fátima Cleide, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, ela será a moderadora do primeiro painel.

E, ainda, para compor a primeira Mesa, que tem como tema: “Ação Governamental - Experiência Nacional e Prática Curricular”, o Sr. Washington Novaes, ele é jornalista especializado em meio ambiente e colunista do Jornal “O Estado de São Paulo”; a Sra. Rachel Trajber, Coordenadora-Geral de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação; o Sr. Leopoldo Brandão, Consultor da Presidência do Conselho Nacional do SESC; o Sr. Luiz Carlos de Menezes, Professor e Especialista em Educação; e, ainda, a Sra. Andrea Paula de Carestiatto Costa, Especialista em Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

Senhoras e senhores, a Exma. Sra. Senadora Fátima Cleide, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal passará a conduzir os trabalhos desta Mesa. Com a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom dia a todos. Nós queremos, de antemão, agradecer aos nossos palestrantes desta manhã, e imediatamente passar a palavra, a dinâmica dos nossos trabalhos tem uma previsão de até 30 minutos para exposição de cada um, a previsão de tempo é de que até as 11 horas nós possamos ouvir os expositores e em seguida nós abriremos para o debate. No debate, por uma questão organizacional, nós teremos um tempo para que cada debatedor possa fazer as suas colocações, os seus questionamentos, de modo que, às 12 horas, nós possamos encerrar esta Mesa da manhã, irmos para o almoço e à tarde termos, então, duas Mesas na tarde de hoje.

Eu passarei a palavra, imediatamente, para o jornalista Washington Novaes, que é jornalista especializado em meio ambiente e colunista do Jornal “O Estado de São Paulo”, já agradecendo a sua disposição de contribuir com o Seminário Educação e Meio Ambiente.

SR. WASHINGTON NOVAES: Bom dia. Eu agradeço muito honrado o convite para estar aqui, hoje, neste Seminário Internacional de Educação Ambiental, para debater tema tão relevante. Mas inicialmente eu quero esclarecer, eu não sou jornalista especializado em meio ambiente, eu sou apenas jornalista há 54 anos, e se trato com uma certa frequência dos temas chamados de ambientais é por entender que é praticamente impossível tratar de qualquer questão, seja na economia, na política, no social, ou no cultural, sem tratar também dos impactos que a ação humana em todas essas áreas têm sobre o meio ambiente.

Também não vou me deter aqui diante de pessoas tão qualificadas nos mais recentes relatórios sobre a situação do nosso planeta na chamada área ambiental, e que foram debatidos exaustivamente na recente Reunião da Convenção da Diversidade Biológica, em Nagoya, no Japão. Basta lembrar alguns pontos: já estamos consumindo recursos naturais muito além da capacidade de reposição da biosfera terrestre. No ritmo atual, em poucas décadas, precisaríamos de pelo menos mais um planeta para suprir esses recursos, e os prejuízos na área da biodiversidade, segundo os relatórios do programa das Nações Unidas, do *Global Footprint*, tem ficado entre US\$ 2 e 4 trilhões anuais.

Então, nós podemos ficar apenas com a frase que o ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, tem repetido e repetido: “Mudanças climáticas e consumo de recursos naturais além da capacidade de reposição da biosfera terrestre, são os mais graves problemas de hoje no mundo, eles ameaçam a sobrevivência da espécie humana”. São muito graves essas palavras ditas por um diplomata competente e experiente como Kofi Annan, ameaçam a sobrevivência da espécie humana. Isso quer dizer que nós vivemos uma crise do padrão civilizatório, os nossos modos de viver são inadequados, são incompatíveis com as possibilidades, com os limites do nosso planeta. Estamos vivendo formatos que colocam a nossa vida e a das novas e futuras gerações em risco.

E se é assim tudo terá que mudar: os nossos padrões de construção, de energia, de transporte, de produção de alimentos, de geração de resíduos, nossos modos de viver em aglomerações, tudo. E como se fará isso sem reeducar a sociedade? Não se trata apenas de ensinar as crianças nas escolas umas poucas noções rudimentares sobre a água ou sobre o lixo, será necessária uma revolução, e uma revolução radical que deixe de lado a ideia de que tudo se resume a cuidar bem das árvores e dos pássaros, que as chamadas questões ambientais nada têm a ver com a economia, a política, a administração pública, as questões culturais e sociais. Será preciso partir da evidência de que o meio ambiente está em tudo, tudo que o ser humano faz gera impactos sobre o meio ambiente, sobre o ar que respiramos, sobre a água, sobre o solo e os outros seres vivos, inclusive os que nos alimentam.

O meio ambiente não está separado de nada, e nenhuma questão deveria ser examinada sem considerar os impactos que gera sobre o meio ambiente. Então um processo competente de educação ambiental começa por avaliar todos esses impactos, por quantificar tudo. É preciso fazer as contas de tudo para poder decidir se deve ser feito ou não; se for feito, a quem atribuir os custos e os problemas gerados, e não simplesmente transferi-los para toda a sociedade. Por exemplo, quem paga os custos para a saúde humana e para os sistemas de saúde da poluição gerada por veículos? Ninguém paga. Já passou da hora de incorporarmos a tudo os valores que contém e os custos gerados.

Na recente reunião de Nagoya, o Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, lembrou que: “*O capital natural das nações deveria ser um item calculado em combinação com o capital financeiro, a produção industrial e o capital humano. As contas nacionais precisam refletir os serviços vitais prestados pelos estoques retidos de carbono nas florestas, e os valores que os recifes de corais e os mangues significam para a proteção costeira. A conservação de recursos naturais dos ecossistemas e da biodiversidade é decisiva para o desenvolvimento e para melhorar a vida dos pobres.*” Na mesma linha, os acordos de Nagoya propõem até incluir no balanço das empresas o custo das chamadas externalidades ambientais que elas tenham gerado.

Um relatório entregue ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, por um painel de especialistas integrado pelo megainvestidor George Soros, e pelo conselheiro econômico do governo norte-americano, Larry Summers, ex-Reitor da Universidade de Harvard, propõe o

criação de um imposto internacional sobre as movimentações financeiras de modo a obter recursos para combater mudanças climáticas. Seria o caminho para chegar aos US\$ 100 bilhões anuais com os quais os países mais pobres enfrentariam o problema, tal como se discutiu no ano passado em Copenhague. O relatório propõe também colocar um preço nas emissões de dióxido de carbono.

Não se trata apenas de conceitos abstratos, trata-se de questões vitais que temos de incorporar ao nosso pensamento e nossa ação nesses tempos difíceis em que estamos mergulhados e estamos mergulhando. Já há mais de uma década um grupo de economistas na Universidade da Califórnia, liderados pelo argentino Robert Costanza, calculou o valor dos serviços prestados gratuitamente pela natureza, se tivessem que ser substituídos por ações ou produtos humanos. Por exemplo, quanto vale a fertilidade do solo mantida gratuitamente pela natureza? Quanto vale a regulação do clima? E a regulação do fluxo dos rios? A conclusão do grupo foi que substituir tudo isso por ações ou produtos humanos custaria três vezes mais o que produto global anual, o que equivaleria hoje a uns 180 trilhões de dólares por ano. É essa educação ambiental de que precisamos: radical, abrangente, questionadora de tudo, e é preciso que seja assim desde o início, desde as coisas elementares.

Suponhamos que se esteja numa sala de aula do Ensino Fundamental, seria muito didático começar a educação ambiental dos alunos pelas coisas básicas, elementares na sua vida. Lembrar a eles, por exemplo, que se eles consomem um bife de carne bovina em cada refeição diária, estarão consumindo 200g de carne bovina por dia. Mostrar que, segundo os relatórios da ONU, produzir um quilo de carne bovina significa, em média, usar 15 mil litros de água em todas as fases do processo, desde o plantio e manutenção do pasto, dessedentação do animal, limpeza das estrebrias e etc.. Então, consumir 200g diárias de carne bovina significa usar, depender de três mil litros de água por dia, somados aos demais usos de água na casa do aluno, no chuveiro, na descarga sanitária, na pia da cozinha, no tanque de lavar roupa, assim nos usos fora de casa, significa que esse aluno vai depender de quatro mil litros de água por dia, será um pouco menos se a carne for suína, exigirá oito mil litros de água por quilo e a de aves quatro mil litros, cereais de mil a 1.300 litros, mas sempre de muita água. O aluno poderá entender que num pequeno gesto, num pequeno momento do seu cotidiano estão envolvidas graves e complexas questões do meio ambiente, porque ele está em tudo, precisa ser cuidado em tudo.

Pode-se até ir mais além e entrar pelo terreno da economia, do comércio exterior, mostrando o que Brasil é grande exportador mundial de carnes, e na carne que exporta está embutida essa água virtual, os países que importam a carne o fazem exatamente porque não tem essa disponibilidade de água nem de terra, mas não nos pagam mais por isso, e essa é uma questão complexa e oculta no nosso comércio exterior com reflexos importantes no meio ambiente. Que significado terá desmatar amplas áreas para implantar pastos? Que reflexos têm isso no clima local e geral?

Há outros ângulos. Segundo a Embrapa Meio Ambiente, cada boi emite pelo menos 58 quilos de metano por ano em seu processo de ruminância de alimentos e geração de arrotos e flatulências, pode ser mais no caso de gado leiteiro; mas como temos hoje 205 milhões de bois no Brasil, mais bois do que pessoas, multiplicados por 58 quilos, eles significam a geração de quase 12 milhões de toneladas de metano por ano, e como o metano, por sua ação na atmosfera e na intensificação no eficiente estufa, equivale de 21 a 23 vezes o carbono, essa tonelagem emitida pelos bois corresponde a mais de 270 milhões de toneladas anuais de carbono, tanto quanto toda a indústria e o comércio juntos emitiam no Brasil, segundo o primeiro inventário de emissões de 1994, tanto quanto toda a indústria e todo o comércio. Portanto, quem consome 200 gramas diárias de carne bovina, consome 73kg anuais, e vai

responder pela emissão de cerca de 10kg de metano só por esse caminho. Metano que influencia mudanças climáticas. E ainda não é só nesse terreno da carne e da alimentação, é preciso mostrar que cada pessoa gera cerca de 200g diárias de matéria orgânica em suas fezes, 185 milhões de pessoas geram, portanto, 37 milhões de quilos diários de dejetos orgânicos com sua alimentação. E como no Brasil menos de 30% dos esgotos coletados recebem alguma forma de tratamento, tem-se que pelo menos 25 milhões de quilos de dejetos orgânicos assim produzidos na alimentação vão ser despejados nas águas e no subsolo, e é a principal causa de poluição desse meio, assim como a principal causa de veiculação de doenças que levam a internações pediátricas com altíssimos custos para o sistema de saúde.

Vê-se assim que partindo de um ato corriqueiro no cotidiano de uma criança, pode-se avançar por terrenos complexos dos recursos hídricos, do comércio exterior, do saneamento básico, do sistema de saúde, e será assim também quando se tratar do lixo, outro exemplo. Estamos produzindo a cada dia mais de 230 mil toneladas de lixo domiciliar e comercial, sem falar em entulhos e outros tipos de lixo. Portanto, mais de um quilo de resíduos por dia por pessoa. Pesquisas universitárias na cidade de Indaiatuba, por exemplo, mostram que mais de 90% dos resíduos seriam reutilizáveis ou recicláveis, não precisariam ir para aterros, onde tem custos financeiros e ambientais muito altos. Um sistema de reciclagem com base em cooperativas populares levaria à forte geração de trabalho e de renda, de reaproveitamento de recursos, de economia com transporte e deposição em aterros; aterros são um enorme desperdício de materiais num tempo de recursos escassos, que dirá de lixões, então. Um projeto de Goiânia já mostrou que se pode reduzir em pelo menos 80% o volume de lixo para aterros. Os exemplos poderiam ser muitos. Examinando as repercussões ambientais na agricultura ou na indústria, no comércio ou no transporte, na energia ou na construção, mas os poucos exemplos analisados bastam para confirmar que meio ambiente é tudo, está em tudo, e educação ambiental precisa ser o aprendizado de formas de viver e agir compatíveis com as possibilidades do planeta. Não adiantará apenas conservar a floresta se vamos continuar despejando 170 mil veículos novos poluidores por dia nas ruas das cidades no nosso mundo, e tornando-as cada vez inabitáveis.

É preciso reiterar as advertências dos especialistas: mantidos os nossos modos atuais de viver e consumir, a temperatura do planeta subirá mais de dois graus e as consequências serão terríveis, o nosso consumo é insuportável e apenas novas tecnologias não resolverão o problema. É fundamental, portanto, conceber programas de educação ambiental radicais, como são radicais os problemas que enfrentamos, e programas que ensinem a população a levar as questões para as áreas política e administrativa, para todos os setores de governo, colocá-las no centro e no princípio de tudo, porque está implícita nisso tudo uma questão estratégica central.

Se a escassez de recursos naturais é o problema central do mundo, como lembra Kofi Annan, o Brasil é um país privilegiado, tem território continental, sol o ano todo para plantar e colher, quase 13% de toda a água que corre pela superfície da terra, o que é altíssimo privilégio, tem cerca de 15% de toda a biodiversidade planetária de onde virão novos medicamentos, novos alimentos, novos materiais para substituir os que se esgotarem. E ainda tem a possibilidade neste tempo de mudanças climáticas de uma matriz energética limpa e renovável com energia hidroelétrica, eólica, que os últimos cálculos falam em que o potencial é o dobro do nosso atual consumo de energia, só a eólica, energia solar, energia geotérmica, energia de marés e de muitos tipos de biomassa. De certa forma, o Brasil é o sonho do mundo, tem tudo de que o mundo precisa. Se é assim, precisamos de uma educação ambiental que tenha isso como seu ponto de partida, para que não desperdicemos os privilégios que a vida nos concedeu, e para isso é preciso mudar a escola e mudar a educação ambiental, torná-las

capazes de dar às chamadas questões ambientais a amplitude que elas têm, capazes de examinarem em cada gesto do nosso cotidiano as implicações, os custos, as responsabilidades, como é preciso pressionar para que a comunicação mude e facilite essa tarefa, a comunicação não pode continuar tratando questões ambientais enquadrando-as pelo chamado modelo *hollywoodiano* de comunicação, que só cuida desses fatos nos momentos de grandes dramas, grandes tragédias que aumentam em índice de audiência ou de leitura.

Mas isso exigirá também que grande parte dos jornalistas mude a sua visão de mundo, como exigirá que a comunicação induza governos, a política, as empresas, a publicidade a levarem em conta no seu cotidiano as questões ambientais e seus custos, e é preciso fazer tudo isso com muita urgência. A progressão dos problemas nessa área é muito rápida, em poucas décadas o agravamento foi brutal.

Em 1968, um cardeal belga, Suenens, já disse que hoje a diferença entre uma pessoa de 20 anos e outra de 40 anos não é de duas décadas, é de dois séculos, porque com a velocidade da informação e da transformação, o que levava um século para acontecer hoje acontece em uma década, o que levava uma década acontece em um ano, é preciso ter pressa, até para não ser atropelado. O problema, além disso, não se esgota aqui e agora, na cúpula do desenvolvimento mundial, em 2002, em Johannesburgo, o então Primeiro-Ministro da França, Jacques Chirac, depois de enumerar todos os dramas do nosso tempo, sentenciou: *“As novas gerações vão nos responsabilizar, ‘vocês sabiam de tudo’, elas vão dizer, ‘e não fizeram nada’, então tenhamos pressa”*.

Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Sr. Washington, pelas reflexões e provocações que traz para esta Mesa, cujo tema é Ação Governamental, Experiência Nacional e Prática Curricular.

Para ouvimos, então, o que temos de experiência nacional em ação governamental e prática curricular, nós passamos a palavra para Rachel Trajber, que é Coordenadora Geral de Educação Ambiental da Secretaria de Educacional Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

SRA. RACHEL TRAJBER: Bom dia novamente.

Eu vou direto ao assunto, porque é realmente na sequência do que o Washington Novaes falou, se pediu essa fala. Vamos ver o que a gente está fazendo em educação. Essa foto mostra a Conferência Internacional Infante-Juvenil Vamos Cuidar do Planeta, que teve o término, o encerramento, durante... Lá na frente do Congresso e do Senado, simbolicamente é bem interessante.

Vamos ver os avanços que a gente teve... Os avanços, e eu coloco sempre lado a lado as ações e as políticas, porque não existe possibilidade de se fazer avanços de um lado e não interferir do outro, e as coisas precisam ser simultâneas.

Então, nesses últimos oito anos, nós fizemos ações que tem a ver com um círculo virtuoso que gira como uma política pública, e nós vamos ver já, já esse círculo virtuoso. E nós tivemos muitos recursos das ações do Ministério da Educação, que brilhantemente o Ministro Fernando Haddad criou algumas áreas de trabalho, de possibilidade de ter recursos direto nas escolas, o plano de ações que trabalha com todas as escolas de baixo IDEB, especialmente, o PDDE, que é Programa Dinheiro Direto na Escola, a Universidade Aberta do Brasil na formação de professores, e além de que nós tivemos inúmeras criações de

tecnologias sociais que estão trabalhando no mundo inteiro, somos exemplos e o enraizamento da educação ambiental nos sistemas de meio ambiente e de educação, e na sociedade civil também inúmeras publicações.

A educação ambiental é considerado um pilar da educação integral, então a educação integral atualmente trabalha com educação ambiental como a sua base, que é na formação de escolas sustentáveis, e nós vamos ver tudo isso daqui a pouquinho, e a questão da práxis, que é muito importante, como dizia o Paulo Freire, inclusive, é reflexão, ação, e nós fizemos inúmeras pesquisas de como é que estão as ações nas pontas, diretamente nas escolas. E por outro lado, as políticas, que a base de tudo é uma lei que é única no mundo, e que agora está sendo copiada em diversos lugares da América Latina, mas também de outros países, que é a Lei 9795, de 99, a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, e o Decreto nº. 4281, que regulamenta um órgão gestor nacional da política nacional que é formado pelos dois Ministérios, de Educação e de Meio Ambiente. E o Conselho Nacional de Educação agora está começando a normatizar e criar diretrizes específicas dessa educação ambiental que eu chamo de contemporânea e não do século passado, retrasado, e a inserção em outras resoluções, então nas resoluções do ensino médio, de educação infantil, nós estamos inserindo essa educação ambiental para sustentabilidade da contemporaneidade, que não é só cuidar as plantinhas ou ter um dia nacional de sei lá, das árvores, mas realmente incluir como uma visão de mundo, com o planeta em mente, a educação ambiental em outros patamares.

E o decreto mais educação que inclui as escolas sustentáveis e o conceito de espaço educador sustentável para as escolas, e agora é muito importante aqui o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio, e que o Congresso Nacional vai aprovar e vai trabalhar, e eu conto com os senadores aqui presentes, e senadoras, para a gente conseguir aprofundar mais ainda e não ter só um efeito maquiagem da educação ambiental sobre o Plano Nacional de Educação.

E inúmeras resoluções, o CONAMA já regulamentou a Lei 9.795 agora em 2010, e a gente participou de inúmeras conferências, incluindo sempre essa educação ambiental qualificada e, além disso, o órgão gestor trabalha com comitê assessor, que tem gente aqui do comércio, a Cláudia que faz parte desse comitê assessor do órgão gestor, e com as comissões interinstitucionais de educação ambiental, que tem gente aqui também, técnicos da Secretaria de Estado de Educação do governo do Mato Grosso, e que o Mato Grosso, eu queria dizer, entre parênteses, tem um trabalho fantástico em educação ambiental, extremamente qualificado, e tem pessoas aqui de nível internacional, como a Profa. Michele Sato, por exemplo, o Heitor Medeiros, enfim, localmente em Mato Grosso é muito especial essa educação ambiental que é feita, e nós acabamos de ter uma reunião com todas as comissões interinstitucionais de educação ambiental com secretarias de meio ambiente, secretarias de educação e a sociedade civil participando, *pari passu* da construção dessas políticas de educacional ambiental nós temos um movimento forte e aqui no Mato Grosso é bastante forte, de juventude e meio ambiente e uma rede de juventude e meio ambiente para sustentabilidade, e o Plano Nacional de Mudanças do Clima incluiu também de forma qualificada uma deliberação sobre a escola sustentável e que é imensurável, porque tem a ver com o ambiente, com o espaço, com a gestão e com o currículo simultaneamente. E o Placea(F), o Panacea(F), enfim a década da educação para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas que é capitaneada pela Unesco e estamos participando intensamente e o mundo está muito preocupado com essas questões.

A Política Nacional de Educação Ambiental tem, no segundo artigo, o seu artigo mais importante que a educação ambiental precisa estar presente não só na escola, mas de forma articulada na educação formal e não formal, porque nós estamos numa sociedade de

aprendizagem, e a gente aprende a vida inteira, o tempo todo. Mas, especificamente na educacional formal, ela precisa estar articulada em todos os níveis e modalidades de ensino.

Aqui, a gente percebe a universalização da educação ambiental no Brasil, de acordo com os censos do INEP, que tinha uma pergunta: a escola tem educação ambiental? Então, em 2001, eles colocaram essa pergunta, em 2004, como eles consideraram que foi universalizada a educacional ambiental, então eles tiraram já do censo, mas está universalizada, e nós estamos com 94.95%, atualmente eu acho que 100% das escolas estão trabalhando com educação ambiental de alguma forma.

O conceito de sustentabilidade, então, é paralelo à educação ambiental. A educacional ambiental, especialmente na América Latina, mas no Brasil, ela tem um caráter socioambiental e de sustentabilidade desde sempre, desde os anos 80, porque ela era absolutamente vinculada às questões políticas, sociais e libertárias no nosso país. E ela não pode ser entendida só como preservação ambiental, mas sim como um desafio para transformação, para essa revolução radical que o Washington Novaes mencionou, porque ela trata dos seres humanos, como eles podem viver e cuidar da biosfera. O planeta vai continuar existindo, o problema está com a nossa forma de lidar com a biosfera, com essa fina camada que mantém as condições de sustentabilidade da vida no planeta. E isso se dá tendo as questões ambientais no início de cada tomada de decisões de cada coisa, se a gente toma água num copo descartável ou não, de onde vem essa água? A gente precisa proteger a diversidade cultural e biológica, elas têm muita relação, não existe a diversidade biológica se não existir essa diversidade cultural também que enxerga a diversidade biológica.

E reconhecer e apreciar os limites, nós estamos na era dos limites, e eleger governos justos e confiáveis de economias de mercados e não de mercado, como diz o Leonardo Boff, diz assim: *“Não, a gente não pode ter uma economia de mercado, ela não tem sustentabilidade, porque ela pende para esse lado só”*, que é o econômico, ele não vê o social e o ambiental, e aprendendo com a capacidade de inovar, criar e aprender como unidades de aprendizagem. E o tema gerador para essa questão ambiental, socioambiental e de sustentabilidade é mudanças socioambientais globais, que nós estamos trabalhando o tempo todo.

Esse é aquele círculo virtuoso que eu falei, que fica girando, e que contém educação difusa que é a mobilização e como educação ambiental não é uma disciplina, a gente trabalha com inúmeras formas de se chegar à escola, e a conferência, e acho que a grande maioria das pessoas aqui devem ter ouvido falar das conferências infanto-juvenis *“Vamos Cuidar do Brasil”*, esse conceito de cuidar é muito importante. E a gente fez também três conferências nacionais e uma internacional, tem a dimensão presencial que agora está junto com as tecnologias, porque nós estamos trabalhando muito com educação a distância e com comunidades virtuais e circuitos de aprendizagem por internet, com todas as crianças das escolas do Brasil inteiro, e ações estruturantes, que são os coletivos jovens de meio ambiente, aquele movimento de juventude e meio ambiente, e as Com-Vidas, que é a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, que é uma ação estruturante dentro da escola e que traz a possibilidade de visualização e de controle social pelas crianças, pelos alunos, pela comunidade escolar, da educação ambiental que se faz nessa escola.

Aqui são alguns dados das diversas conferências, dos antecedentes, aqui, no Brasil, o que aconteceu em 2003, 2006, as temáticas e a participação de milhões de pessoas, na escola vista como um espaço republicano, um espaço da coisa pública em que se aprende a vida inteira e que os pais são chamados a participar da conferência, e que se constrói uma carta das

responsabilidades e a gente trabalha com conceito de responsabilidades, que é outro conceito que acho que fica para outro dia.

E, depois, teve a conferência, em 2009, em que se trabalhou direto a hidrosfera, a atmosfera, a biosfera e a sociosfera, de uma forma metafórica com terra, água, fogo e ar, onde fogo é a sociosfera porque são as questões de energia e mobilidade, mas a gente fala também de todas essas questões mais articuladas e com uma visão sistêmica, e respeitando a capacidade das crianças de entenderem a complexidade. E esse material é belíssimo e foi distribuído para todas as escolas, a partir de uma visão de uma bacia hidrográfica, inclusive. E, na internacional, os 60 países que vieram aqui para fazer o regulamento da conferência como observadores internacionais da conferência nacional, escolheram a mesma temática para se trabalhar em todos os países, cada um na sua realidade, e se trabalhou aqui a Carta das Responsabilidades “Vamos Cuidar do Planeta”, com consequências e resultados imponderáveis. Eu estou ouvindo assim, ontem mesmo eu li uma mensagem da Bolívia em que eles estão traduzindo a Carta das Responsabilidades em todas às línguas nativas. E é impressionante esses 62 países se inscreveram--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. RACHEL TRAJBER: É. As crianças construíram, elas fazem a conferência nas escolas e é o que a gente chama de um pretexto pedagógico de como fazer esse olhar da complexidade do mundo entrar as escolas, é um pretexto pedagógico a conferência, ela começa nas escolas onde se convida a comunidade a ir, e se faz regionais ou estaduais, as conferências e depois ela chega na nacional, e todos esses países fizeram conferências nacionais em que se constrói uma Carta das Responsabilidades, as crianças constroem. E elas mandaram para cá, para o Brasil, e nós fizemos uma sistematização e depois construímos, com elas, as crianças construíram, a Carta da Responsabilidade “Vamos Cuidar do Planeta”, que está na internet, e a gente pode ver isso.

Nós trabalhamos com uma metodologia com jovens, que é “Jovem Educa Jovem”, para fortalecer esses movimentos de juventude e os próprios jovens vieram de cada país também para facilitar conferências, e aqui no Brasil é a mesma coisa, jovem escolhe jovem essa relação de democracia participativa e empoderamento dos próprios jovens de dar voz, mas não é só dar voz é dar ouvidos também a esses jovens, e uma geração aprende com a outra, e a gente trabalhou... A gente trabalha sempre com os adultos que vêm acompanhando esses jovens e que são gestores de educação ambiental nos seus países e aqui no Brasil nos seus estados, a gente trabalha a questão das políticas ambientais e de educação ambiental, diversidade e cidadania.

Aqui é uma comunidade virtual de aprendizagem que está em quatro línguas e que os jovens estão participando muitíssimo, e uma ação muito forte de formação, vocês lembram daquele círculo virtuoso, não é? E a formação a gente fez presencial para mais de 200 mil professores ao longo desses anos, de 20 mil professores, desculpe. E agora nós estamos desde o ano passado com universidades que estão fazendo essa educação ambiental à distância em todos os estados da União, e aquilo que eu falei ontem que a gente fez aqui no SESC Pantanal, foi um encontro presencial com 150 escolas de ensino médio de educação integral e que estão trabalhando agora dez cursistas, três professores, três gestores e três alunos e alguém da comunidade de cada uma dessas escolas e mais mil pessoas, de acesso aberto, a universidade aberta no Brasil por formação de professores, desses estados todos e está sendo feito pela Universidade Federal do Mato Grosso, aqui é a Professora Michele Sato, da UFOP, que é a Universidade Federal de Ouro Preto, e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,

estão fazendo conosco e estão trabalhando com os tutores e tal, e 2.500 pessoas estão passando por esse processo de escolas sustentáveis. Aqui eu vou pular.

O que são essas escolas sustentáveis? É um espaço educador sustentável, é um espaço da escola, ele precisa ser integral, a gente não pode trabalhar sem integridade com os jovens. Tudo que a gente fala, a gente precisa fazer. Então nós estamos fazendo reformas nas escolas para serem espaços sustentáveis. E é como... Eu dou sempre um exemplo, aquela faixa de pedestres, lá de Brasília, ela é um espaço educador, porque ela tem intencionalidade de educar. O Senador Cristovam Buarque não está aqui, mas essa intencionalidade é que tem a ver com as escolas sustentáveis, que tem três princípios: integridade é o primeiro deles, responsabilidades humanas é o outro e a ética do cuidar; na gestão, porque se a gente tem um espaço sustentável, a gestão da energia, do consumo, do saneamento, para onde vai a água da escola e os resíduos sólidos; de equidade, porque direitos humanos está implícito nessa sociedade sustentáveis e numa escola sustentável; e no transporte que leva as crianças para a escola; especialmente na alimentação. E quem faz o controle social de forma democrática, dialógica e pensando na justiça ambiental é a Com-Vida, que é capitaneada pelos delegados da conferência e pela conferência.

E na alimentação a gente fala, Washington, muito da questão da carne, só que é bastante conturbado, as pessoas não querem mudar esse hábito alimentar. E o currículo, se a gente não mexe do currículo não adianta mexer do espaço, na gestão sem integrar o currículo e todos os saberes e fazeres que podem fomentar uma sociedade sustentável, e a nossa escola sustentável está aqui com as adequações de baixa emissão de carbono, e nesse curso nós estamos trazendo 15, mais de 15 ecotécnicas, que fazem com que a escola vá se transformando. E tudo isso com aquele programa Dinheiro Direto na Escola, da educação integral, que foi possibilitado pelo FUNDEB por serem escolas de ensino médio que nós estamos trabalhando essa verdadeira revolução nas escolas.

Agora, para o PNE para esse decênio de 2011 a 2020 é muito importante a gente conseguir incluir a questão da promoção da construção de escolas sustentáveis de baixa emissão de carbono em todas as suas dimensões: edificação, currículo e gestão. E percebam, é uma ação que não é pura teoria, é mensurável, a gente pode medir a redução do uso de energia usando alternativas, e se pode trabalhar nos laboratórios das escolas, em todas as áreas das ciências a partir do meio ambiente, quando você vivencia esse espaço educador sustentável.

Assegurar a inserção da educação ambiental como disciplina ou atividade curricular obrigatória em todos os cursos de licenciatura e bacharelados das instituições de Ensino Superior, e isso é fundamental, porque a gente faz muita formação continuada de professores em serviço, mas não é suficiente, é necessário a gente incluir em todas as áreas do conhecimento nas universidades a questão da educação ambiental ou, enfim, da sustentabilidade.

E articular ações e projetos nas três esferas, chegar nos municípios que é onde acontece a vida e estimular a criação e o fortalecimento das Com-Vidas, que essa ação estruturante, uma espécie de uma moldura na escola onde aparece a defesa das questões ambientais ligadas à qualidade de vida, e promover uma educação ambiental de caráter crítico e emancipatório com vistas à formação de sociedades com sustentabilidade ambiental, social, política, econômica, ética, enfim.

Aqui são as metas que a gente sugere, quantificadas para o PNE, e eu gostaria de poder passar isso para os senadores. E aqui são os desafios com relação às ações e às políticas, o PNE é o mais importante dessa ação substantiva da educação ambiental, e não como um penduricalho verde adjetivante. Mas, sim, o ambiental e a educação precisam ser substantivos

em todas as legislações, tanto de meio ambiente quanto de educação, e existe um desafio muito grande que é rearticular o movimento ambientalista, que não está articulado, está sendo pressionado por diversos interesses não ambientalistas. E a questão da juventude e meio ambiente que precisa de bastante força.

E os caminhos que eu vejo, para 2011, dessa educação ambiental seriam a expansão desse círculo virtuoso e a manutenção dele com o conceito de escolas sustentáveis, o PNE e as diretrizes curriculares, a educação ambiental setorial a partir das suas diversas identidades étnico-educacionais e territoriais, biomas, bacias hidrográficas e diversos aspectos setoriais e especialmente em cada escola com a sua educacional ambiental local a partir... Não se pode mais falar em pensar globalmente e agir localmente, a gente precisa falar em pensar e agir local e globalmente simultaneamente, é impossível agora separar o que é local e o que é global.

E só para terminar com uma poesia de um poeta que nasceu aqui no Mato Grosso, mas vive em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e que é o Manoel de Barros, e que eu gosto muito e é bem-apropriado aqui. *“Difícil de entender, me dizem”, é a sua poesia. “O senhor concorda? Para entender, nós temos dois caminhos: o da sensibilidade, que é entendimento do corpo, e o da inteligência, que é do entendimento do espírito. Eu escrevo com o corpo, poesia não é para compreender, mas para incorporar; entender é parede, procure uma árvore”.*

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Rachel.

Dando sequência à nossa Mesa, eu gostaria de registrar, inicialmente, as presenças da Senadora Marisa Serrano que é vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, do Senador Neuto De Conto, que é Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, do Senado Federal, daqui a pouco contaremos com a presença, também, do Senador Cristovam Buarque que é também Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Portanto, temos três Presidentes de comissão no nosso evento e uma vice-Presidente.

Contamos, também, com a presença do Sr. Enrique Leff, que é economista, ambientalista e professor de Ecologia Política e Políticas Ambientais, da Universidade Nacional Autônoma do México; Michael Becker, representante da WWF Brasil; do Sr. Roberto Velloso, Chefe de Assessoria Legislativa da Confederação Nacional do Comércio; de Taiana Castrillon, Promotora de Justiça de Poconé; Ramiro Costa, Superintendente do Ibama, do Mato Grosso; Nicélio Acácio da Silva, Chefe do Núcleo de Educação Ambiental do Ibama Mato Grosso; Mauren Lazzaretti, Secretária Adjunta de Qualidade Ambiental da Secretária de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso; Vânia Márcia Montalvão Guedes César, Superintendente de Educação Ambiental, da Secretária de Meio Ambiente do Mato Grosso; Maricelma Mesquita, Coordenadora de Educação Ambiental, da Superintendência de Educação Ambiental da Secretária de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso; Rosana Manfrinate, Analista de Atividade Ambiental da Secretária de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso; Terezinha Martins, Analista de Programa de Conservação Plena da WWF Brasil; Araci Alonso, Pesquisadora do Embrapa-Cerrados; Edna Lopes Haroim, Diretora do Instituto de Biociências e representante da Reitoria da Universidade Federal do Mato Grosso; Major Paulo, Coordenador da Defesa Civil de Mato Grosso; Kelly Monteiro, Defensora Pública de Poconé; Sandra Maria Silva de Lima, Mestre em Ciências Ambientais e Educadora

Ambiental; Hébia Tiago de Paula Monteiro, Professora da Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT; Marcelo Cardoso de Souza, Biólogo do Instituto Amuirandê; Fátima Aparecida da Silva, professora; Cássio Luis Furin, Juiz de Poconé; Aguinaldo Ferreira e Paulo, Major de Poconé; Carlos Cunha, Delegado Estadual de Meio Ambiente; Élvys Ferreira de Oliveira, Diretor da Faculdade do Pantanal; Fernanda Nascimento, representante dos alunos da Faculdade do Pantanal. Sejam todos bem-vindos.

Para dar prosseguimento à nossa Mesa, eu convido, agora, o Sr. Leopoldo Brandão, que é Consultor da Presidência do Conselho Nacional do SESC, Serviço Social de Comércio.

SR. LEOPOLDO BRANDÃO: Eu quero, inicialmente, fazer uma declaração que pode surpreender a muitos. A minha apresentação não me deixa desconcertado com o brilhantismo das duas apresentações anteriores, apenas é um pouco diferente. Eu trabalho com o pé no chão num pedaço do Brasil, fazendo coisas reais e a elaboração do pensamento, e que hoje nós tivemos dois exemplos extraordinários, não é incompatível e nem é incoerente com o trabalho concreto no chão.

Então, a minha apresentação é a informação sobre um trabalho concreto em cento e tantos mil hectares aqui, ao lado, nesse local, e é uma experiência de 12 anos que tem demonstrado ser possível, de acordo com os conceitos e as reflexões de nível altíssimo que aqui foram feitas, é coerente com elas na vida prática. Então é um pouco diferente. É modesta, é sem nenhum brilhantismo, mas é uma realidade que custa esforço, é difícil, não é barata, mas é importante também. Então eu peço ao auditório que concorde com o também.

Eu vou fazer uma informação do que estamos fazendo, evidentemente que para mim é muito difícil fazer a exposição de um trabalho e que eu estou mergulhado nele há 12 anos, porque os públicos são diferentes, o grau de formação do auditório é diferente, não é fácil eu fazer o acerto entre o que eu vou informar e aquilo que o auditório espera. Eu conto com o apoio da coordenadora da Mesa, a senadora, que vai haver um momento de intercâmbio de diálogo e de correção das falhas de informação. Desde já, me desculpo pelas falhas e me disponho a corrigi-las no diálogo final dos debates.

Outra coisa que eu queria esclarecer, repetem muito que eu sou consultor, que eu sou professor, eu não professor de coisa nenhuma, eu sou um homem de 84 anos que aprendeu a ler com cinco e que continua lendo desde os cinco anos de idade até agora. Então, eu sou um aluno, sou um estudante, sou um aprendiz, e consultor é um título, o que eu sou é uma pessoa que tem 60 anos de militância ambiental sem nenhum estardalhaço, mas com muita coerência e com muita sinceridade. E essa experiência está sendo utilizada num projeto do SESC, cujo Presidente é o amigo pessoal, que eu me honro muito disso a 50 anos; tudo meu é antigo, tudo meu tem meio século e eu não estou com pressa de morrer, não estou com nenhuma intenção de encerrar a vida, não. Eu acredito muito em Deus, acho que vai me permitir viver um pouco mais porque eu tenho netos, já criei os filhos, mas tenho netos para ajudar a criar.

Feitas essas explicações um pouco curiosas, eu vou dar os fatos concretos: eu trabalho num projeto que do ponto de vista de reserva tem 106.784 hectares que foram comprados comercialmente de particulares que estavam em situação difícil e unidos, articulados para criar um espaço no qual fosse possível uma gestão facilitadora da recuperação da natureza. Nós não fazemos a recuperação, nós procuramos assegurar as condições da natureza se recuperar dos desastres que ela vinha sofrendo. Então é um processo de trabalho um pouco diferente. E, antes, queria informar o que chamado Pantanal são 150 mil km², dos quais 20 mil nos países vizinhos, o restante no Brasil, 1/3 no Estado do Mato Grosso e 2/3 no Mato Grosso do Sul, não é pequena a área, se nós compararmos em termos mundiais não é pequeno. É uma planície de baixa altitude que se inunda uma vez por ano, ou é inundada uma vez por ano, e

quando não está inundada é um cerrado seco, então é um pouco estranho. Quem é biólogo, quem é dessa área entende melhor do que nós, cidadãos comuns. Nesta área do Pantanal nós temos ainda 58% coberto de vegetação arbórea, o que não é pouco, porque poucas espécies vegetais suportam ficar um ou dois metros no seu pé inundado três, quatro, cinco meses por ano e ela sobrevive. Tem umas árvores aqui que quanto mais inunda melhor ela está vivendo, não sei como ela respira, mas ela funciona. Então é um pouco incompreendido, e muito desconhecido.

Quando eu comecei o meu trabalho, em 98, eu levei seis meses fazendo levantamento em várias universidades do Brasil e fui ao Presidente e disse: “Presidente, estamos nus”. “Mas o que é isso? Você está vestido”. “Não, estamos nus de conhecimento, não existe suficiente conhecimento para trabalhar”. Como é que a gente preserva aquilo que a gente não conhece? Como é que a gente facilita a vida de uma vida que a gente não conhece? Houve um esforço muito grande e nós estamos desde essa época com colaboração de oito universidades no Brasil, do Rio Grande do Sul até Mato Grosso, extremamente experiente e interessante, as universidades são pessoas de tempo integral da universidade, nós não remuneramos o professor porque eles são remunerados pela instituição, nós fazemos o apoio logístico do trabalho, que não é pequeno, é complicado, o ano todo, desde inundação e período seco e já passaram por aqui 58 pesquisadores, quase todos doutores, uma grande parcela mestrado, e realmente é um esforço de construir um conhecimento; aos poucos esse conhecimento vai sendo acumulado, absorvido, levado em conta e servindo de chão, de rota, de caminho para nós trabalharmos, não é um trabalho fácil, eu tenho 66 anos de trabalho de carteira assinada, de modo que preciso de certo tempo para saber trabalhar num negócios tão complicado. Não é fácil não, é complicadíssimo. Tem diferentes correntes, tem divergências, é divertido, é muito divertido. O que é que nós visamos? Nós, primeiro, compramos de uma organização particular. Devo dizer que o SESC é mantido pelo empresário do comércio, é particular, é uma organização particular com espírito público, com responsabilidade social, compra dos particulares, organiza, cerca, acera, prepara e começa o trabalho, inteiramente arrasado, por exemplo, o boi. Um boi chega a pesar mil quilos, tem quatro patas. Não, ele só anda com duas, quando ele anda com duas é compacta ao chão, nós temos grande parte do território da reserva que é um tijolo, foi tão compactado de tanto gado que é um tijolo, água não penetra, é como nós encontramos. E curioso que há espécies vegetais que estão crescendo nessas áreas anteriormente compactadas. Como ela não disse, as espécies não nos disseram, mas está fotografado na imagem de satélite, nós em 12 anos cobrimos de árvores, de cobertura arbórea, 10 mil hectares que nós encontramos cobertos, compactados e arrasados. Como? Mas é um fato, está medido, fotografado, levantado, estudado. Eu fico enormemente feliz por isso para mim, meus filhos e netos, porque é sinal de que a recuperação é possível, isso não é... Exige, evidentemente, um arcabouço do tipo que foi [ininteligível], eu acho que não vai, professora, mas existe também um outro lado nosso, do pé no chão, que vai atentar utilizar esses [ininteligível] para recuperar a vida, somos aliados da recuperação da vida, concretamente; vida animal, vida vegetal em todas as instâncias. Eu me alegro muito com essa oportunidade.

Nós estamos localizados no município de [ininteligível], aí temos duas divisas líquidas e duas divisas secas [ininteligível]. Tudo isso vem da cabeça de um cidadão brasileiro, Antonio de Oliveira Santos, ele é o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, do SESC e do SENAC, há [ininteligível]. Então, isso vem dele, porque eu trabalho com ele, só faço aquilo que ele concorda e que ele apoia, mas é um homem de cabeça excepcional, quem não conhece procure conhecer porque é um brasileiro extraordinariamente importante.

E devo também reiterar que todos os recursos gastos vieram da iniciativa privada, e devo dizer que existe 930 organizações chamados reserva particular do patrimônio nacional

natural no Brasil, são 930, a só SESC é a maior, não é porque nós quisemos não, é porque foram as coisas acontecendo, não havia nenhuma intenção exibicionista. Estas organizações cobrem 670 mil hectares do Brasil, a iniciativa privada do Brasil faz, financia a cobertura e a proteção de 670 mil hectares no Brasil, isso não é desprezível, isso é... Aqui muita gente que conhece isso melhor do que eu, isso é importante.

Como é que isso está funcionando? É lógico que é meio complexo, e nós temos que atender uma porção de coisa, então para efeito funcional, operacional, tem uma base administrativa na capital, tem um hotel que nós estamos hospedados nele, tem um centro de atividades em Poconé que atende especialmente Poconé e Barão de Melgaço, tem um parque ao lado do hotel, esse hotel foi comprado, tinha só 19,4 hectares, [ininteligível], então foi preciso comprar um parque aqui ao lado, vocês vão conhecer, que tem 4.500 hectares, que a gente expandiu um pouco a possibilidade da [ininteligível] com 106.782 hectares, nós estamos comprando mais um [ininteligível] que tem lá, vai chegar a 110 mil hectares, a gente está chegando a 110 mil hectares. Já em 98, nós procuramos e conseguimos criar um conselho consultivo externo, são dez membros, apenas dois do SESC, nove da sociedade, é muito curioso, funciona muito bem, mas é um encontro de diferenças, é muito interessante, um mecanismo de diálogo, um mecanismo de busca de consenso e de somas, no nosso trabalho tudo é somatório, nós estamos sempre somando, sempre aprendendo, corrigindo e aprendendo, corrigindo e aprendendo.

Com esse empreendimento, tem 250 empregos diretos e 50 indiretos, desses 50, 25 é uma coisa curiosa, uma vez por ano nós temos que contratar gente só para combater o fogo, especializados, treinados, todos da região, 95% de quem trabalha conosco é dessa região, então a prioridade total para assegurar a chance para quem vive aqui. Temos os reconhecimentos legais do Ibama, e etc. nós somos bastante legalistas, e algumas outras como [ininteligível], biosfera e assim por diante, isso é porque vai acontecendo.

Agora, tem um aspecto, eu vou até o fim passar um [ininteligível] *power 'pointzinho'*, mas tem um aspecto que eu queria acentuar. Desde o início, nós nos procuramos com a cerca, esse empreendimento não é cercado, é voltado para dentro, ele tem cerca porque tem que ter cerca, senão o boi invade, mas cerca mental não tem, nós somos adeptos [ininteligível] aqui quem entra em Mato Grosso [ininteligível], eu não vou nem descrever [ininteligível]. Então, nós temos a preocupação de extravasar a nossa capacidade e melhorar o nível de vida da região. Nós somos especialistas, não somos políticos no sentido eleitoral, [ininteligível], mas queremos ensinar as pessoas da região a ganhar dinheiro e respeitar a natureza. Por exemplo, quando for organizar um borboletário, que vocês vão visitar, é o mais cheio [ininteligível], de até três mil borboletas, e você sabe que borboleta tem uma vida curta [ininteligível] tem uma lista, [ininteligível] hoje tem uma associação de produtores registrados, essa associação conseguiu via esposa do ex-governador, isenção de ICMS, e ela recebe [ininteligível], que é produzida aqui, [ininteligível] todo mês cada um leva para a sua casa [ininteligível], para qual planta dentro da casa, que nós ensinamos ela a plantar, [ininteligível] leva o ovinho, põe lá naquela planta certa, aquilo cresce, [ininteligível] passa por uma avaliação, uma expedição e recebe dinheiro, moeda [ininteligível], não tenho certeza, são 380. Valdir, são R\$ 380,00 por mês?

SR. VALDIR: Eu não sei lhe dizer, mas o certo é que a crisálida mais barata vende R\$ 1,00.

SR. LEOPOLDO BRANDÃO: Eles recebem remuneração em dinheiro e são classe média, hoje, em Poconé, porque recebe oferta de crédito, quer dizer, mudou a vida, umas fizeram operação que nunca tinha podido fazer, outra pôs dentadura no marido, e assim a vida

foi melhorando. Agora, elas aprenderam a fazer uma coisa difícil, dos dez borboletários que tem no Brasil, oito não tem borboletas suficientes, aqui como não tem nenhum cientista fazendo, a pessoa do povo fazendo, tem borboleta à vontade. É o nosso aprendizado, nós aprendemos e acreditamos nisso, achamos que não estamos fazendo, mas estamos.

Outra coisa é o seguinte, nessa mesma... Outra coisa importante que eu levantei ontem, existe uma lei [ininteligível] que criou o chamado Imposto Ecológico, isso significa o seguinte: nos municípios, onde uma parte é unidade de conservação, esse município recebe um complemento de receita. Por exemplo, nós estamos assegurando R\$ 270 mil por ano ao município de Poconé, de uma receita de 1 milhão e 700, 270 mil vêm das áreas que não são áreas econômicas, são áreas de preservação, nós somos muito combatidos. “Uma loucura, imobilizar um pedaço de terra, uma terra inútil, perdendo, dando prejuízo”, nós temos mais emprego do que as outras, gera mais impostos do que as outras. O número é o seguinte: nossa área de preservação rende para o município R\$ 1,9 por ano, a área não de preservação produtiva entre aspas, etc., rende 1,52 por ano, nós somos mais rentáveis do ponto de vista de gerar recursos para o coletivo de interesse coletivo que está ganhando dinheiro. Nós não estamos ganhando dinheiro, estamos ganhando vida, a nossa moeda é vida, outra vida. Também não poderíamos ficar com os resultados das pesquisas trancados, diante de um esforço de divulgação, já estamos com 12 títulos e já distribuimos cerca de 70 mil exemplares, evidentemente distribuição gratuita.

Isso gera um debate, gera políticas, gera um diálogo muito intenso e eu [ininteligível] distribuição para fora do Brasil em parte também. Agora, das pesquisas, eu só peço licença para destacar duas. Uma da Fiocruz, que todo mundo sabe [ininteligível] está fazendo [ininteligível] biodiversidade e isso é um [ininteligível] o bicho [ininteligível] bicho selvagem contamina o do vizinho, ambos contaminam os seres humanos. Isso não está ainda [ininteligível], estamos trabalhando, a equipe é grande da Fiocruz, [ininteligível] um resultado muito importante do ponto de vista de saúde humana e saúde animal. E uma segunda, que eu vou mostrar agora mais em detalhes, é muito debatido, sequestro de carbono. [ininteligível] nós terminamos agora, saúde de sequestro de carbono da RPPN, é interessante porque nesse estudo eu destaco o mais importante, é que ele mediu aritmeticamente, fisicamente, biologicamente o número da recuperação ambiental, o número da regeneração, o [ininteligível] isso é muito importante. E, evidentemente, com essas manobras de expectativas todas estruturais, nós vamos tentar vender isso, vender isso e gerar recursos e se nós conseguimos, teremos aberto o caminho para gerar sustentabilidade financeira da conservação ambiental. Isso é muito importante, é uma possibilidade de se criar meios da própria unidade de conservação gerar recursos e se autossustentar financeiramente, não é desprezível isso, uma pessoa prática sabe que isso é importante.

Então, agora, eu vou passar algumas projeções, apenas queria pedir licença para fazer um choro, o nosso drama, o nosso desafio, a nossa infelicidade chama-se incêndio, aqui nessa região botar fogo é como beber água, todo mundo bebe água todo dia e põe fogo todo dia. [ininteligível] infernal, como não sabe administrar o fogo em relação ao vento, põe fogo pensando que o fogo vai para lá, o vento joga o fogo para cá, e o que é que acontece? Esse hotel foi queimado há pouco tempo porque o vizinho botou fogo [ininteligível] fogo para cá, e ele pôs fogo lá no negócio dele, varreu [ininteligível] água o tempo todo para não matar as borboletas, um negócio assim, dramático. Lá na reserva, essa é a nossa agonia, o nosso sofrimento com o fogo, porque é uma cultura incorporada à vida das pessoas, eu não sou juiz, não estou aqui para dizer se ele está certo ou errado, cada um faz o que acha que deve, mas é uma coisa dramática, é a principal ameaça à unidade de conservação do Brasil é um negócio chamado incêndio. E incêndio não vem essa história que incêndio é da natureza, não. Incêndio

é das pessoas. O fogo é colocado pelas pessoas. Esse negócio de fogo natural, eu não conheço, se alguém conhece me ensina porque eu não conheço. Todo fogo tem ação humana e ação humana infeliz. Não é de má-fé, não, é burrice [ininteligível] é burrice, dá prejuízo para todo mundo; dá prejuízo para todo mundo. É um negócio triste.

Agora vou passar um pouco de [ininteligível] eletrônica para vocês, não sei quem é que controla, pode disparar aí... Eu vou parar um pouco em alguns quadros, são seis ou sete só, para acentuar algumas informações do projeto de sequestro de carbono, que para nós [ininteligível].

Essa uma imagem de satélite da reserva, do lado esquerdo zigue-zague é o rio Cuiabá, quem é geógrafo deve gostar. O rio Cuiabá tem três por mil de declive. Como é que a água... Ainda não sei, por isso que fica em zigue-zague.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele anda rápido.

SR. LEOPOLDO BRANDÃO: Anda rápido nada, fica quatro meses inundado [risos]. E do lado de cá é o Rio São Lourenço, e as duas divisas secas. Aquele quadrado branco lá que eu estou extinguindo, estou comprando aquilo, ele está acabando, mas o resto está tudo cercado. Para ter uma ideia, eu desmanchei 309 mil metros de cerca aí dentro, cerca de arame farpado, então não podia deixar o arame farpado para não machucar os animais e não podia deixar o buraco da estaca para não quebrar a perna dos bichos, você calcula a dificuldade: luvas especiais com a tela metálica na mão, um negócio assim difícilíssimo, para unificar, está... É uma área só, uma área única, tudo isso. Pode passar.

Para quem gosta de coisas mais detalhadas, foi feito um levantamento da cobertura florestal e classificada, classificadas todas elas, tem os nomes, e tal, tem a área de cada uma, e foi um estudo sério, uma medida das árvores, os galhos e as raízes, estudo sério. Pode passar.

Aí o seguinte: são 167 buracos de seis a oito metros de profundidade, tirada amostra de 10 em 10cm e mandado para o laboratório para conhecer o solo, coisa que nunca foi feita no Pantanal, é uma coisa também pioneira. Continua.

A mesma coisa com as coberturas florestais. Continua.

Solo. Depois desse trabalho todo chegou-se a conclusão que tem uma variedade de solo... Eu só chamo atenção que você tem solo com diferentes compactações, têm solos dos mais variados, agora, o percentual de carbono é muito aproximado também. Continua.

Matéria seca. Aí as matas traduzidas em matéria seca; é quilos por hectare, troncos, galhos e raiz, nós somamos essas três parcelas e isso é o total do sequestro de carbono. Continua.

O percentual de carbono varia de espécie para espécie, de 34% até 70%. É muito curioso também, não é uniforme, não. Continua.

Agora, a densidade é de 48 a 50, é quase toda... a biomassa gerada pela fotossíntese tem metade dela com carbono, metade dela tira carbono da atmosfera, por isso que se usa a palavra sequestro de carbono, e aí que é o sequestro, foi sequestrado, então a metade da biomassa é carbono. Continua.

E aí está distribuído entre o tronco, o galho e a raiz. Os solos, nós medimos o carbono dos solos, mas há uma controvérsia mundial se o solo sequestra ou não sequestra. Eu acho que sequestra, sobretudo o solo de uma unidade de conservação, tanto que sequestra que pega fogo, porque aqui pega fogo no chão, não tem labareda, mas é uma brasa, um negócio infernal, temperatura de 40 graus, umidade de 20%, vento de 80km, é um fogareiro. Continua.

Aqui já tem alguns dados que vale a pena... Como eu comentei, nós partimos de uma cobertura arbórea de 58 mil hectares, estamos com 68 mil. Quer dizer, 10 mil hectares que estavam compactados, estragados, sem cobertura arbórea, já foram reconquistados nesse período, eu acho que é um número muito expressivo.

Estoque de biomassa. Nós partimos de 4 milhões e 800, de 5 milhões e 400 para 6 milhões e 200 toneladas, quer dizer, é uma caminhada. No período de 98, nós tínhamos 46kg por hectare/ano, 51, 59. Quer dizer, realmente são índices que provam cientificamente que a recuperação está se fazendo. Continua.

Aí foi o sumário do sumário sem as raízes, aí só tem tronco e galho. O primeiro período, de 88 a 2000, nós sequestramos 601 mil toneladas. No segundo período, de 2000 a 2007, 772. Tem uma conta aqui que eu fiz, nesse primeiro período o sequestro foi de 50 mil toneladas por ano, no segundo 110 mil toneladas por ano. Eu acho que é um índice absolutamente convincente que a gestão, que visa assegurar a recuperação da vida, está permitindo que a vida se recupere.

Acho que não tem mais, não. Muito obrigado a todos e boa sorte a todo mundo.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito bem. Nós é que agradecemos aqui este privilégio de ter o Prof. Leopoldo Brandão aqui conosco, para mim é um professor.

Então, nós é que agradecemos e parabenizamos pelo trabalho realizado, e principalmente pela disposição de continuar por mais algumas décadas realizando esse trabalho e ensinado não apenas a comunidade Poconé, mas a todo o Brasil.

Nesse momento, a gente vai passar a palavra para Luiz Carlos de Menezes, que é professor e especialista em Educação. Eu já estou até com medo aqui de dar a especificação que está anotada no nosso *folder*, mas, por favor, é o cerimonial que coloca e a gente cabe aqui, como não conhecemos cada um, não é, Marisa, no dia a dia... Então, eu peço desculpas pelas vezes em que a gente, por acaso, dá alguma informação que não convém.

Com a palavra Luiz Carlos Menezes.

SR. LUIZ CARLOS DE MENEZES: Muito obrigado. Eu sou Físico de formação, eu comecei uma carreira de cientista, nos Estados Unidos e na Alemanha, e de volta ao Brasil me tornei educador por formar professores, então foi no trabalho de formar professores e olhar o desastre que é a escola nesse Brasil, nós temos uma das piores escolas do mundo, que eu me virei para a educação. Então, eu virei educador a partir de uma carreira de cientista que eu tive de abandonar porque não dava mais tempo, para quem gosta de problema, educação é um prato cheio, e aí virei educador.

É um desafio enorme estar nessa Mesa, e já cumprimento a Senadora Fátima Cleide, e através dela o Senado e o Legislativo por essa bela iniciativa. Cumprimento a Rachel Trajber e a Andrea Costa pelo Executivo, pelo belo trabalho que estão fazendo na área de educação ambiental, tanto no Ministério da Educação como no Meio Ambiente, cumprimento o Leopoldo Brandão, que é o mundo do empreendimento fazendo a coisa mais certa possível e com a mão na massa, como você disse, e o Washington, através do Washington Novaes eu cumprimento a imprensa, que tem feito também um trabalho muito importante, eu vejo a imprensa como um quarto poder importante no país, e se nós soubermos preservá-la ela vai fazer esse... e precisa de gente como o Washington.

Eu aqui na Mesa sou o cara que devia estar de gravata, eu vou tentar explicar por que como físico. Um dos físicos mais importantes do século XX, a meu ver, um cara muito divertido, gostava muito do Brasil, é o Richard Feynman. E o Feynman uma vez foi convidado para ir ao Vaticano, eu acho que era o aniversário da morte do Galileu e a igreja resolveu fazer um debate com as tensões entre a ciência e a igreja e convidou o Feynman, ele estava saindo e ele contou isso para gente depois mais tarde, ele estava saindo do hotel e a mulher dele falou: “Richard, você não vai botar um paletozinho e uma gravata?” E ele disse: “Eu sempre faço palestra de manga de camisa”. Ela disse: “É, mas usualmente você fala de coisa que você entende” [risos]. Nessa Mesa de gente tudo do metiê(F), com a mão na massa e tal, eu resolvi depois de ouvir vocês todos mudar a minha fala. Eu vou pegar uma carona na abertura feita pelo Washington Novaes, e tentar discutir contradições, contradições em torno da questão ambiental e em torno da questão educacional, mas também em torno da questão econômica. Discutir ambiente, especialmente num país como o Brasil é estar no meio do fogo cruzado nas mais duras contradições.

Vou começar a pegar aqui onde nós estamos, nós estamos em um santuário, um santuário em construção, por assim dizer, porque ele está o tempo todo ameaçado pelo incêndio, pela atenção, e eu tive o privilégio de cedo encaminhado, dirigido pelo Ney, acho que é um muito bom guia que nos conduziu hoje cedo, olhando a variedade de espécies vegetais e animais e tal, uma coisa belíssima, mas ao mesmo tempo nós estamos num espaço que é campeão de gado de corte, campeão de soja, campeão de monocultura e insumos, e, portanto, campeão de devastação de biodiversidade. Então está aí, já, o âmago de uma das contradições para ser enfrentados, e o país, o Brasil é campeão de commodities dessas todas e tantas outras, mineração e etc., que deixam para traz ganga, deixam para trás monocultura. Então enfrentar essa contradição, e é enfrentar essa contradição, não adianta dizer: “Não, não vamos mais produzir, não vamos mais crescer no vácuo da China exportando aço, ou...” Nós precisamos, economia é isso, economia passa por essas coisas, mas enfrentar essa contradição é exatamente essa tensão.

Talvez o Leopoldo um pouco expresse essa contradição na medida em que o comércio, os serviços, para poder funcionar precisa ter produção e nós vamos ter que crescer muito, porque esse é um país de graves desigualdades, e se nós crescemos tudo que nós vamos precisar nós temos que triplicar em muito pouco tempo a demanda, e portanto, a oferta de energia, e isso significa avanço contra o meio ambiente, e não tem jeito, energia polui, qualquer energia polui, não existe não poluente, aliás, isso me lembra um amigo alemão que... Eu trabalhei um tempo na Alemanha e alguns amigos de vez em quando me visitam, e um tornou-se especialista em energia mais tarde, e estava discutindo na época a possibilidade do controle da fusão nuclear, ele disse: “Não, se a gente dominar a fusão nuclear, aí é uma festa de energia chamada limpa”, eu digo: “Como é que você vê isso?” Ele diz: “É como um viciado, um alcoólatra militante que casa com a filha de um usineiro, ele vai se embriagar o resto do tempo e vai morrer disso” [risos]. Não há energia que não polua e nós precisamos de mais energia, vamos produzir mais energia, e vamos produzi-la contraditoriamente, não há como dizer: “Não, aqui nós vamos achar...” Vejam, por exemplo, as duas ondas. Há um par de anos nós estávamos na onda da biomassa, biodiesel etc. e tal, todo um furor da biomassa; de repente não mais que de repente agora o furor é do pré-sal, e o furor do pré-sal vem junto com o acidente da *British Petroleum* no sul dos Estados Unidos, um dos mais graves acidentes ecológicos da história, exatamente do petróleo submarino, e nós vamos viver essa contradição permanentemente, não dá para disfarçar, não vamos dizer: “Agora nós não vamos mais lidar com o pré-sal, porque é perigoso”, vamos lidar e é preciso lidar com responsabilidade.

Ouve-se falar de cerca de 70% de investimento energético brasileiro hoje voltado para pré-sal e companhia dela. Com que preocupação, pergunto eu, relativamente ao grave risco ambiental que o petróleo submarino implica? Então estar atento para a contradição é também fazer educação ambiental de uma forma mais abrangente. Mesmo a cana, é biomassa renovável, sequestra carbono e etc., mas produz monocultura e produz desastres ambientais graves. No Interior do Estado de São Paulo, onde eu vivo, quando é período da queimada, as cidades sufocam, porque você passa horas na estrada com cana dos dois lados, e ela vai até a beira das cidades, e cidade de porte médio já está fortemente favelada porque a mão-de-obra da cana é uma manobra sazonal. Outra contradição.

Todas essas contradições envolvem o país como um todo, mas envolve em particular a educação. Eu gostaria de trabalhar um pouco com essas contradições no plano da educação. Aliás, eu entrei em contato com a problemática ambiental e com a militância ambiental no fim dos anos 60 nos Estados Unidos depois na Alemanha, a ideia do alimento orgânico, e etc. e tal era a grande onda de um setor da juventude norte americana com as suas comunas, com os seus grupos de autodefesa e etc. Isso era olhado com muita confiança para os setores da esquerda, gente mais antiga como o Washington saberá disso, que olhava como se fosse uma forma de desviar a atenção para as questões sociais, não é? A geração, nós, a geração 68, olhávamos essas questões, eu em particular não, mas muito dos meus companheiros olhavam as questões de gênero, as questões e etc., como disfarces da problemática central que seria a problemática social e política. Foi preciso algum tempo para que essa esquerda tomasse juízo e percebesse que ambiente, gênero, etnia, não é disfarce, é problema socioambiental e não há sustentabilidade sem o olhar nas várias diversidades culturais, étnicas, ambientais.

Mais tarde quando eu fui lidar com educação mais de perto, e acabei, de fato me envolvendo, por exemplo, na produção do... Primeiro no debate da Lei de Diretrizes e Bases, mais tarde, 96, depois 98 eu coordenei Parâmetros Curriculares Nacionais para Ciência da Natureza, e aí já na elaboração dos parâmetros, a presença das questões ambientais estava dada, quer dizer, boa parte tanto de Ciências Humanas: Geografia, História, como especialmente Ciência da Natureza, isso começou a gerar, por assim dizer, uma demanda da presença da questão ambiental, inclusive em livros didáticos, publicações e etc. Mas isso até hoje, no atacado não chegou à escola, na escola chegou só no varejo, tem belíssimos exemplos, a Rachel nos mostrou vários belos exemplos, mas no geral ouve-se falar, não se faz, e só aprende quem faz. O professor que vai dar aula de Geografia ou de Ciências, ou de Biologia, ou de Química, ou de Física, que poderia lidar com essas questões ambientais, ele é formado distante da escola, nós formamos professor sentadinho assistindo aula, imaginem que a gente deixaria uma criança nossa com um pediatra que tinha assistido aula de pediatria sentadinho, esse não é médico. Nós carimbamos o diploma de professor de gente que só assistiu com aula com acadêmicos ou com professores universitários que não viam uma criança da escola desde o tempo que era criança e estava na escola. E a educação ambiental não está muito distante disso.

Quando a gente pergunta, e eu tenho feito esse exercício, pergunto a uma criança o que é meio ambiente, ela vem falar de Amazônia, de Pantanal e etc., como se a favela em que ela vive promíscua, degradada com lixo aberto, com esgoto em céu aberto, não fosse meio ambiente. Essa distância conceitual entre conhecimento e prática, entre visão global e a mão na massa ou o pé no chão é assustadora nas nossas escolas, porque nós herdamos e isso é outra contradição, a despeito de parâmetros curriculares e etc., tem sinalizado há mais de dez anos essa coisa, e isso em parte está nos livros didáticos, na prática não se faz o serviço. Há belíssimas sinalizações que vão ser atendidas, eu tenho certeza. Um exemplo, e é quase triste falar nisso por causa dos desastres técnicos aí, o Exame Nacional do Ensino Médio, vocês

deem uma olhada, está na Internet é fácil baixar, a prova do primeiro dia, essa que deu essa enorme confusão, se os senhores olharem a prova, tanto a parte de Ciências Humanas como Ciências da Natureza do primeiro dia, eu diria da ordem de 30% das questões, 30% tocam as questões socioambientais. Não estou exagerando. Mas será que é verdade? Vá olhar, há questões ambientais explícitas colocadas então, não há melhor sinalização para educação de base do que um exame de saída da educação de base que sinalize tão fortemente para a questão ambiental. No entanto, na prática da escola isso não se vive, essa é a dura contradição que nós vamos ter que enfrentar nos próximos anos.

O que significaria viver isso de fato? É uma escola que promovesse ações, quer dizer, um jovem que está na escola média, ele deveria estar permanentemente sendo vetor de informações da comunidade para a escola e vice-versa, e com ações, com projetos de intervenção em que ele fosse protagonista e seus professores de Ciências, de Geografia e outras disciplinas fossem seus consultores. Então nessa escola ativa, as questões de saneamento básico, o IDH do município, as condições de saúde, de emprego e etc. deveriam estar permanentemente sendo debatidas, e essa escola... Há belíssimas exceções, eu conheço pelo menos, umas 20 escolas de ensino médio com projetos de intervenção desse tipo, seja para questões de saúde, orientação contra câncer de pele em regiões de forte insolação, existem belas exceções, mas são a exceção que confirma a regra que é: educação em geral e educação ambiental em particular coisa de ouvir dizer. Não se de fato põe a mão na massa de ir discutir por que razão não chega aqui o saneamento, ou já que não chega, que distância tem que ter entre a fossa negra ou de preferência a fossa cética e a cisterna e o poço. Essas discussões reais da questão ambiental que têm a ver com saúde, têm a ver com qualidade da vida e etc. são discutidas de forma puramente livresca na maior parte das nossas escolas, e por esse razão as importantes iniciativas que a Rachel nos descreveu, e que com certeza a Andrea também vai nos contar, são cada vez mais urgentes, mas elas têm que chegar lá na escola, e para chegar lá da escola é preciso que a formação de professores seja feita de outro jeito, seja feita na escola, não se pode formar professor na faculdade, como não se pode formar médico sem hospital-escola, sem prática real. E essa distância assustadora entre universidade e escola de base é um dos dramas que nós vamos ter que enfrentar, em particular a educação ambiental, mas não só nisso.

Eu acho o que Brasil vai crescer muito, há várias sinalizações nesse tipo, não pode crescer só como exportador de commodities, porque isso é grave tanto do ponto de vista do mercado de trabalho interno, commodities não é fonte intensa de trabalho, o deslocamento fortíssimo será da produção para serviços, e serviços exigem uma formação muito especial.

Eu acho que das vocações naturais e sociais brasileiras mais importantes, uma delas certamente há de ser turismo e espero eu, acredito eu, turismo com vocação ambiental. O que nós vimos, hoje cedo, nesse belo passeio, é que há um belíssimo privilégio você passar por uma centena de espécies e conviver de perto com essa dinâmica, essa potencialidade brasileira tem que ser explorada. Nós não vamos virar para trás a manivela, a dita manivela do progresso, para voltar a ter um monte de peão de fábrica, um monte de cabo de enxada. Não tem mais isso. As colhedeiças hoje funcionam com ar-condicionado, vocês vão ver aqui nas cidades próximas uma porção de empresas de ar-condicionado porque as máquinas agrícolas já funcionam com ar-condicionado e um ser humano fazendo um trabalho que antes era de mil pessoas. O que nós vamos fazer com a massa que se desemprega com isso? Vão trabalhar em serviços, vão trabalhar em turismo, vão trabalhar em educação, em saúde, numa série de coisas que precisa de uma formação sofisticada que a nossa escola não está provendo.

E mesmo as boas iniciativas de ampliar o e Ensino Superior, ProUni, Reuni, e que tais, tem que ser revistas porque a maior parte desse Ensino Superior, de fato, não profissionaliza,

simplesmente adia a entrada no mercado de trabalho. Então eu estou apontando graves contradições não para negar as importantes iniciativas que estão sendo tomadas e que eu cumprimento e quando posso contribuo para elas, mas para dizer que nós não vivemos um momento qualquer, as advertências que o Washington fez, são advertência mais do que reais, mas é preciso que a gente as pense com as contradições que elas envolvem. Nós precisamos desenvolver, portanto, mais energia, portanto, mais poluição e, portanto, mais educação e mais cuidado com o meio ambiente e tudo contraditoriamente. Não tem jeito, essa contradição vai ter que ser enfrentada e de que jeito nós temos que ter a sinceridade de dizer, nós não sabemos, nós vamos ter que aprender fazendo o serviço, e com a atenção e a tensão necessária e possível.

Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Prof. Luiz Carlos. Nós vamos passar para a Andrea Paula, que é aqui representante do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela educação ambiental no Ministério.

Ao término da fala da Andrea vamos abrir para o debate, e eu queria só expor a dinâmica no debate, como esta é uma promoção da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, com a CNC, nós daremos prioridade para os senadores na inscrição e em seguida para a plateia. Daremos um tempo de três minutos com tolerância para cinco para os questionamentos, e em seguida para a exposição da Mesa.

Andrea com a palavra.

SRA. ANDREA PAULA DE CARESTIATO COSTA: Eu vou convidar aqui a Mesa a ficar de frente para evitar torcicolos, afinal... Bom dia a todos. Geralmente, eu escrevo todos com aquele sinalzinho do arroba, é mais ou menos assim, a gente vai se re inventando como linguagem. Bom, finalizar um circuito desses de falações é um desafio para mim, afinal eu sou a mais velha aqui e tenho que dar conta, não é? Então eu já vou de antemão pedir desculpas pela humildade, novamente, do que eu sou capaz de propor como discussão. E queria começar, antes de passar... Vai ser assim, nós vamos passar rapidamente esse material, aqui é para consulta de vocês, eu quero até pedir à comissão, se fosse possível, enviar para as pessoas esse material, porque ele tem muito mais um caráter informativo, depois para uma leitura particular, porque traz algumas informações que não vale a pena a gente esticar aqui, mas de qualquer maneira é uma síntese e contribui aí para as consequências dessa reflexões. Portanto, por favor, não estranhe, a minha intenção não é a leitura do *power point*, mas na verdade, é ter trazido um síntese dum material que depois vocês vão poder, dentro do interesse de cada um, selecionar aquilo que for mais pertinente. Eu prefiro trazer aqui duas perspectivas: uma, a geral, a global, que eu vou passar nessa primeira apresentação do *power point*, que faz o cenário institucional legal em que a Política Nacional de Educação Ambiental se encontra, e parte disso já foi contemplada pela Rachel na sua fala. Portanto, não vou repeti-la, evidentemente.

Mas, de qualquer maneira, é importante pontuar aqui, especialmente depois da última fala, que o Ministério do Meio Ambiente dentro da política de educação ambiental tem uma competência específica que não se refere ao ensino formal, isso é muito importante de colocar, porque às vezes isso traz confusão, a educação ambiental ela não é voltada apenas para o ensino formal, e quem tem a competência sobre o ensino formal da primeira série a pós-graduação é o Ministério da Educação. Quem tem a competência do ensino não formal e informal é o Ministério do Meio Ambiente, portanto, eu vou me referir aqui experiências

especificamente de ensino não formal e informal, está certo? Vamos pontuar isso para que tenha clareza, tenha bastante distinção aí essa circunstância. Então, não vou poder falar de escolas, essa é uma coisa importante.

Segunda coisa que eu acho que é pertinente, depois das falas, eu queria trazer um cenário, um contexto de pano de fundo para vocês poderem entender as minhas digressões. A primeira delas se refere, e eu quero dizer aproveitando a presença de um físico tão eminente, que a educação ambiental, tenho certeza, acredita em salto quântico, porque estamos falando do fator humano, nós aqui somos seres humanos que mal conhecemos as nossas potencialidades humanas. Nessa perspectiva, na mesma medida que nós criamos esses desafios, esses problemas, nós também somos capazes de resolvê-los e adquiremos um nível de consciência muito rapidamente, cada vez mais rápido, capaz de efetivamente dar resposta a essa circunstância. Acreditar na juventude, e acreditar em nós próprios, agora é possível, a fala dos que me antecederam são pessoas que se dizem aprendizes, isso significa muito porque nos inspira e nos eleva ao fator de superação dessa circunstância terrível e trágica em que o planeta se encontra. Portanto, eu tenho que falar do posto entusiasmado, os deuses dentro de mim. Quero trazer o sentido da palavra “entusiasmar”, é o poder que cada um tem de transformar a sua própria realidade em si, e nós acreditamos que a educação ambiental pode ser um veículo dessa transformação do ponto de vista coletivo. E esse compartilhar que nós temos aqui hoje nos permite essa... A esperança de que conseguimos no âmbito, não quero dizer só apenas filosófico e retórico, mas efetivamente dentro da intenção pessoal de cada um, de encontrar utilidade para informação que aqui se coloca para suas vidas profissionais.

Tenho, ainda, que me fazer uma proposta, eu quero a imagem, é uma imagem de uma espiral virtuosa, a espiral, ela sobe, porque o que ela traz de positivo ela vai elevando, essa ideia, a imagem que a gente tem também para o nosso presente e um futuro próximo. A ideia de que os acúmulos promovam avanços que sejam espirais, essa imagem eu gostaria de propor para que a gente possa, de alguma maneira, compartilhar algo imaginativo que permita o reconhecimento do avanço.

E aí eu queria realmente fazer uma homenagem com a presença maravilhosas que estão aqui, mais especialmente do Enrique Leff, meu inspirador há anos, minhas referências de início da educação ambiental, que eu compartilho junto com a Rachel, ele e outras pessoas numa experiência sensacional que está tentando se desenvolver chamada Centro de Saberes e Conhecimentos Socioambientais da Bacia do Prata. A referência a isso vem do sentido da ideia que há muitas dimensões do saber, e nós precisamos apreender e explorá-las com muito mais entendimento e consciência. E essas dimensões, elas também veem contribuir para esse salto quântico em espiral virtuosa que a gente espera desenvolver aqui, e o Centro de Saberes tem isso como perspectiva, e estamos exatamente dentro da Bacia do Prata, nesse momento, isso para mim é particularmente emocionante.

Posto isto, eu queria agora, então, fazer dentro dessa noção de restauração do fator humano, eu quero trazer dois personagens históricos que ficam como meus resguardos. Primeiro, a figura do Cristo, não estou aqui me referindo a uma circunstância religiosa, não estou absolutamente dizendo que ele existe, mas a mensagem dele existe, e a mensagem crística exalta o melhor que a humanidade pode ter, e é dessa exaltação do melhor que a humanidade possa ter, eu também exorto aqui a figura de São Francisco de Assis, estando nesse espaço que me parece a própria realização da mensagem franciscana moderna, contemporânea, que São Francisco, embora tenha falado do voto de pobreza ele se refere à pobreza do ego que traz a possibilidade da alteridade real, porque na medida em que você se esvazia, você pode ver o outro como é e não como você deseja que o outro seja. Eu acho esse

é talvez o maior desafio que a alteridade nos coloca aqui, para entender o outro natureza, o outro que não é o outro, somos nós mesmos porque nós somos a própria, mas esse outro que nós agredimos, que nós não reconhecemos, mas que nós necessitamos dele. É esse outro então franciscano que eu quero deixar como meu anjo da guarda para quem sabe eu poder dizer algo útil aos senhores e senhoras. Muito obrigada.

Vamos lá, não terminei ainda, não terminei. Obrigada pela paciência. Vamos lá.

Primeiro *slide*, como eu disse para vocês, voltando ao mundo material e real, temos aqui o Plano Plurianual 2008/2011, que é esse que nós estamos vivenciando, e tem no Programa 0052 o título de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Por favor, reparem que o título tem muito a dizer sobre isso, mas não quero me ater, como eu disse para vocês, tinha apenas a intenção de dar o contexto legal no qual o Ministério do Meio Ambiente está desenvolvendo suas atividades. E aqui tem todo o arcabouço, a lei, o conceito que nós estamos trabalhando, e especialmente o entendimento do que é educação ambiental e usando o art. 1º... Seguindo, temos o decreto e ele está praticamente todo aqui, eu só deixei... Está todo o decreto, como vocês veem é uma coisa chatíssima, não é para gente ler, mas apenas para saber que ele está aqui, e trazer a figura do PRONEA, que é um Programa Nacional de Educação Ambiental, precisa de apoio, e como eu disse ontem, trazer a ideia de uma condensação, de dar uma solidez política envolve recurso, envolve o reconhecimento disso, materialmente nós realizamos a educação ambiental com programa que vem nas diretrizes, enfim, vem aí a nossa Bíblia, como a gente costuma dizer.

O PRONEA tem várias linhas de ação, e eu quero depois, vocês vão ver que a próxima parte vai estar... A comunicação para educação ambiental vai ser o foco que a gente vai dar um pouco mais de atenção. Aqui novamente a lei... Ah, deixa eu voltar, especificamente hoje, aqui, a listagem das principais ações do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, é um nome compridíssimo, que a gente chama DEA/SAIC/MMA, nós somos seres de siglas, e aqui eu vou rapidamente passar a síntese do que é alguns deles para vocês perceberem o tipo de trabalho que hoje o Ministério do Meio Ambiente está tentando desenvolver como política pública.

Os telecentros, hoje, é um programa enorme, é do Ministério do Planejamento, envolve 13 ministérios, é um programa muito audacioso de inclusão digital, e coube ao DEA uma situação muito interessante, que é justamente desenvolver o aspecto formativo, vai caber especificamente ao DEA propor, portanto, diversas ações formativas através do ensino a distância usando os espaços e equipamentos e toda a estrutura que os telecentros, hoje, vem oferecer nessa questão da inclusão digital. Eles vão estar fundamentalmente... Esses telecentros se referem ao que o Ministério do Meio Ambiente vai oferecer especificamente, mas são muitos outros, cada um tem a sua contingência, cada Ministério que está participando do trabalho. Temos, ainda, como eu disse para vocês, nós vamos trabalhar conteúdos dessa natureza aqui, e quero já informar que eu vou estar coordenando o primeiro projeto de formação para comitês de bacia hidrográfica, que será para a Bacia do São Francisco, espero que ainda no primeiro semestre de 2011.

Os coletivos educadores, um clássico do DEA, talvez um dos exemplos mais populares que a gente tem de ação, estamos retomando essa prática dos coletivos educadores, e acabou saindo recentemente, também eu acho um material bastante interessante, um relatório analisando a *performance*, quero dizer isso porque é uma inovação fazer avaliação de um processo como está acontecendo no momento com os coletivos educadores.

Temos aqui, então, um exemplo assim que está trazendo grande sucesso que é esses dois projetos, o Tela Verde e o Edital de Curtas. Eu quero que o Guga me ajude, coloque aí Guga em exemplo de edital de curso, porque esse é um trabalho educomunicação para vocês começarem a entender.

Esse filme aí foi um dos vencedores do edital do ano passado, dos dez selecionados, e estão à disposição para qualquer pessoa do mundo baixar, nesse minuto, todos os filmes para apoiar as ações pedagógicas aonde quer que elas estejam.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: *O aquecimento global é um fenômeno climático de larga extensão, que se refere ao aumento da temperatura média dos oceanos e do ar...*

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: *Eu vou tentar ser bem clara. Tem muito gás carbônico na nossa atmosfera, as árvores absorvem gás carbônico, além disso, elas combatem a erosão do solo e evitam enchentes. Amenizam o calor e protegem o solo, como se fosse um guarda-chuva. Também servem de casinha para os bichos que dão alimentos. Ah, já ia me esquecendo. Elas também fabricam oxigênio. Você gosta de respirar, não gosta? Então vamos lá, plante uma árvore, milhões, bilhões de árvores. Simples, não? Tão simples que até um adulto pode entender.*

[música]

SRA. ANDREA PAULA DE CARESTIATO COSTA: Essa frase aí que deu a eles o prêmio. Terminada... Mais uma só.

Esse é o Programa Nacional de Educação Ambiental Agricultura Familiar, está nesse momento acontecendo uma oficina nacional lá em Goiás, e que tem todas as lideranças da agricultura familiar brasileira, trabalhando junto para elaboração de um programa efetivamente participativo que se refira à agricultura familiar brasileira. O DEA, nesse momento, está desenvolvendo esse processo e logo nós vamos poder lançar isso como resultado de um belíssimo processo de elaboração participativa com os atores sociais de todos os segmentos.

E aqui temos também essa iniciativa sensacional, esse material está pronto, disponível na Internet para qualquer pessoa do mundo baixar, que se refere à questão do saneamento, que é talvez a figura de ordem, hoje, mais importante do ponto de vista das políticas que se referem à saúde, mas está no meio ambiente. Que coisa interessante.

Bom, vamos lá. Terminada essa fase aqui mais demonstrativa do nosso material que está para vocês, eu quero apresentar, como disse o companheiro Leopoldo, com toda sabedoria, que nós trabalhamos também com o pé no chão, nós temos a nossa cabeça nas nuvens, o nosso pé no chão e as nossas mãos tentam fazer as duas coisas acontecerem, essa é mais ou menos a nossa intenção lá, e o Projeto Nas Ondas do São Francisco foi um projeto que está de alguma maneira tentando responder às contradições e às questões que o nosso físico colocou também com toda razão, por quê? A educação ambiental precisa ser avaliada, a educação ambiental precisa ser participativa, há radicalidade e trabalhar com produtos que sejam realizados pelas bases comunitárias. Então eu quero trazer para vocês, e o motivo de estar trazendo isso é exatamente dar uma noção objetiva de como que políticas públicas, que são desenvolvidas em forma de artigos e capítulos, se transformem em ações, a partir da própria proposta como política governamental, e que passa a ser agora, que é mais fantástico de tudo, ser uma política que está sendo absorvida, está sendo reconhecida e está sendo requerida pelas bases comunitárias.

Então, Nas Ondas do São Francisco é um projeto de educomunicação que envolve a comunidade da Bacia do Rio São Francisco, bacia essa que trabalha com sete estados desta nação, quatro biomas envolvidos, e todas as situações possíveis de gente que vive lá, de riqueza e de pobreza. E temos aqui, eu trouxe, eu tomei a liberdade de usufruir aqui de uma proposta que eu fiz no meu mestrado, e eu termino o meu mestrado, lá em 2000, propondo a criação do Cidadão da Bacia, nunca imaginava que eu ia acabar trabalhando numa secretaria que se chama Cidadania Ambiental. Então por isso que eu acredito em anjos, gente. Eu acredito em anjos, que eles estão me provando, eles estão me provando que eu tenho que ter cuidado com o que eu digo, não é?

Bom, aqui é uma figura maravilhosa do Matisse, que é para a gente dar uma... A imagem traz a noção de comunidade, de equilíbrio, de viver a vida positiva, com alegria para avanço. Nós queremos avanço a partir da realização da felicidade, daquilo que é o positivo, para a gente poder encarar os desafios de outra natureza. Trabalhamos a seguinte perspectiva na Bacia do São Francisco: a informação qualificada aos dias significa gestão integrada de recursos hídricos, a comunicação qualificada em gestão de recursos hídricos, trazer para o centro da mesa resposta de qual é o objetivo da educação ambiental e qual é esse contexto, no caso, trabalhando em gestão de recursos hídricos, que é uma política também, a Política Nacional de Recursos Hídricos 9433.

Já estou... Eu vou passar bem rápido, gente, porque, como eu disse, é uma informação para vocês. A origem do projeto é a ideia de trabalhar comunicação. Comunicação por quê? Está aí o Washington. Eu não sabia da sua apresentação, de estar com você, ter essa honra de estar com você, na mesma Mesa, a poucos centímetros, porque nós também nos preocupamos muito com a qualificação do que se trata a informação ampla. E por que trabalhar a educação ambiental e comunicação? A educomunicação é essa perspectiva de juntar esses dois conceitos, só que no entendimento de apropriação da comunidade, daquele ser que recebe um instrumento, uma ferramenta, e vai usar isso para expressar a sua necessidade emancipatória, a sua necessidade de mudança da sua realidade. Então a educomunicação permite esta possibilidade.

Nós trabalhamos, fomos procurar responder a ideia que, no Brasil, a organização da estrutura de comunicação revela esta outra prática, que é a que, de alguma maneira, responde um pouco do que significa verdadeiramente a nossa demanda.

O jornalismo, que é outro grande desafio, um jornalismo que seja efetivamente bem informado. Hoje mesmo, com a jornalista da TV Senado, tivemos uma discussão excelente sobre qual é a verdadeira questão do licenciamento ambiental e barragens, por exemplo, que é uma pergunta que é muito mal trabalhada na mídia brasileira, infelizmente. E isso tem consequências terríveis, porque o órgão licenciador, IBAMA, recebe um culpa que não tem nada a ver com o trabalho do IBAMA, e isso distorce o que é a realização da política pública de proteção à natureza e aos seres humanos, porque o IBAMA não está só protegendo os bichos e plantinhas, o IBAMA está protegendo a sociedade brasileira, os biomas, que são patrimônios desta sociedade brasileira, e isso vira acusação, isso fica distorcido, isso é muito perigoso. Vamos ter cuidado com o que nós falamos na imprensa. Isso é muito importante.

Bom, tem aqui toda a parte das premissas da educomunicação, como eu disse para vocês, o acesso democrático dos cidadãos na produção e difusão da informação, que é uma prática, capítulo 40 da Agenda 21: democratização da informação. Sem isso não há nada a fazer nesse planeta, sem informação qualificada. Está aqui toda a origem institucional do processo que o Ondas trouxe.

Eu já começo a achar que está longa a minha apresentação, já vou terminar. A problemática ambiental, as forças motrizes que nos levaram até aqui, e descrever rapidamente. O Ondas foi assim, gente: a Bacia do São Francisco é uma bacia gigantesca, mais de 600 mil hectares, é uma bacia que envolve sete estados da Federação, mais de 500 municípios, a gente tem aí um grande desafio republicano. E a ideia da bacia hidrográfica, comunidade e planejamento, que essa é uma proposta de território, que precisa ser revista com bastante cuidado, porque ela traz uma perspectiva ambiental diferenciada do que é o estado e os municípios. É bem interessante. E nós procuramos, então, dar condições de serem projetos demonstrativos, porque estávamos testando uma metodologia de educação, usando rádio como a sua ferramenta educacional. E o programa de revitalização de bacias hidrográficas como pano de fundo temático.

Então nós temos três políticas, no mínimo, atuando juntas como realização sistêmica. Eu dizia ontem, aqui está a prova, o Ondas trabalha com o Sisnama, com a Política Nacional de Meio Ambiente, trabalha com o SNUC, que é a política de unidade de conservação, trabalha a política nacional de educação ambiental, trabalha a política de revitalização de bacia e trabalha a política nacional de recursos hídricos, isso numa contagem bastante mínima. Então os resultados do Onda resultou, aí, primeiramente, na formação de uma rede de mais de 130 instituições, num trabalho de quatro meses de articulação. Articulação essa que gerou voluntariamente a adesão dessas instituições ao processo, que envolvem rádios, ONGs, municípios, estados, todo tipo de organização civil que a gente puder enumerar. Também trabalhamos por... Eu quero dizer aqui, olha, são quatro regiões fisiográficas, aqui, o Alto São Francisco, que fica lá na foz, a gente está fazendo o caminho inverso, o médio, aqui... Opa, estou voltando. O submédio, que é uma região do semiárido e temos aqui o baixo. Aqui é um resultado do uso da Internet com um blog, um blog que tinha uma intenção apenas de poder gerar informação e deixá-la disponível para as pessoas, de repente gerou aí um efeito interessantíssimo. Aqui, os resultados dele, no tempo em que ele ficou... Ele está no ar ainda, mas vai mudar agora. A espacialização dos resultados do projeto, os municípios que foram efetivamente incluídos no programa, aqui, por região fisiográfica, identificação deles. Aquele ali, ó, aquele cavalo marinho lindo, olha, não é um cavalo marinho? É maravilhoso esse país. E nós temos aqui, no cavalo marinho do São Francisco, essas quatro regiões.

Tivemos 12 oficinas, estamos realizando hoje a 12ª, é uma oficina virtual, já estamos trabalhando em cinco meses... Não, em cinco não. Em dez meses nós já estamos utilizando ferramentas virtuais com essas pessoas e instituições de todos os lugares, o interior do Brasil, esse que a gente diz que não acontece nada, que não rola nada. Pois é, eles estão, nesse momento, neste momento, acontecendo a Segunda Oficina Virtual do Trabalho, e ainda terá mais uma. E nós fizemos uma rede de rádios que estão, nesse momento, também, veiculando os 36 spots que foram realizados pela própria comunidade do São Francisco.

Aqui eu trago para vocês, e esse vai ser certamente o motivo de grande orgulho estar terminando o relatório de avaliação do processo, a nossa metodologia a partir das matrizes de conflitos de potencialidades e também a ideia do desenvolvimento das redes causais, para a gente poder ter uma síntese do que se trata efetivamente o problema central em que nós possamos atuar com aquilo que nós efetivamente temos como recurso. Então a cadeia causal nos ajuda a encontrar respostas para que possamos ter avanços no usufruto e na implementação das políticas públicas e dos recursos inerentes a ela.

Aqui são redes causais feitas por região fisiográfica, a área temática dois do programa de revitalização, que também foi merecedora de uma análise nesse sentido. E agora eu quero apresentar para vocês... Aqui eu acho que você que aperta, eu acho que não consigo apertar

daqui. Isso, esse aí. O resultado. Eu falei, falei, falei, mas afinal, qual é o spot? Já vamos encerrar logo em seguida. Por favor.

[pronunciamento fora do microfone]

[exibição de vídeo]

NARRADOR: Programa de revitalização de bacias hidrográficas.

NARRADORA: Nas ondas do São Francisco.

MARIA: Ô Zeca, levanta, homem.

ZECA: Levantar para que, Maria? Me deixa quieto.

MARIA: Pega a rede e vai para o rio, vê se hoje tu traz algum peixe para nós.

ZECA: Vou nada, mulher, é melhor eu ficar aqui esperando a galinha pôr.

MARIA: É, está difícil mesmo.

ZECA: Se não tem mais peixe no rio, o que é que eu vou fazer lá? Lembrar do tempo da fartura e ficar mais triste?

MARIA: Ajude a melhorar a saúde do rio, participe dos movimentos pela recuperação das matas ciliares da Bacia do Rio São Francisco.

NARRADOR: Uma campanha do Ministério do Meio Ambiente, com a comunidade da Bacia do Rio São Francisco.

SRA. ANDREA PAULA DE CARESTIATO COSTA: Esse pescador aí era de verdade, o Sr. Toinho, 87 anos, estava lá no curso, fez a oficina e está aí a prova dele.

Vamos lá, vamos voltar rapidamente, por favor. Hein, Guga? Guga, nome chique, não é? Não é bobo, não. Não é fraco, não, esse povo. Aqui a nossa ideia: vamos ser uma rede, vamos trabalhar em rede, vamos desenvolver um processo. A natureza já ensinou tudo, é só a gente olhar para ela.

Nossas perspectivas futuras, portanto, retomando, formação do cidadão da bacia hidrográfica, com essas circunstâncias de criação dessas redes que estão em franco desenvolvimento, esse mapeamento e fortalecimento das inúmeras atividades. Esse país é um país de educação ambiental. O desenvolvimento de metodologias, que nós precisamos muito de novas metodologias, e o Ondas é uma possibilidade nova, e finalmente a priorização das ações socioambientais nas políticas públicas. Ele tem que sair de ser um componente retoricamente obrigatório para ser algo que perpassasse todas as ações executivas de qualquer tipo de empreendimento que aconteça nesse país. Essa ideia de uma formação continuada consistente e modelar para as próximas gerações.

Agradeço imensamente a atenção e a paciência de vocês. Aqui estão os meus contatos, por favor, estou à disposição. E até uma próxima oportunidade. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Andrea. Nós queremos informar que a apresentação dos palestrantes estará disponível no site

da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, www.senado.gov.br/atividade/comissoes. Chegando na comissão--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza. Ele está falando aqui da necessidade de eles reverem. Chegando em comissões, clicar em Comissão de Educação/ seminários.

Também a TV Senado está aqui conosco, gravando entrevistas e cobrindo este evento, para apresentá-lo em vários programas que serão exibidos nos próximos meses na TV Senado.

Nós vamos dar início, agora, ao nosso debate. São exatamente 11h04, nós já temos aqui a inscrição da Senadora Marisa Serrano, Senador Neuto De Conto. E a gente pede que as pessoas que queiram se pronunciar... Ele vai ficar com o microfone, então ele levará o microfone até a pessoa, e a gente pede para que diga o nome e a instituição que representa, porque nós estamos gravando. Senadora Marisa. Nós queríamos dar um tempo de três minutos, com tolerância até cinco, para as questões que serão colocadas pelas pessoas que estão na plateia, e, posteriormente, as pessoas da Mesa, então, farão as suas considerações.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente. Eu quero primeiro cumprimentar... É Marisa Serrano, senadora. Eu quero cumprimentar todos os componentes da Mesa, dizer que seriam tantas as questões que a gente gostaria de aprofundar e não vamos ter tempo para isso, então a gente vai ficar apenas naquelas questões mais pontuais. Mas eu gostaria, e é uma preocupação também, fazer principalmente à Rachel, a minha preocupação muito com aquilo que foi dito aqui, o Luiz Carlos Menezes também colocou, é de chegar à base nas nossas escolas, e os professores e gestores, os diretores, vice-diretores, a quadra administrativa das escolas, elas não estão integradas à questão do meio ambiente como nós gostaríamos, pelo menos é isso que eu tenho visto em quase todo o país, andando por aí. Será que elas têm capacitação suficiente para isso? E você disse que, no Ensino Médio, está sendo uma revolução na área de meio ambiente e educação. E não me parece que isso realmente está acontecendo, porque nós estamos vendo um Ensino Médio que precisa ser amplamente reformulado. O nosso Calcanhar de Aquiles da educação, hoje, é justamente o Ensino Médio, é a nossa maior problemática. Nós estamos avançando na educação fundamental, mas temos aí um gargalo muito grande no Ensino Médio. Essa é uma preocupação minha ainda na educação. E você colocou as propostas que o MEC coloca no Plano Nacional de Educação, que são propostas que vão ser discutidas pelo Congresso Nacional, e aí vale bem é que todo mundo possa acompanhar, dar sugestões e propor, para que o Congresso possa melhorar essa proposta que vem do Executivo.

Para o Sr. Leopoldo Brandão, eu tenho uma pergunta. Eu fiquei tão impactada, vendo... Fazia muito tempo que eu não vinha aqui, nesse recinto, e, quando eu vim e vi a mata queimada, chegando aqui, isso me apertou o coração. A última vez que eu vim aqui estava tudo verdinho, vicejante, uma beleza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Justamente a minha pergunta é essa aí. O que fazer para que todos os anos não se repita isso? Porque a Senadora Fátima disse se até para manter as borboletas, renovar as borboletas, se ensinou que a comunidade possa ajudar e trabalhar nisso, por que não fazer também um trabalho específico para que isso não se repita todos os anos? Quer dizer, essa é uma questão que eu gostaria de ouvir, porque o impacto foi muito pesado, eu ver a destruição que o fogo causou aqui.

Prof. Luiz Menezes, uma das preocupações nossas na Comissão de Educação é justamente a questão de como fazer com que o nosso professor tenha vivência prática. Estamos discutindo a questão dos estágios, há vários projetos em tramitação na comissão acerca de garantir o estágio obrigatório para professores. Esses são projetos que estão em discussão, e eu gostaria também de ouvi-lo a respeito. De fazer com que professores pudessem ter, na prática, o seu conhecimento mais elaborado.

E Andréa, eu queria só perguntar da avaliação sistemática de todos esses processos que você colocou, que a Rachel colocou também, porque, às vezes, vendo a explicação do Leopoldo, que não é professor, mas que é um professor de vida, de que essa avaliação é muito importante, nem sempre a gente faz uma avaliação construtiva na área de educação, principalmente educação e meio ambiente. Há inúmeros projetos lançados nesse país que a gente não fica sabendo se deram certo, se não deram, não tem continuidade, largam aí e a gente acha lindíssimo, gastamos um dinheiro fenomenal, e isso depois não serve para que as mudanças efetivas aconteçam. Quer dizer, é fazer com que lá base as coisas aconteçam.

E eu quero terminar dizendo, Washington, que eu gostei muito da sua apresentação, principalmente porque é aquilo que todos nós professores acreditamos, que a gente tem que partir da realidade do ser humano para que ele possa construir ali a sua modificação, e a gente não tem conseguido fazer isso na educação. As coisas ficam muito na área conceitual, os professores querem mostrar a sua sapiência e nem sempre descem para questionar as coisas mais simples da vida e que as pessoas possam entender com mais facilidade. Nós estamos com a educação muito ruim no país. Eu quero colocar aqui, o Prof. Menezes disse uma coisa certa, que eu concordo, que são as piores escolas do mundo. E eu fiquei impactada, quando a presidente eleita disse que educação estava muito bem encaminhada; para mim, não está. Eu acho que aí é o nó górdio da questão do desenvolvimento nacional, e nós precisamos fazer com que a educação realmente tenha um substrato muito mais efetivo. Nós não encontramos ainda uma saída para que a gente possa fazer da educação a grande bandeira de transformação nacional.

São preocupações que eu acredito que sejam de todos, e eu quis colocar apenas alguns enfoques de tanta coisa interessante que foi cocada aqui, nessa Mesa, hoje de manhã. Parabéns a todos os participantes.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu sou Neuto De Conto, senador por Santa Catarina, Presidente da Comissão do Senado da República, do Desenvolvimento Regional e Turismo.

Eu estou gratificado por estar aqui, vim aqui aprender, sou um aprendiz permanente. E nos parece que os ensinamentos, e nas palestras desta manhã, toda ela se projeta na água, no ar e na terra, os componentes necessários pela vida, pelo ciclo da vida do ser humano. E eu me lembrei e lembro agora de um filósofo chinês, que se chamava [ininteligível], e que viveu três séculos antes de Cristo. Ele dizia: “Se queres projetar a vida para um ano, plante cereais, que dá para plantar e dá para colher, mas, se queres projetar a vida para cinco, seis, séculos, décadas, plante árvores, que ela dá uma visão mais distante da vida. Mas se queres a vida para sempre, treine e eduque o homem”. Parece que o filósofo de mais de dois mil anos ainda se faz presente.

E lembro também, e permito-me que eu cite o meu estado, e como ele se formou, principalmente, 50% dele praticamente inóspito há meio século, onde só tinham 10 municípios, hoje são 134, nós temos 240 mil pequenas propriedades rurais. O governo pagava para desmatar, dava dinheiro quase gratuito via Banco do Brasil para desmatar e produzir, há 40 anos passados, 50 anos. Pessoas simples, humildes, mas vinculada à terra e à produção, um

estado que tem somente 1% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos e o sexto maior arrecadador. Agora, vendo as palestras na área econômica, na área ambiental, o conflito que se apresenta, isso nos traz à memória de que nós fizemos, há oito anos, uma reforma fundamental para o estado, governo presente em todas as regiões, uma descentralização total. Criamos 36 secretarias regionais que abrangem 10, 12, 15 municípios cada secretaria, onde tem um secretário responsável, um cidadão e um representante de cada segmento, inclusive do meio ambiente.

Eu, quando fui secretário da Agricultura, há 25 anos passados, depois de ver o governo primeiramente pagar para desmatar, depois ver, no desmatamento, uma legislação do IBDF, que, para derrubar uma árvore, tinha que plantar três, mas, no mesmo ano, o governo resolveu criar uma lei paralela que podia comprar as três árvores do próprio governo. Então se imagina o quadro que ficou, e os empresários que lá foram empreender conseguiram, numa palavra mágica, processo econômico através do integrado, o pequeno produtor passou a ser integrado produtor de matéria-prima, principalmente frango e suínos, e hoje somos o primeiro produtor nacional e exportamos para 214 países. Eu cito isso, e peço à minha querida Fátima que me dê mais dois minutinhos, só para eu concluir esse pensamento.

Quando secretário da Agricultura e vendo toda esta modernidade alcançando, e a própria indústria só pegando o grande e abandonando o pequeno, nós passamos a favelar o interior, e aí nós criamos o projeto que a professora Andrea falou: microbacias hidrográficas. Nós temos 1600 microbacias hidrográficas. Conseguimos um financiamento do Banco Mundial com participação de 50% do Governo do Estado a fundo perdido para o produtor. Em cada microbacia criamos uma associação dos seus moradores, e o governo colocou um técnico agrônomo, veterinário ou engenheiro florestal, como facilitador do processo, com veículo, com toda estrutura e com conhecimento. Meramente mata ciliares, proteção de fontes, melhoria da residência, saneamento básico na propriedade. E agora aprovamos, semana passada, já assinamos com o Banco Mundial, 299 milhões de dólares para buscar o conhecimento, buscar além de toda esta formalidade, para buscarmos o ganho, entrar na área econômica através... principalmente associativo.

E eu cito isso e trago como contribuição, porque eu vejo que é o único caminho que nós temos para recuperar os estados em que desmataram, embora que o desmatamento é muito... Nós só ocupamos 16% do território para produzir, nós temos a maior reserva do Brasil na Serra do Mar, nós temos mais de 50% de pé, e temos condições de fazê-lo. Então eu deixo, assim, com muita ênfase: só, o único caminho, a educação.

Aí eu quero cumprimentar a cada um que aqui ouvi atentamente, levo esse ensinamento. Vou deixar em modos gerais a observação, mas que, se nós não descentralizarmos o Brasil, se nós não fizermos uma lei mestre, mas que cada estado aplique segundo a sua região, e obedecendo um princípio nacional, mas que, lá no pequeno município, tem alguém para fazer, certamente nós não teríamos tantos incêndios, certamente nós não teríamos tanta diversidade para buscar a solução.

Gratificado pela oportunidade. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Neuto.

Eu vou aproveitar que peguei o microfone para também fazer as minhas observações, que, na realidade, são observações. Eu fiquei muito feliz, também, com as exposições aqui feitas, mais uma oportunidade também de aprendizado, e queria dizer que, quando o

Washington nos provoca com a frase: “Temos pressa”, eu fico muito angustiada, sabe, Washington, a partir da reflexão que a gente faz sobre o nosso papel, o nosso papel como representantes públicos, que tomam decisões, e que decisões nós estamos tomando. Porque é importante termos educação ambiental, mas é importante que o modelo de desenvolvimento sobre o qual nós decidimos também seja revisto, e eu sou daquelas que também torço por uma mudança de modelo de desenvolvimento. Não sei como e nem quando teremos força para tanto, porque a todo o momento a gente fala que é preciso ter educação, é preciso mudarmos o comportamento, mas a gente insiste nas mesmas propostas de sempre, e sempre atribuindo à necessidade do ser humano sobre o meio, sobre os animais, sobre a fauna, sobre a flora.

Enfim, o Washington colocou aqui dados interessantes com relação à produção. Me perdoe se o senhor falou e eu não ouvi, não ouvi sobre o impacto da piscicultura nessa questão do aquecimento global, então eu gostaria de ter essa informação. Agora, eu entendo também que é preciso caminhar. Os empresários do setor do comércio estão fazendo o seu papel, claro que é modelo, porque não é responsabilidade única nem do setor público, nem do setor privado, do trabalhador, do empresário, mas é responsabilidade de todos, do político também, principalmente, porque toma decisões, e eu acho importante caminharmos no sentido de entender do processo que tem uma banda que é formal e tem uma banda que é não formal e informal. Como eu tenho pressa, eu tenho... Eu quero ver políticas públicas que sejam desenvolvidas para educar principalmente aqueles que colocam fogo. Quem é que coloca fogo? Quem é que está utilizando o solo para produzir de forma a impactar sobre o aquecimento mais rápido possível?

Então eu acredito que, à medida que nós tenhamos um processo de educação ambiental voltado para o agricultor familiar, que ainda é a maioria daqueles que estão no processo de produção no Brasil... Graças a Deus, e eu quero que seja mais ainda. Quero que a participação da agricultura familiar aumente na produção brasileira. Eu queria ver algo que fosse mais concreto e urgente. E eu vejo um modelo já. A gente quase não fala dele, e eu acho que quase não se tem conhecimento dele, mas é o PAIS, que eu gostaria de ver como política pública, o programa chamado Produção Agroecológica Integrado e Sustentável, que nasceu como uma oferta de programa para ser um modelo de segurança alimentar. Não sei se na Mesa todos conhecem, que é o PAIS, desenvolvido pela Fundação Banco do Brasil junto com o Sebrae e com o Ministério do Desenvolvimento Social. Eu acho que tem até outras parcerias institucionais também, mas eu tive uma oportunidade de implementar no meu estado essa experiência do PAIS e achei interessante o resultado, o quanto ele é rápido, porque é um programa que utiliza uma área pequena para a produção orgânica, agrega valor, muda imediatamente a forma de ver do produtor, que, hoje, está submetido a uma doença horrível, que, no meu estado, que é o estado da Rondônia, avança demais, que é o câncer... Todo mundo está com câncer, mas ninguém sabe de onde vem, mas está todo mundo usando veneno, jogando as embalagens dentro de rio, inclusive, como a gente já está cansado de ver, quando anda no estado, mas ninguém sabe de onde vem o câncer. Então o PAIS, ele colabora com isso, mas é um modelo pequeno e que quase ninguém conhece, então, que agrega o trabalho feminino, gera renda, gera saúde e com um investimento tão pequeno, que custa um kit R\$ 4.500,00; com a formação, vai para R\$ 5 mil. Um investimento pequeno. Portanto, eu gostaria muito de que a gente tomasse reflexões e decisões a partir de coisas concretas e que, de certa forma, apressam a mudança de comportamento.

Eu não sei se eu sou muito acelerada, mas, na realidade, a filosofia é importante, pensar é muito importante, mas é importante também que a gente acelere o passo. E, nesse sentido, todas as experiências são bem vindas para que a gente possa fazer aquilo que o Dr.

Leopoldo disse: “Olha, nós não sabemos, não conhecemos, a ciência está aí, ela tem que nos ajudar”, mas a gente tem que fazer o mais rápido possível, porque é para antes de ontem.

E ontem, quando eu coloquei assim, olha: “Estou nessa discussão de educação ambiental desde os anos 80”, e, para mim, do que eu vi de lá para cá, desde o Programa Nossa Natureza, que eu contava para a Senadora Marisa Serrano, quando era Presidente da República o Senador José Sarney, e nós, num ato de rebeldia, chamávamos Programa “Nó na Natureza”, de lá para cá, eu concordo com a Senadora Marisa, do que eu vi na educação formal, muito pouco aconteceu. Claro que, nos últimos anos, a gente tem um avanço, mas, se você olha de 25 anos para cá, a gente queria que já tivesse avançado mais, muito pouca coisa aconteceu diante daquilo que a gente queria, que era formação dos professores, e o resultado um pouco mais adiante, com as crianças que vão para o seu trabalho, que estão no campo, também, já ajudando os seus pais a mudarem a visão que têm de produção.

Então eu acho que coloquei aqui um monte de pulgas atrás das orelhas de vocês, mas é a angústia que a gente sente, também, como representante público, que tem que tomar decisões. As decisões, na maioria, são contrárias àquilo que a gente quer, e por isso mesmo requer que a gente tenha um outro caminho que seja mais rápido para a mudança de comportamento, pelo menos daquele que está lá na ponta.

Muito obrigada.

[palmas]

SRA. HÉBIA TIAGO DE PAULA MONTEIRO: Bom dia a todos. Meu nome é Hébia, eu sou professora da rede estadual do Estado de Mato Grosso e sou também representante da Universidade do Estado de Mato Grosso, onde é desenvolvido um programa de formação de professores indígenas, através da Faculdade Intercultural Indígena.

Bom, a Rachel apresentou para a gente várias ações que o Ministério da Educação tem desenvolvido com relação à formação de professores, à formação continuada para inserção da educação ambiental e a efetivação da educação ambiental através das escolas. Eu já presenciei uma das ações do MEC, que eu considero que foi muito interessante, que tem um resultado espetacular no Estado de Mato Grosso, que foi a ação do PAR. Eu atuei como tutora da região de Cáceres, na ação do PAR. O PAR tem um material didático bastante interessante com relação a tratar de educação ambiental nas séries iniciais, especialmente no conteúdo de Matemática e Ciências, e aí é bastante interessante o resultado, porque professores de Matemática jamais se imaginariam trabalhando educação ambiental, mas o material que o PAR produziu, que, através da UNESP, é um material riquíssimo que tem resultados muito positivos no Estado do Mato Grosso.

Mas enquanto professora de uma faculdade intercultural, eu tenho vivenciado algumas dificuldades na educação escolar indígena. O Estado do Mato Grosso está à frente da questão da educação escolar indígena com relação aos demais estados do país. Através da universidade, nós já temos 380 alunos formados, alunos indígenas, a faculdade atende exclusivamente professores indígenas que se formaram em três áreas do conhecimento: Ciências da Matemática e Natureza, Ciências Sociais, Línguas, Artes e Literatura. Esses profissionais egressos da nossa faculdade são professores nas suas aldeias, eram professores que tinham muitos apenas a 8ª série, outros até concluído o Ensino Médio, mas o estado entendeu a necessidade, e graças a Deus que compreendeu, a necessidade de dar uma formação a mais para esses professores e investir um pouco mais na educação escolar indígena. E isso, lógico, em atendimento às leis colocadas, específica para educação escolar indígena.

Mas a minha pergunta para a Mesa é que eu gostaria que vocês falassem um pouco mais com relação ao que tem sido feito para trabalhar essa questão da educação escolar indígena, qual tem sido a contribuição das comunidades tradicionais, dos povos indígenas, para a efetivação da educação ambiental. A minha preocupação surge a partir do momento que as escolas têm tomado um papel dentro das aldeias que é muito importante. Hoje, com essa questão da globalização, da facilidade de consumir, do contato com outras culturas, nós temos um cenário nas mais distantes comunidades indígenas, que é a realidade do consumo. Eles querem consumir refrigerantes, consomem doces e salgadinhos. Hoje a gente tem Internet dentro do Parque do Xingu, eu converso com os meus alunos em tempo real, através da Internet. A escola tem assumido um papel muito difícil que eu coloco com relação às condições que a gente tem tido atualmente. A escola tem ensinado a necessidade de escovar o dente, porque eles consomem doce, mas não tem o hábito de escovar o dente depois do doce, assumindo as questões com relação a trabalhar, discutir o alcoolismo, a questão das drogas, existem muitas aldeias indígenas, no Estado de Mato Grosso, que está enfrentando problemas seriíssimos com droga, com alcoolismo e outras doenças recorrentes de hábitos que não são próprios das comunidades indígenas, como diabetes, hipertensão e várias outras questões.

Bom, mas, enquanto professora de um curso de formação de professores, eu percebo uma dificuldade imensa que essas escolas têm enfrentado com relação a material didático produzidos específico para efetivação da educação intercultural. Hoje, as escolas indígenas estão legalmente reconhecidas como específica e diferenciada, o que garante um currículo diferente, um calendário, uma proposta política pedagógica diferenciada, mas a gente não tem tido, não tem surgido uma luz de como a gente realmente tratar esse conceito da educação de forma diferenciada. Então a gente tem seguido basicamente os livros didáticos de uma escola regular. Os nossos alunos lá na aldeia usam... A Secretaria de Educação do município ou do estado oferece um livro de uma escola da cidade, onde ensina inglês, ensina línguas dentro de uma aldeia indígena, mas não tem essa valorização do conhecimento tradicional. Então esse tem sido o grande dilema, enquanto professora de uma faculdade indígena, que é essa garantia, esse suporte que, às vezes, a gente... Especialmente eu estou começando ainda, eu estou engatinhando nessa área... com relação à produção de material didático.

SRA. CLÁUDIA GUIMARÃES: Bom dia a todos. Cláudia Guimarães, do SENAC Nacional. Eu queria trazer um rápido depoimento e pedir uma reflexão dos integrantes da Mesa. O depoimento que eu trago é sobre o desafio que a gente está enfrentando no sistema SENAC, de trabalhar essa questão da mudança civilizatória que o Washington, todo mundo colocou tão bem. O desafio se apresenta na hora que a gente tenta dar um passo além na nossa área, que é educação profissional, oferecer cursos específicos, curso de florestas, educação ambiental, gestão ambiental, e, quando a gente tenta avançar e colocar essa discussão em todas as áreas, a gente sente muita resistência. O desafio da falta de professores já foi bem colocado, então não vou nem chover no molhado. Eu queria só levantar aqui a questão do desafio por parte da percepção do aluno, a resistência do aluno em que uma parte da carga horária seja destinada a esse tipo de reflexão. Então, quando a gente leva para o nosso aluno... Na área de turismo e saúde, é mais tranquilo, a intercessão com as questões ditas ambientais é muito mais óbvia e mais clara, mas, quando a gente tenta - e é isso que a gente está fazendo em todo o sistema - levar essa discussão... Por exemplo, perguntar a um aluno da área da informática: “Você já pensou no lixo eletrônico que vocês produzem? Tem a ver com a sua atividade”. “Com a minha atividade? Não, eu estou aqui para desenvolver softwares”. “Não, não, espera aí, a sua atividade tem um impacto, sim, no meio ambiente”. Ou, então, quando você leva essa discussão, para dar concretude aqui ao que a gente está falando, nosso aluno de Moda e Beleza. “Já pararam para pensar da onde vem os cosméticos que vocês recomendam

os ou produtos químicos, os cabelos, a chapinha para alisar o cabelo das mulheres, como é que vocês trabalham isso?”. Ou, então, até na área de conservação, como é que você vê, mostra a importância de um porteiro-chefe - a gente forma porteiros -, que ele conheça, tenha uma ideia da importância dele no tratamento dos resíduos sólidos daquele condomínio. É o condomínio que resolve, mas ele, como porteiro-chefe, ele tem um papel. Ou seja, é um depoimento só para mostrar a resistência que existe na sociedade e que a gente está encarando no SENAC, por parte do próprio aluno, de que uma parte da carga horária em cursos que obviamente não são da área ambiental, você dedique a fazer uma reflexão que problematize, que contextualize o impacto daquela atividade.

Esse é o depoimento que eu queria deixar aqui. Já que falaram dos professores, eu queria trazer a parte dos nossos alunos, na área de educação profissional.

E queria só solicitar aos integrantes da Mesa, todos com uma vasta experiência, uma reflexão que eu acho que a gente poderia fazer e aproveitar esse excelente fórum, sobre a questão do consumo numa sociedade globalizada. Eu acho que é muito complicado, num planeta tão desigual, onde 20% da população consome 80% dos recursos, isso virou mantra, mas a gente não para pra pensar o que isso significa na prática; significa um país que milhões de pessoas passam fome, milhões de pessoas não têm acesso ao básico. E, ao mesmo tempo, o padrão de consumo que se coloca é o padrão da sociedade desenvolvida, é lá que os milhões de indianos querem chegar ou os chineses que estão fora. Como é que a gente vai encarar esse desafio? Então eu acho que eu queria pedir uma reflexão em cima de um tema que eu acho fundamental, que é o nosso padrão de consumo e a percepção subjetiva que as pessoas têm de que é esse o padrão que traz bem-estar e felicidade, é isso aí que todos os seres humanos devem um dia almejar: ter três carros na garagem, um closet cheio de roupas e sapatos, três televisores, um em cada quarto... Bom, é isso.

SRA. FÁTIMA IOCCA: Bom dia, quase boa tarde, vou ser bem rápida. Prof^ª. Fátima Iocca, da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Sinop. Sinop é conhecida como Portal Sul da Amazônia. Estou há 19 anos trabalhando na educação de Ensino Superior, também já trabalhei no Fundamental e no Médio. Então, até para a senadora, eu tomo a ousadia, é pouco tempo, mas, para a idade que eu tenho, acho que é razoável o tempo de experiência. Então sou meio ousada em dizer que as soluções não são tão difíceis para a área de educação. Primeiro, se nós analisamos quem são os futuros professores, quem é que faz Licenciatura nesse país. Nós temos muito claro quem são. É oriundo das classes mais baixas, porque são os cursos menos concorridos, conseqüentemente os que são menos valorizados. Começa por aí.

E aí eu quero parabenizar e falar sobre o PBID, que infelizmente ninguém colocou. O PBID, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, é um programa que era só para as universidades federais e, no ano passado, passou a abrir os editais para estadual e municipal. E eu, apesar de ser bióloga, mas vendo a... Tenho aquele sonho, como uma educadora, de uma escola possível. E quando fala de escola possível, eu já estou falando de meio ambiente, porque é aquela escola que tem uma formação integral. Quando você fala de formação integral, você já está abordando a questão da educação ambiental. E nessa perspectiva, fiz, usei fazer um projeto para Pedagogia, 24 bolsistas, não aceitei só uma unidade, trabalho em uma escola parceira, briguei e fui trabalhar com três. Aí disseram: “Mas o recurso você se vira, hein? É para uma, você quer trabalhar com três, se vire”. E em apenas seis meses, o resultado está... Vale a pena. Vou mandar agora o primeiro relatório. Disse que é anual, mas eu faço questão de mandar semestral. Pelo que eu estou vendo. E o interessante que eu coloco: desses 24 bolsistas, vários deles deixaram o emprego formal, emprego esse como frentista, como balconista. Sabe quanto eles ganhavam? Na faixa de 550, 600 reais; com

os descontos, vinha para 400 e pouco. E a bolsa... Eu tenho que falar na questão econômica, a bolsa é 400 reais. Eles estão radiantes e falam: “Professora, com 400 reais, eu posso estar me capacitando, estando na escola num período, durante a semana inteira em meio período durante dois anos”. Eu tenho aluno de 2º semestre até o 7º semestre e tive a grata surpresa, recentemente, de eles participarem... Que eu cobro, porque tem que ter também formação, não só na prática e a teoria ir na prática e a prática vir para dentro da universidade.

E nessa perspectiva, numa apresentação oral com quatro meses, nove apresentaram trabalhos científicos, e eu falei: “Eu quero todo oral”, professora exigente, “Quero todo oral”. Foram, e, ao apresentar, Edna, foi emocionante porque tinha acadêmicos do curso de mestrado da UFMT, que apresentou logo em seguida de uma das acadêmicas e falou bem assim: “Você está em qual fase do mestrado?”. E a menina falou: “Eu estou no 3º semestre”. Então vendo que é possível, é possível, se você der oportunidade. Então eu vejo: temos que ter uma mudança radical para as Licenciaturas nesse país, radical, com qualidade. Não dá mais para Licenciatura ser o patinho feio, ou melhor, ela é vista até de... “O que, você faz o quê? Pedagogia, Licenciatura? Que horror”. Aí elas respondem: “Todos vocês passaram por uma educadora nas séries iniciais, mas esquecem disso”. Enquanto nós tivermos uma política séria que oportunize esse avanço nas licenciaturas, e eu diria com grande ênfase para as séries iniciais, educação infantil e séries iniciais, não vamos mudar, não, porque é isso que vai refletir nas demais séries, inclusive no ensino superior.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada. A gente vai só fazer um apelo aqui com relação ao tempo, para poder garantir que mais pessoas participem, e nós temos já um problema na Mesa, o Prof. Luiz Carlos precisa sair exatamente ao meio-dia, então eu preciso passar para a Mesa antes do meio-dia.

SR. RAMIRO MARTINS COSTA: Vou tentar falar em um minuto aqui. Bom dia, meu nome é Ramiro Martins Costa, sou analista ambiental, agrônomo. Estou como superintendente do IBAMA no Mato Grosso, e eu vou tentar aproveitar esse momento que se falou muito em fogo aqui e dizer primeiro o seguinte: educação ambiental, eu fiz o concurso para o IBAMA para a área de educação ambiental e não consegui trabalhar com educação ambiental porque não dá tempo. Nós estamos aqui, no Mato Grosso, numa frente de batalha. E eu vou fazer aqui uma provocação, que eu digo que é tipo jogar uma bola num pátio cheio de criança, numa escola. Primeiro, o Dr. Leopoldo, e o senhor é doutor porque tem douto saber na área, concordo com o senhor que fogo não é natural, ainda mais o que aconteceu esse ano. Nós estamos há cinco anos trabalhando com essa questão de fogo, conseguindo controlar, nós somos especialistas em fazer comando e controle, mas isso cansa, custa dinheiro e não dá certo. Nós estamos aí, ainda hoje, 500 anos depois do Brasil, prendendo gente que está trocando escambo com madeira indígena e engravidando índias de 13 anos, aqui, no Mato Grosso, e as pessoas se surpreendendo com isso, e eu digo: “Por que surpreender? Só fazem 500 anos que nós fazemos isso”.

Mas a questão do fogo, e aqui eu faço uma provocação, porque remete aos senhores legisladores: neste ano, ele teve data e hora que o Brasil pegou fogo, e foi no outro dia que se apresentou uma proposta de reforma do Código Florestal, que, esmiuçada, diz o seguinte: quem abriu, abriu, consolida-se o que está feito, acaba-se com as multas e ninguém mais pode mexer no que tiver, mesmo de forma legal; no outro dia, o país pegou fogo e não foram nas terras indígenas, no começo, não foi na RPPN, no começo, não foram... Como ocorre quando tem fogo natural, eventualmente que ocorre exatamente onde você tem difícil acesso de controle, mas foram nas grandes propriedades, naquelas que estavam com processo de recuperação para se adequar à legislação, o país pegou fogo no outro dia, Rondônia, Tocantins, norte do Mato Grosso. Então ele tem dono, este fogo, e a responsabilidade de

analisar essa proposta de Código, de reforma do Código remete exatamente a isso, aos modelos que a gente quer e tem usado: “primeiro eu, eu vou tratar do meu, e depois a gente vê como é que fica”. É isso que foi feito esse ano. E não é com comando e controle que a gente vai fazer isso, isso a gente faz muito bem e tem feito. Está aqui os colegas da Defesa Civil, que eu acho que estão lá balançando a cabeça... Eu nem tinha olhado, nem combinei com eles. Mas foi o que aconteceu e vai acontecer de novo se nós ficarmos com esse tipo de modelo.

Então, por favor, analisem com cuidado essa proposta, que é muito grande, não mexeu no cipoal de legislação, porque, até hoje, nós não demos conta de garantir... Para mim, a única legislação que importa, que é o art. 225 da Constituição, não mexeu no essencial, uma legislação factível na relação do ser humano com o meio ambiente. A proposta foi só essa, passar a régua. Então, por favor, é só essa bola que eu deixo quicando, aí, no pátio cheio de criança. Obrigado.

[palmas]

SRA. ARACI ALONSO: Meu nome é Araci, sou pesquisadora da Embrapa Cerrados. Há dois que eu estou nessa instituição. Eu vou inicialmente parabenizar o evento, que eu acho que tinha que ter mais gente aqui para estar presente nesse debate, porque isso aqui é um exercício da dimensão política da sustentabilidade.

Como pesquisadora da Embrapa Cerrados, eu quero dizer que o governo lançou um edital importantíssimo para espaços científicos culturais. Nesses espaços científicos culturais, existe a possibilidade de capacitar docentes, professores de todos os níveis, para trazer a ciência e a tecnologia para a bagagem dessas pessoas, educadores e educadoras. Então eu quero parabenizar o governo por essa iniciativa, e eu acho que tem que ter muito mais espaços científicos culturais para a gente valorizar a nossa ciência e a nossa tecnologia.

Segundo lugar, como educadora ambiental, não formal, que há mais de dez anos eu vim do Estado de São Paulo e a gente trabalhou juntos no Vamos Cuidar do Brasil com Rachel, junto com Aidê Torres(F), da Federal de São Carlos, nos coletivos educadores, que eu fiquei feliz por essa retomada. Nós trabalhamos processos participativos pela pesquisa participante, que é uma metodologia que dá certo, e isso é importantíssimo para a nossa dimensão, para todas as dimensões da sustentabilidade. Quero agradecer todos os trabalhos do Washington Novaes, a Agenda 21, que eu sempre cito discutindo a sustentabilidade, a gente aproveita isso e sempre aproveitou e vamos sempre aproveitar.

Mas o que eu queria abordar como educadora é o seguinte: em cima de todas as falas, todas as palavras chaves, é necessária uma revolução radical, conforme o Washington falou, para fortalecer a educação formal e não formal para participação política, debate e decisão para ações mais sustentáveis nas esferas social, cultural, econômica, científica, ética e ambiental, entre outras muitas. Ou seja, é fortalecer a dimensão política da sustentabilidade. Se a gente não fortalecer isso, toda essa moçada que a Rachel e toda a equipe trabalhou, eles serão os nossos tomadores de decisão e estarão nas cadeiras do Senado e da Câmara para defender todas as questões socioambientais e culturais.

Agora, atualmente, o que é mais urgente, como fazer? Como o Menezes colocou, o que é que nós podemos fazer? É fortalecer as políticas o mais rápido possível, as políticas públicas, para a gente poder reverter esse quadro, amenizando esses impactos e dando a sustentabilidade para o ambiente, para a gente poder ter um pouco mais de qualidade da vida para todos os setores.

Então essa é uma colocação para toda a Mesa. Eu acho que muita gente falou muitas coisas que eu tentei resumir nessa colocação. Então quero dar esses parabéns, que aqui é um

exercício da dimensão política da sustentabilidade. Tem que ter mais fóruns, mais seminários, mais encontros para esse espaço educador de toda essa comunidade aprendente. É o que eu queria deixar para vocês. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada. Eu vou ter que pedir desculpas à Plenária, mas eu preciso passar para a Mesa agora, a gente vai ter mais duas Mesas de debate onde as pessoas poderão também participar. Eu posso... Só falta uma pessoa? Mais um minutinho, porque o Prof. Luiz Carlos já está... Um minutinho, por favor.

SRA. ROSANA: Bom dia. Meu nome é Rosana, eu sou técnica da Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e sou Mestranda de Educação Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso.

A minha pergunta é mais específica para o Prof. Luiz Carlos, em relação ao crescimento e à necessidade de energia que a gente tem. Entendendo, como ele falou, que o meio ambiente é mais que Amazônia, é o nosso habitat, é o nosso mundo, é o território, a cultura, a sociedade, a pessoa em si, quando a gente fala isso, quando ele coloca que a gente vive uma contradição aqui em Mato Grosso, a gente está vivendo ultrapassando a contradição, a gente já está vivendo conflito e a violência. E digo isso porque a rede mato-grossense de educação ambiental, aliada à SEPLAN, Secretaria de Planejamento, e à SEMA, também, nós fizemos um mapeamento das identidades do estado, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais, e foram assim relatadas inúmeras identidades que a gente nem conhecia e nem sabia que existia, e já é a segunda vez que a gente faz isso. No primeiro, nós conseguimos achar 250 identidades; no segundo mapeamento, já aumentou o número de identidades e de pessoas que sofrem com essa busca incessante por energia, que aqui em Mato Grosso se traduz como PCH, e aumentou o número de movimentos sociais, e algumas lideranças que haviam participado do primeiro mapeamento já não participaram do segundo, porque ou tinham sido assassinadas ou tiveram que fugir de Mato Grosso. Então levando isso em consideração... Inclusive, esse mapeamento é algo que deveria estar sendo apresentado aqui, hoje, porque é uma inovação em políticas, porque ele conjuga o Estado, conjuga uma demanda da sociedade, um trabalho com movimentos sociais e com academia, porque ele foi coordenado pela Prof^a. Michele Sato, e teve apoio de várias entidades.

Já finalizando, tendo isso em vista, quando a gente fala dessa busca pela energia, será que a gente não está aumentando esses conflitos, quando, na verdade, só 20% da população tem acesso a 80% de tudo isso que é produzido? Será que não é um momento de a gente ter um programa de educação ambiental radical, como fala o Prof. Washington Novaes mesmo, e repensar esse modo de energia? E eu também gostaria de deixar aqui registrado que, nesse encontro, ainda falta algumas contribuições de pessoas muito queridas no estado e que têm uma história muito grande na área de educação ambiental, que poderiam contribuir muito mais com toda essa discussão que está tendo hoje, aqui. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, querida. Eu peço desculpas, mas infelizmente a gente tem alguns compromissos aqui a serem cumpridos. Agradeço a sugestão de novos nomes do estado, mas esse é um seminário que se pretendia, inclusive, internacional, não dá para a gente contemplar a tudo. E outra, é uma semente, eu espero que, a partir de agora, a gente possa se encontrar mais.

Eu passo imediatamente a palavra ao professor Luiz Carlos Menezes, para que possa fazer as suas considerações em cima das questões, colocadas aqui, pelo público.

SR. LUIZ CARLOS DE MENEZES: Eu vou ser bastante breve. A questão central da Senadora Marisa Serrano, sobre como produzir vivência prática na escola, de fato, foi respondida por uma manifestação da Fátima sobre o PBID. Esse é um dos melhores e mais interessantes programas lançados pelo Ministério da Educação, recentemente. Ele fornece uma bolsa para alunos de Licenciatura irem trabalhar nas escolas e fornece uma bolsa que apoia os professores que vão subsidiar esse trabalho, faz a coisa que tem que ser feita; você forma professor é na escola, não é sentado ouvindo aula. E, nesse trabalho, se revitaliza também a escola, porque você tem um jovem olhando criticamente o que acontece ali, é um passo importante. Isso tem que ser universalizado. Quer dizer, aluno de Licenciatura tem que estar na escola e com apoio material, porque, se ele vai entregar pizza... Ele vai trabalhar na escola. Isso é trabalho. Ele não está lá só assistindo aula, ele está ajudando, dando aula de reforço, e etc., vai na direção correta. Então as questões da Senadora Marisa Serrano e o Senador Neuto De Conto também vão nessa direção. É preciso fortalecer a educação de fato, com recursos, bolsas, esse tipo de coisa. Claro, há muito que possa ser dito mais. Eu vou ser sintético, não vou avançar nisso.

A Senadora Fátima Cleide fala do novo modelo de desenvolvimento, e é preciso, sim. Quer dizer, a radicalidade que nos pede Washington Novaes não se consegue, sem mudar o modelo de desenvolvimento. Enquanto nós formos cada vez consumir mais, cada vez mais buscar mais bens, mais automóveis, mais segurança contra a massa despossuída que avança sobre quem tem algo... Quer dizer, esse modelo é insustentável. Quando se fala de sustentabilidade socioambiental, isso não pode conviver com o grau de disparidade econômica que esse país vive. Quando você vê a guerra do tráfico ou a guerra entre camelôs e polícias municipais, que estão o tempo todo no nosso noticiário, mostra que, sem outra proposta, a gente não vai ser capaz de avançar.

As questões de Cláudia, lidar com ambiente na condição real e de Hebia, da educação indígena, essas questões podem ser, deveriam, a meu ver, ser pensadas junto com a mudança. Nós temos que aprender com comunidades indígenas que ainda existem, nós temos que reinventar comunidades. Eu tive alguns contatos, por conta de alunos meus que foram trabalhar com educação indígena, com educadores indígenas. Eles têm muito mais para ensinar para nós do que aprender com a gente. Eles ainda, mesmo com todos os dramas, ainda têm uma perspectiva de comunidade, ao passo que as nossas escolas não funcionam como comunidade, são lugares de adestramento. Se tratam crianças nas escolas como se fosse peça industrial, sem identidade própria, como se estivessem sendo processadas... Elas funcionam como... Se desse tudo certinho, é assim: entra porquinho cinza, marrom, preto, grande, gordo, sai tudo salsicha ISO 9000, essa é a escola da sociedade industrial. Nós temos que valorar a diversidade, a identidade de cada um, respeitar essa identidade, e isso as comunidades indígenas fazem melhor do que nós. Então acho que a preservação da biodiversidade também devia envolver a preservação das identidades culturais, e, lamentavelmente, nós estamos destruindo as comunidades indígenas em lugar de aprender com elas. Eu poderia contar duas horas de lições que eu tive na conversa com índios.

O Ramiro também toca nisso, do fator da comunidade, do consumo, mas não dá para lidar com esse conjunto de coisas. Eu vou deixar uma mensagem com relação à escola. Eu tenho vivido muito em escolas, eu vou toda semana para a base escolar. Há um conjunto de professores, para ser mais franco, de professoras, que seguram a barra nas melhores escolas e têm uma atividade de engajamento com as suas comunidades que precisaria ser apoiado. A ideia de que escola é um espaço de processamento de gente tem que ser esquecida. Escola tem que estar integrada, por um lado como o centro de formadores, PBID é um programa que vai na direção correta, por outro, com as suas comunidades. A ideia de que você possa entregar

uma criança para a escola e dar as costas e buscar no fim do dia ou no fim do período, essa ideia não funciona. A reinvenção da comunidade, tanto da perspectiva ambiental como social, implica uma maior intimidade entre escola e comunidade. Centros formadores têm que ter parcerias com escolas por cuja qualidade sejam responsáveis, ou não pode formar professores, e as escolas não podem estar apartadas das suas comunidades, não só nas questões ambientais como nas questões sociais. E funcionar como comunidade. Há crianças em cidades, jovens em cidades, que não chegam à escola porque lhes falta dinheiro para pagar condução, quando não moram perto. Isso não é pensado como problema da escola. Há crianças que são violentadas, abusadas, e a escola parece que não precisa lidar com isso, porque isso é uma questão que lhe é alheia; é preciso reconstruir comunidades. Nesse sentido de que a gente precisa aprender mais com os índios do que ter para ensinar com eles. Eu, lamentavelmente, tenho que correr, porque eu tenho compromisso em São Paulo ainda hoje e não posso perder o meu avião. Gostei muito de estar com vocês, aprendi muito mais, não tenho nada para ensinar para vocês. Gosto do engajamento que eu vejo aqui, presente, do pessoal do Executivo, do Legislativo, da imprensa. Foi um privilégio poder conviver com vocês e com o pessoal do comércio. MUITÍSSIMO obrigado. Até a próxima.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Prof. Luiz Carlos. Para nós também foi um privilégio estar em sua companhia. Vou passar para o Washington Novaes, que está aqui, doidinho para falar, faz um tempinho.

SR. WASHINGTON NOVAES: Vou tentar falar brevemente aqui sobre algumas coisas. Começando pela pergunta aqui da Senadora Fátima Cleide sobre a questão de piscicultura e pesca, e dizer o seguinte: o Brasil vive na absoluta contramão da lógica e da necessidade. Os relatórios que foram discutidos agora, em Nagoya, dizem o seguinte: nós temos hoje, no mundo, de 75 a 80% dos estoques pesqueiros ou já esgotados ou perto de esgotamento, caminhando para o esgotamento. No Brasil, os estudos do REVIZEE, comandados pelo Ministério do Meio Ambiente, dizem o seguinte: todas as espécies mais pescadas no Brasil, no Sudeste e no Sul, estão ameaçadas de extinção. Apesar disso, o Ministério da Pesca no Brasil teve o seu orçamento aumentado em 70 vezes, e está colocando como meta aumentar o estoque pescado no Brasil em dez vezes, quando também... Isso, inclusive, em águas interiores, em aquiculturas, quando os relatórios sobre aquiculturas no mundo também dizem o seguinte: todos os projetos de aquicultura são deficitários no sentido de que consomem mais insumos do que produzem peixes. O consumo de recursos é maior do que a produção, e, enquanto isso, nós estamos com essa política oficial no Brasil, em relação à pesca, que é suicida, e ainda mais, criando subsídios para virem embarcações estrangeiras pescarem no Brasil. É um contrassenso muito forte que precisa ser revisto.

Questão da educação indígena, eu vou entrar por um outro ângulo. Faz mais de 30 anos que eu faço documentação de grupos indígenas na Amazônia, no Xingu, em todos os lugares. E há uma questão muito complicada e na qual ninguém quer entrar, que é o seguinte: todos os chefes mais velhos, mais experientes e mais antigos dizem o seguinte: a educação bilingue nas aldeias está acabando com as culturas indígenas. Os jovens, as crianças, a partir do momento em que aprendem a falar português, só se interessam em ver televisão e ir para a cidade e incorporar os hábitos das culturas brancas, e isso está liquidando com as culturas indígenas. Mais grave ainda: essas crianças e esses jovens, ninguém mais quer ser pajé, e o pajé é o centro da cultura, é a base da cultura, ele é que tem todo o conhecimento, toda a tradição, a formação, são todas culturas que são centradas em espíritos. Cada espécie tem um espírito, cada árvore, cada animal, cada coisa, e ninguém mais quer ser pajé. Para que se tenha ideia, por exemplo, eu, depois de consultar a FUNAI e outras coisas, eu consegui um instituto

de Goiânia para financiar um curso de pajé, numa aldeia do Xingu, porque, senão, não haveria... O número de pajés havia caído de 13, há uns 20 anos, para três, e nenhum jovem mais queria ser pajé. Agora, os chefes mais antigos dizem isso. Quer dizer, a cultura deles vai desaparecer por causa da educação bilíngue; se ela prosseguir, vai acabar a cultura indígena. E a nossa cultura tem que ver primeiro o seguinte: ela tem que aprender com o índio. Primeiro, na organização social e política. Índio não delega poder para ninguém, índio não precisa de chefe que dê ordem, índio não precisa de ninguém que mande, um índio não dá ordem para outro, o chefe é o que mais sabe, é o grande mediador dos conflitos. Segundo, um índio na força da sua cultura é autossuficiente, não depende de ninguém para nada. Então é um segundo luxo: nascer e morrer sem nunca receber uma ordem, nascer e morrer sem nunca depender de ninguém. E terceiro, essas culturas, todos os relatórios que são feitos sobre biodiversidade dizem a mesma coisa: o melhor caminho para a conservação da biodiversidade está nas áreas indígenas. Isso está provado no mundo todo, inclusive no Brasil. Então eu penso que essa questão tem que ser toda muito repensada.

De algumas coisas que a Cláudia colocou, eu acho o seguinte: nós precisamos repensar toda a formação dos professores, como temos que repensar toda a formação dos jornalistas. Não adianta formar jornalista do jeito que se faz hoje, dizendo, de repente, que tem uma disciplina de jornalismo ambiental, que, a meu ver, não existe. Como eu disse, o meio ambiente está em tudo. Então é preciso que permeie tudo e não que seja tratado como uma coisa à parte. E essa questão dos padrões de consumo. Há 20 anos que o PNUD vem nos dizendo o seguinte: os países industrializados, com menos de 20% da população do mundo, consomem quase 80% dos recursos. Isso é absolutamente insustentável. Se todos os países tivessem um nível de consumo de norte-americano, de japoneses ou de europeus, nós precisaríamos de mais dois ou três planetas para atender a esse consumo. Então o que o mundo está colocado hoje é diante da questão da equidade no consumo de recursos; ou se enfrenta essa questão ou então nós vamos caminhar para o quê? Nós vamos caminhar para regiões e povos privilegiados, encastelados lá nos seus territórios, consumindo, e uma grande maioria da humanidade na miséria. Essa é a questão que está colocada para o mundo e que inclusive começou a ser discutido em Nagoya, nessa questão da proposta do [ininteligível] e outros.

A questão do cerrado que foi colocada também. Eu acho uma loucura. O cerrado é uma espécie de primo pobre brasileiro, onde pode tudo. O cerrado pode tudo, pode fazer tudo. Amazonas tem que preservar, Mata Atlântica tem que preservar, não sei o que tem que preservar; agora, no cerrado, pode tudo, pode fazer o que quiser no cerrado, a ponto, por exemplo, do cerrado ter sido excluído do zoneamento ecológico econômico da expansão da cana-de-açúcar, e o que a expansão da cana-de-açúcar está promovendo de devastação no cerrado é uma grandeza. Ao mesmo tempo, o ex-ministro Carlos Minc disse, por exemplo, que a produção de carvão para as [ininteligível] de Minas Gerais tem que continuar até 2013, no cerrado mineiro e no cerrado goiano, no cerrado do Tocantins e todas essas coisas. Não pode isso. O cerrado tem 1/3 da biodiversidade brasileira, o cerrado tem 14% das águas brasileiras que nascem no cerrado.

Há uma pessoa do Ministério do Meio Ambiente, eu não estou autorizado a dizer o nome, que me disse o seguinte: há sete anos o cerrado tinha um estoque de água no subsolo suficiente para sete anos de fluxo para as três grandes bacias que ele abastece, do Araguaia, do São Francisco e do Paraná/Paraguai. Há uns três ou quatro anos foi feita uma reavaliação disso, esse estoque de água havia caído para três anos. Se nós tivermos secas muito prolongadas no cerrado, nós temos graves riscos em matéria de água no Brasil, e isso também não está, sequer, em discussão, como não está em discussão, por exemplo, a questão de

pastagens degradadas no cerrado. O que tem de pastagem degradada no cerrado é uma grandeza. Não precisa criar pastagem nova nenhuma, não precisa fazer nada. Quer dizer, o que tem aí é uma grandeza, e também com uma emissão de metano muito mais alta por causa disso.

E também uma outra questão que foi colocada aí é a questão de participação política. Eu acho o seguinte: ou a sociedade aprende a se organizar, a discutir essas questões e a levá-las para a política, para a administração, ou nós não vamos sair do lugar. A sociedade brasileira, hoje, vive numa posição que eu chamo de retórica da indignação, ela fica muito indignada com tudo o que acontece, com a corrupção, com a incompetência, com o descaso, com isso, com aquilo, mas ela não é capaz de fazer nada, ela passa... É ano atrás de ano a mesma coisa. Então a sociedade precisa aprender a se organizar, a discutir e a propor, a ter plataformas, a ter projetos e a propor isso, levar isso para o meio político. E finalmente uma questão, é uma pena do Prof. Luiz Carlos não estar aí, eu discordo bastante da visão de energética que foi colocada aqui. Eu creio que há um representante do WWF, aqui, que pode confirmar isso aí. Em 2006, a UNICAMP, junto com o WWF, fez um estudo sobre a matriz energética brasileira, que diz o seguinte: o Brasil não precisa ampliar em nenhum só watt a sua oferta de energia; o Brasil pode viver tranquilamente com 50% da energia que consome hoje. Pode ganhar 30% com conservação e eficiência energética, tal como fez em 2001, no apagão, o Brasil economizou 30% da energia, em 2001, sem nenhum prejuízo, a não ser para as empresas produtoras e distribuidoras de energia. Mas, para o país e para a sociedade, não houve prejuízo nenhum, nada, economizou 30%. Pode ganhar mais 10% com repotenciação de antigas usinas com velhos geradores, que estão produzindo muito pouco. Pode fazer essa repotenciação a um custo muitas vezes menor do que a implantação de uma nova usina. E pode ganhar mais 10% reduzindo as suas perdas nas linhas de transmissão. Inacreditavelmente o Brasil perde 17% da energia que produz nas linhas de transmissão; o Japão perde 1%. Então, 30 mais 10, mais 10 são 50%. Enquanto isso, o que é que nós estamos fazendo? Nós estamos fazendo coisas como esse projeto vergonhoso de Belo Monte, por exemplo. Eu digo vergonhoso usando os termos de um parecer do Instituto de Engenharia de São Paulo, reproduzido na sua revista. É um projeto vergonhoso. Belo Monte é um projeto vergonhoso. Começou custando 8 bilhões, passou para 9, passou para 10, para 11, para 14, para 15, para 16, para 19, para 21, para 24, para 30, voltou para 24, agora está em 21, e as empresas não querem sequer ser donas dele, só querem construir e ser remuneradas por isso.

Agora, na expansão da matriz que está aí, então vem aí... Mato Grosso inclusive vai sofrer com as novas usinas no Teles Pires, o Tocantins vai sofrer horrores com a expansão lá no Tapajós. Nós temos mais de 100 pequenas centrais, e tudo isso quando nós não precisaríamos expandir em nada a produção. Agora, podia aplicar esse dinheiro em outras coisas; podia aplicar em educação, podia aplicar em ciência e tecnologia, podia aplicar numa porção de coisas. Então essa questão da matriz energética brasileira eu acho uma vergonha. Além de tudo, dedicar 40% dos leilões de energia para implantação de termelétricas, inclusive com importação de carvão da China, que é a forma mais poluidora de produção de energia, isso é um absurdo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada. Nós vamos passar agora para o Prof. Leopoldo.

SR. LEOPOLDO BRANDÃO: Vou apenas responder uma pergunta da senadora sobre fogo. Nós estamos lidando com isso há muitos anos. Nós estamos lidando com o fogo há muitos anos na vizinhança. No fundo, no fundo, no fundo, tudo é educação. Nós vamos ensinando aos pequenos proprietários o que é o fogo, o que é que ele faz e o que destrói. E estamos inclusive administrando o fogo das pequenas propriedades. Então é simples: se você

tem uma propriedade retangular e o vento está para cá, ele põe fogo aqui dentro do que é dele, mas o fogo vai para o vizinho; se o vento estiver para lá, ele põe o fogo dentro do que é dele e fica dentro da propriedade dele. Primeiro ensinar o sujeito o que é o fogo e como é que ele funciona. Segundo, o seguinte: ensinar para ele a não usar o fogo, mudar o sistema produtivo. E está funcionando. Nós fizemos isso com 126 pessoas, acredito que a metade adotou. É uma questão, como o Washington falou, que tem que mudar, mudar o processo produtivo. Por exemplo, um simples plantio direto, que aqui já se pratica em larga escala, reduz 90% do desperdício. Uma coisa simples: em vez de tocar fogo, planta em cima da taquara, da palhada, e produz muito mais porque tem a matéria orgânica que ficou lá. São coisas simples.

Agora, eu, como sou velho, posso dizer: não acredito que os velhos mudem, tem que trabalhar a nova geração, porque eu acho que é ensinar, aprender, mas com a nova geração, porque sujeito na minha idade não muda nada, só está pensando em morrer, mais nada, o resto não pensa nada.

[risos]

SRA. ANDREA PAULA DE CARESTIATO COSTA: Respondendo à Senadora Marisa Serrano, hoje, em relação a processos de avaliação sistemática, nós temos o DEA a dizer sobre educação ambiental. Nesse momento, está acontecendo a avaliação do PRODOC da Unesco. Em dez anos de projetos de educação ambiental, utilizados, o PRODOC, que foi utilizado pelo DEA, está vivenciando, nesse momento, esses resultados que nós precisamos saber, a eficácia, a eficiência, a efetividade que afinal foi muito dinheiro público investido nesse sentido, e acreditamos que em breve podemos apresentar esse material, que ele vai ser muito importante, porque estamos propondo indicadores. Essa é uma inovação. O DEA, de certa maneira, nesse momento, está buscando apresentar indicadores socioambientais para projetos de educação ambiental, a partir do ensino não formal e informal.

O próprio projeto Nas Ondas do São Francisco implementou, em paralelo, um processo de avaliação sistêmica que quer se tornar sistemática. Também estamos apresentando, daqui a duas semanas, no Encontro Nacional de Comitês de Bacia, que vai acontecer em Fortaleza e vai estar tratando de comunicação e informação, a partir da política de recursos hídricos, é o tema central desse encontro, mais de 1500 gestores de todos os três segmentos que compõem o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nós vamos estar lá, apresentando resultados em relação à questão do processo de avaliação, porque entendemos que informação, desenvolvimento de capacidades e a questão da formação das pessoas, pelo menos no âmbito da política de recursos hídricos, necessita ter indicadores, e nós estamos tentando desenvolver. Vocês viram as matrizes e as cadeias causais que formam a metodologia que vão propor aí o desenvolvimento e a perspectiva do projeto Nas Ondas do São Francisco, é exatamente implementar um processo aí testando... O Projeto Nas Ondas do São Francisco é um projeto piloto, ele está testando metodologias; e a avaliação é a nossa próxima meta, e vê exatamente eficácia, eficiência, efetividade, num processo como esse, na comunidade da Bacia do São Francisco. Temos ainda, já está posto aí, o relatório de avaliação do Projeto dos Coletivos Educadores, é recente, tem algumas semanas, foi feito pelo Fábio Debone e já temos um relatório objetivamente que foi buscar desse questionamento... Afinal, o projeto de educação ambiental funciona ou não, e os coletivos educadores foram um exemplo nacional de como essa questão pode desconstituir uma política que não tinha elementos, vamos dizer, científicos, e essa é uma questão muito importante, quando se trata de ações socioambientais, que, sistematizados, apontasse a diretriz da continuidade ou não desse processo. Então esse esforço está implementado e nós temos agora o primeiro resultado já nesse sentido. Também fizemos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ANDREA PAULA DE CARESTIATO COSTA: Sim, eu posso imediatamente disponibilizá-lo para todos.

Temos ainda outro relatório, que é Educação e Mudanças Climáticas, que não necessariamente vai avaliar processos de educação, mas faz um mapeamento de tudo que existe, e estamos fazendo também uma tentativa de apontar diretrizes para a educação ambiental e mudanças climáticas, trazendo a componente avaliação como um dos processos mais importantes, e esperamos que esse relatório possa contribuir para a revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que estamos tentando encaminhar à Casa Civil como nossa contribuição ao processo.

Temos ainda... Na semana que vem, nós vamos estar reunidos em São Paulo, num seminário fechado, que eu também convido os senhores e senhoras a, dentro do possível, tomarem conhecimento dos resultados desse material. É o FEHIDRO, que está objetivamente envolvendo avaliadores para o Fundo de São Paulo, relacionado a recursos hídricos. FEIHIDRO é um Fundo muito especial, muito interessante, é um dos mais antigos, está aí, buscando dar uma resposta. Nós todos vamos estar reunidos lá, quem lida com essa questão, para contribuir na construção dos indicadores. Então já temos, em São Paulo, a possibilidade de, já em 2011, incorporar a questão da avaliação sistêmica para processos de educação ambiental. Acho isso um avanço muito importante de ser acompanhado. E no Programa 4, do Plano Nacional de Recursos Hídricos, nós estamos propondo exatamente... Tem o Programa 13, que é sobre a avaliação do processo da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que isso é um componente inovador em programas nacionais, que geralmente não têm uma componente específica para um processo de avaliação sistêmica e sistemática. E o Programa 13, do Programa Nacional, tem esse trabalho, mas o Programa 4, que é de ações e educação ambiental, comunicação e principalmente informação, vai estar incorporando, na sua próxima fase, essa componente.

Então, de imediato, assim, na área que eu atuo, eu posso pontuar essas experiências que estamos em construção ou já trazendo como uma política. Temos ainda diversas ações da sociedade civil que têm buscado esse trabalho. Temos, lá na ANPED, o pessoal da ANPED, do Grupo de Educação Ambiental, também está discutindo este assunto, que é recorrente, mas nunca, na verdade, a gente conseguiu avançar. Acredito que agora, nos próximos dois anos, tenhamos realmente bastante substância, subsídio, para poder fomentar circunstância nesse sentido, já seguindo.

A microbacia... Inclusive utilizei também esse trabalho lá de Santa Catarina, o pessoal... Foram quatro experiências do Banco Mundial, na época, similares, e o de Santa Catarina, trazendo a questão das microbacias. Eu tive a oportunidade de propor ao Programa de Revitalização que a microbacia fosse a unidade de produção sustentável e de revitalização, porque uma das críticas que o Comitê do São Francisco faz ao Programa de Revitalização, que tem em torno de 6 bilhões de reais investidos, é que eles não conseguem visualizar, não conseguem entender o que é revitalização e que diabos a gente está chamando de resultado. Então a microbacia é a unidade que vai permitir esse entendimento e a mensuração do resultado, mas, evidentemente, nós estamos falando de ações sistêmicas, o que o pessoal faz assim: “Ah, nessa microbacia, vamos fazer saneamento; na outra, faz mobilização; na outra...”. Aí, realmente, a fragmentação da implementação dessas ações tornam muito difícil a visualização de resultados, que a gente possa inferir e dizer: “Bom, gerou revitalização na bacia hidrográfica?”. É difícil, mas a gente está tentando utilizar essa unidade, a microbacia

como a unidade de produção sustentável e de revitalização. É a nossa proposta de avanço para a política. Vamos ver.

Querido, fogo... Para mim, fogo é a floresta, na verdade, o fogo quer dizer o seguinte: as florestas, vou ousar dizer, elas são as novas bruxas contemporâneas. Por quê? Elas não são entendidas e elas são temidas, elas assustam. Então eu sintetizo a minha colocação sobre o fogo, porque era a maneira como o pensamento rasteiro... Medieval, é uma injustiça falar do medieval só do negativo, mas, de qualquer maneira, no que se trata essa relação muito pouco compreendida, as bruxas eram queimadas, e elas, para mim, são as novas bruxas contemporâneas, porque fazemos reincidentemente... Esse fator humano de que o que não consegue entender quer destruir. Isso, para mim, é muito claro no país. Mata Atlântica, gente, 500 anos sobrou 5%, está certo. O cerrado, em 30 anos, já destruímos 70%. Isso é para ajudar os números do Washington, que é bom nesse troço. Não, 70, eu tenho dados. O pessoal do Pantanal, o Programa do Pantanal fez esse levantamento e é assustador. Podemos comparar estudos, mas eu acho interessante essa percepção. Em 30 anos, o que aconteceu com o cerrado, tanto faz... A velocidade é que interessa. O que é que é isso que está acontecendo com o cerrado?

Bom, a ideia da educação partir do pequeno é fundamental, porque é do pequeno que nós somos unidades. Nós estamos falando do pequeno eu, do pequeno nós, do nosso círculo familiar e comunitário. Evidentemente educação ambiental também pensa assim, para partir para mudanças... Essa revolução radical eu chamo de crise civilizatória, e ela vai precisar de radicalidade em todos os sentidos. É nesse sentido também que a questão da Fábria com os povos indígenas traz... O indígena é uma forma de humanidade, é uma forma de humanidade que a gente realmente vai ter que repensar, se a gente, como as bruxas, nós vamos queimá-los. Vamos ver. Mas o importante é o seguinte. Eu queria deixar... Isso, também, para mim, para fechar essa minha falação, fazendo um geral de respostas, que o consumo... Porque o que você está falando do índio, para mim, se refere ao desejo... Eu tenho que dizer para vocês que, embora a gente fale de políticas públicas, é impossível falar de políticas públicas se a gente não falar do humano, a gente tem que trazer o fator humano, é o ser humano que faz e realiza. As políticas públicas são palavras, programas e etc., mas eles não são humanos. O que é humano é a vivência, a realização dessa política por humanos, e o desejo faz parte do humano, e o desejo é o centro da questão do consumo. E isso é uma questão da subjetividade. Então a gente tem, nas políticas públicas, que enfrentar o que significa subjetividade, para poder falar de revolução, para falar de qualquer coisa em educação. Nós temos que enfrentar o que significa a subjetividade, e a subjetividade impõe passar pelo que é realmente necessário, e o que é que é realmente necessário, quando a gente põe lá na cadeia causal, quando a gente aponta por que isso, por que isso? A gente vai chegar num ponto que gera aquilo tudo e se assusta o que é que gerou, às vezes foi o mau humor de alguém, às vezes foi uma perseguição pessoal, às vezes foi um mal-entendimento, a gente vive isso o tempo todo no Poder Público, a ignorância de alguém, a incompetência de alguém, pega uma frase e coloca no lugar errado e aquilo realmente flui.

E aí a ideia é... Uma pergunta que, para mim, é uma questão central de tudo que a gente está fazendo aqui. Discutir o modelo de produção é discutir a pessoa. Será que nós vamos ter coragem para isso? Nós vamos ter coragem de discutir as pessoas? Nós vamos ter coragem de discutir a nós mesmos? O meu desejo, nós vamos colocar isso nessa conta? Se a gente vai mudar modelo de produção, vai ter que passar por uma mudança radical de você mesmo sobre o que é estar no mundo, de pensar o mundo e transmitir isso para as próximas gerações. Então eu não tenho essa resposta. Eu só posso fazer isso comigo mesma, e digo: é

possível? Dentro do que eu sou, na minha pequenez, eu acredito que sim, porque, como eu comecei, eu acredito em saltos quânticos.

Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Andrea. Rapidamente, passar para a Rachel, que aguarda aqui pacientemente. Só colocar que nós já estamos às 12h30 e precisaremos retornar às 14 horas, porque, às 16 horas, o Senador Cristovam tem que viajar.

SRA. RACHEL TRAJBER: Bom, eu nem sei diante disso, eu anotei 300 mil coisas, associei milhares de coisas também. Deixa eu começar com uma historinha, que é daqui do Mato Grosso e que Sérgio Guimarães, que é de uma ONG aqui do Mato Grosso, me contou. Ele disse assim que umas crianças, numa escola, resolveram fazer greve e não ir mais para a escola, e a mãe e os pais ficaram muito horrorizados. “Por que é que vocês não vão para a escola?”. “Porque vocês estão queimando a roça, o mato e tal, quando a professora disse que isso é horrível, que isso não pode queimar, que isso não tem sustentabilidade e tal”, e as crianças não queriam mais ir para a escola. Aí os pais foram conversar com a professora, aí voltaram para casa e falaram assim: “Olha, então nós vamos parar de queimar, aí vocês voltam para a escola?”. Aí as crianças perguntaram assim: “A gente volta para a escola, mas porque vocês querem que a gente vá para a escola ou porque vocês entenderam?”. É esse ‘entenderam’ que é o fundamental na educação ambiental, e, quando a gente fala em educação, e eu acho que a emoção da Andrea foi muito contagiante, é isso mesmo, é rever o modelo de desenvolvimento que foi construído historicamente, por uma civilização, e que a gente tem que mudar. Mas mudar como e pela educação? Ok, todo mundo diz: “pela educação”, mas, quando está na hora de fazer realmente as mudanças efetivas e os recursos necessários e a valorização dessa educação ambiental nas diretrizes curriculares e tal, isso não entra dessa forma tão radical.

E com relação à avaliação, Senadora Marisa Serrano, o Ministério da Educação tem como base o IDEB, e acho que a senhora conhece, e o IDEB tem a ver com acesso, permanência e qualidade de ensino. Quando nós tentamos encontrar uma brecha para entrar no IDEB, com essa educação ambiental, é muito complexo, porque são macroindicadores que se relacionam, e a gente podia entrar pela qualidade de ensino, claro, e aí está o ENEM. O ENEM está aí para isso, e, como disse o Menezes, 30% das questões do ENEM eram voltadas à educação ambiental, às questões ambientais ou socioambientais, e o ENEM é um exame que ele é exatamente o contrário do vestibular, porque ele é includente, ele mede aquilo que as pessoas estão pensando, aprenderam e estão debatendo e o processos de aprendizagem, enquanto que o vestibular, por exemplo, ele é profundamente excludente, ele só mede com pegadinhas e com questões de memorização aquelas pessoas que não tiveram os debates nas escolas, mas que tiveram acesso à indústria dos cursinhos. Então a gente precisa pensar exatamente o que é que a gente está medindo nessas avaliações e como avançar no processo de educação, de modo que cheguem às escolas as mudanças e não fiquem paradas nos cursinhos.

Nós fizemos avaliações periódicas da educação ambiental, a partir daquele quadro que eu mostrei, que está universalizada a educação ambiental, nós fizemos uma pesquisa muito interessante, que é tanto qualitativa como quantitativa, que se chama “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?”, porque elas dizem, no censo do INEP, que elas fazem em educacional ambiental, mas que educacional ambiental é essa? E nós pesquisamos com sete universidades federais, 15 estados da União, indo direto nas escolas, nas escolas urbanas, rurais e nessas escolas que diziam que faziam educação ambiental, que são 94% das

escolas do país, então não tinha problema. Em diversas escolas nós chegávamos e... Uma escola do Mato Grosso do Sul até, da zona rural, ela disse assim: “Não, aqui a gente não faz educação ambiental”. Disseram: “Mas como? Vocês fizeram até conferência de educação ambiental”, os estudantes da universidade. Aí a professora disse: “É mesmo, nós fizemos a conferência”. “E que tema vocês fizeram?”. “Nós fizemos alimentação”. “E o que é que aconteceu com isso?”. “Ah, vem ver”. Ela mostrou uma horta agroecológica lá e disse assim: “Agora nós conseguimos fazer passar para todas as escolas do município, na Câmara dos Vereadores, que teria hortas agroecológicas em todas as escolas”, e eles não fazem educação ambiental. Quer dizer... E para mim isso é sinal de que sim, as coisas estão entrando pelos poros e que elas não precisam necessariamente ter esse nome, mas que a gente consegue mudar a sociedade só pelo debate, pelo diálogo e pela inserção na escola dessas temáticas tão importantes.

Com relação à educação escolar indígena. Eu sou antropóloga, e educação intercultural é extremamente difícil, e a inserção da Língua Portuguesa nas escolas indígenas é uma demanda das escolas indígenas. As próprias comunidades indígenas, as lideranças, necessariamente... Não as lideranças, mas existe um desejo assim de ter sala de aula com a bandeira do Brasil hasteada todos os dias, em todas as comunidades, mas isso eu não estou justificando nada, porque exatamente o Ministério da Educação atualmente trabalha com as 350 línguas indígenas e praticamente a totalidade nós estamos trabalhando com professores dessas línguas, que são formados. Aqui, no Mato Grosso, tem uma universidade de educação escolar indígena e de formação de professores, a partir da visão de ciência das próprias comunidades e nas suas línguas. O material didático está feito nas suas línguas e pelos próprios professores, que até agora os professores não eram necessariamente indígenas, e muitas mudanças estão acontecendo, mas elas são relativamente lentas. E a Conferência de Educação Escolar Indígena mostrou a força que as próprias comunidades têm de exigir essa formação nas próprias culturas.

E aqui eu queria só lembrar um filósofo que eu estou completamente apaixonada atualmente, que se chama Raimon Panikkar, que é um filósofo indiano e que eu falei, inclusive para a CIEAS, sobre esse olhar, e, com a educação escolar indígena, fica muito mais forte, porque ele diz o seguinte. Nós temos dois tipos de diálogo, o diálogo dialógico, que é dialético e que parte das contradições, dos conflitos, e chega a um resultado, assim, de um desses lados do diálogo, e tem o diálogo dialogal, que inclui o outro como um todo, como a sua visão quase como um universo. É por isso que ele diz que - nas questões legais, nos diálogos interculturais, isso fica muito claro - na educação, por exemplo, quando a gente estabelece um diálogo dialético com as comunidades indígenas, a gente está automaticamente destruindo e descontextualizando a educação deles. Então nós precisamos trabalhar com a visão de mundo deles como uma verdade tanto quanto a visão científica, por exemplo. E por isso a gente pode criar e constituir, nessa diversidade, o pluriverso, e não o universo, porque ele é formado de múltiplos universos.

E o que mais? Cláudia, nós estamos trabalhando, e aqui eu nem sei, a questão do consumo, que as outras partes do que você falou foram mais ou menos respondidas, mas você falou da questão do consumo, que é a mola propulsora do modelo civilizatório em que nós estamos. Nós trabalhamos com um conceito de cinco ‘Rs’, não mais de três ‘Rs’, sendo que a escola necessariamente trabalha com os dois primeiros, e não com os três ‘Rs’ que a gente está acostumado. O primeiro deles é refletir, refletir sobre o processo de produção, distribuição, consumo, desde a matéria-prima até o descarte dos produtos, e refletir nas condições socioambientais que estão na base da produção de cada produto na sociedade de consumo. O segundo R é recusar, é recusar, quando não passou por esse crivo. Então você

pega qualquer coisa, uma coisa típica, um refrigerante, Coca-Cola, será que ele passa pelo crivo dessa produção até o descarte, mesmo fazendo programas de responsabilidade social empresarial com relação à água e a pets, que é o auge da contradição? Enfim, o segundo R é recusar, o terceiro R é reduzir, pensando na sociedade de consumo. Eu preciso desse produto? E o quarto R é reutilizar, e só o quinto é reciclar, e a escola necessariamente não precisa ser uma recicladora de lixo, ninguém quer que a escola faça isso, porque a função social da escola é refletir sobre esses processos de produção até o descarte.

E o Ailton Krenak, que é de Minas Gerais, é um indígena Krenak de Minas Gerais, ele sempre diz isso: será que a gente consegue ter um pacote de civilização, que ele chama, de consumo para a humanidade toda? E a gente sabe, por todas essas questões, a pegada ecológica e tal, que é impossível. Quantos planetas a gente precisa? E o Sérgio Abranches também fala muito esse desespero de que as coisas não estão especializadas. Eu não faço educação ambiental, eu estou fazendo educação, mas a gente precisa acabar colocando o ambiental porque senão ninguém enxerga mesmo.

Fátima, o PBID é a coisa, é o programa, porque ele remunera também os professores que vão fazer as Licenciaturas e tem muitos professores que não fizeram Licenciatura no país.

E, Ramiro, eu endosso o teu apelo superdidático da bola quicando no campo, em defesa do Código Florestal, e acrescento que o Aziz Ab'Saber, ele está propondo que o Código Florestal seja revisto, mas ele seja revisto mantendo ele mais aprofundado ainda e tornando ele um código da biodiversidade, e aí o Código Florestal, ele vai ficar incluído em uma visão muito mais ampla e vamos acabar com esse fogo individual, assim.

Araci, é isso mesmo, a gente trabalha a dimensão da política da sustentabilidade para dentro das escolas, coisa que nunca era falado, nunca se trabalhou as políticas para a sustentabilidade na escola.

E só para concluir, realmente, eu parablenizo a Rosana, pelo que ela falou sobre essas questões da contradição, conflito e violência, e eu encerro dizendo que tem um provérbio africano que diz assim: é preciso toda uma aldeia para educar uma criança. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Rachel--

SRA. RACHEL TRAJBER: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu também peças desculpas, mas o tempo está trabalhando contra.

A ideia é refletir, é iniciar um processo dentro do Senado Federal na Comissão de Educação. Então eu quero agradecer a todos os nossos convidados, aqui, como expositores, e pedir encarecidamente que a gente esteja aqui, no retorno, às 14 horas, a Mesa será conduzida pela Senadora Marisa Serrano, e nós vamos fazer uma alteração iniciando pela Mesa Três, que estava prevista para ser a última. Nós temos um problema com relação à viagem do Senador Cristovam e tivemos que fazer essa adequação para contar com a presença dele.

Meu muito obrigada a todos e um bom almoço.

[palmas]

Reunião suspensa às 12h50.

Reunião reaberta às 14h10.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, boa tarde. Dando continuidade ao Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente, pedimos aos senhores que ocupem os seus lugares, mais uma vez, pois iremos agora receber, como moderadora desta segunda Mesa do painel internacional, a Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano, vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Vamos recebê-la, por gentileza.

[palmas]

Para falar sobre o tema “Um olhar para o futuro”, gostaríamos de convidar também a compor a nossa Mesa o Exmo. Sr. Senador da República Cristovam Buarque, professor, ex-Governador do Distrito Federal e ex-Ministro da Educação.

[palmas]

Vamos, então, passar a palavra, para moderar os trabalhos, à Exma. Senadora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como foi informado de manhã, houve uma inversão aqui, nas Mesas, e a terceira Mesa é a que nós estamos abrindo agora, que tem o tema “Um olhar para o futuro”. Eu acredito que, depois de tudo que nós conversamos hoje de manhã, é uma boa ideia a gente começar a pensar no futuro, principalmente depois de Nagoya, que foi dito aqui, que todos nós estamos acompanhando o desenrolar da Conferência. Cancun, que vem aí, também, a proposta de Cancun do Fundo Verde, que também é algo que vai nos jogar para o futuro, acredito eu. Na questão das águas, quem esteve em Istambul acompanhou o Fórum Mundial de Águas. O próximo vai ser em Marseille, na França, agora, em 2012. Quer dizer que nós temos ainda uma discussão grande sobre águas. Eu estive em Istambul, acompanhando, e sou a Presidente da Subcomissão Permanente de Águas do Senado Federal. Faço parte da Comissão de Meio Ambiente também. Então aqui eu estou como representante da Comissão de Educação, mas também da Comissão de Meio Ambiente.

Se você me permite, Júlio, eu vou chamar para participar da Mesa o Senador Taques, Pedro Taques. Faz favor, senador. [palmas] Participar conosco, aqui, representante de Mato Grosso no Senado Federal, que está chegando agora. Para nós, é um prazer enorme recebê-lo.

Eu quero dizer apenas que... Senadora Fátima Cleide? A Fátima Cleide disse que está lá atrás, viu, Júlio? Mas dizer, Fátima, que... Acredito que nós tenhamos avançado já um pouco, as escolas brasileiras estão tratando, nos temas transversais, a questão da educação e meio ambiente, da educação ambiental, a sociedade civil organizada está cada vez mais assumindo um papel fundamental no país, e isso, para nós, é importante porque trabalha a mudança de mentalidade do consumidor brasileiro também. Então, esse é um item que nós, no Senado, temos discutido muito, é uma questão difícil. Eu mesma estou com uma queda de braço muito gentil com a Coca-Cola, porque eu tenho um projeto que vai à votação agora, semana que vem, na Comissão de Meio Ambiente, que fala justamente da questão do excesso de açúcar, sal, sódio, etc. e tal nos alimentos. É uma briga boa, mas a gente vai levando. E depois, ainda, acredito que os governos, o federal, os estaduais e os municipais, estão achando formas mais eficazes de poder coibir todos aqueles que extrapolam o atendimento na questão do meio ambiente. Portanto, eu acredito que nós estamos avançando.

Não sei se é essa a visão do meu querido amigo e Senador Cristovam Buarque, que é uma pessoa extremamente querida no Congresso Nacional, principalmente no Senado, mas

ele é querido em todo o país. Por onde ele anda é sempre um secto(F) atrás dele. É dando entrevista, é falando... Ele não larga o telefone por jeito nenhum. Esse celular dele é uma coisa incrível. Se esse celular falasse, hein?

Mas dizer que a gente fica muito feliz de ter aqui à Mesa conosco uma pessoa do porte do Senador Cristovam Buarque, que é o nosso Ministro da Educação, senador por Brasília, governador de Brasília, tem a experiência tanto do Executivo quanto do Legislativo, e isso, para nós, é fundamental, ouvi-lo e poder ver que olhar você nos aponta para o futuro na questão da educação junto com o meio ambiente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Boa tarde a cada uma e a cada um. Eu quero, inicialmente, cumprimentar essas duas grandes figuras do SESC, os amigos Gil e Veloso(F), dizer da satisfação de estar aqui, ao mesmo tempo acompanhado de uma frustração de ficar tão poucas horas. Quero cumprimentar meus colegas e colegas, moças do Senado, a Fátima Cleide, a Marisa, o Taques, e a cada um de vocês.

Quero agradecer o tema que me colocaram, que é falar sobre futuro, como é que a gente vê. Eu vou começar falando sobre o futuro, como ele nasceu. Que o futuro, talvez pouca gente pense, é uma invenção muito recente. Guerra, paz, amor, igrejas, tudo isso são conceitos muito mais antigos do que o conceito de futuro. O conceito de passado é antigo. As populações, vamos dizer, sociedades primitivas, elas falavam de passado, mas não falavam de futuro, porque o passado elas lembravam e o futuro elas não imaginavam. É novo o conceito de futuro, muito novo, quando os filósofos e, depois, a própria população começa a pensar no adiante. Eu estou falando do futuro, não estou falando amanhã e nem depois da amanhã. Quando a sociedade começa a pensar no futuro, ela começa a mudar a maneira de agir. E aí tem duas maneiras de imaginar e trabalhar o futuro. A primeira é o futuro como continuidade do passado e do presente, que é a maneira mais tradicional que existe. A outra é o futuro como uma construção a ser feita, a ideia de buscar uma utopia. Vejam como esse conceito mesmo de buscar uma utopia é recente como o futuro. O Morus, quando escreveu “A Utopia”, ele não colocou no futuro, ele colocou numa ilha no Atlântico. A utopia era localizada geograficamente, não era localizada temporalmente.

A ideia de futuro como a construção de um mundo melhor, ela não tem duzentos anos, salvo, obviamente, a ideia do futuro melhora ou pior na outra vida. O conceito de futuro religioso, do além nas igrejas ocidentais, esse aí já é um pouquinho mais antigo, não tanto, que começa depois que o cristianismo se consolida na igreja católica. Como igreja, não só como religião, embora Cristo já falasse que os escolhidos estariam no céu, no futuro, depois da morte. Mas o futuro de outra geração na terra é muito novo. As religiões orientais e as filosofias nem pensam nisso, porque eles veem o mundo só dando volta, dando volta, dando volta, não veem como uma progressão linear, em direção a um futuro utópico. Esse futuro utópico, que é bem mais recente, tem duzentos anos, ele se vê de duas formas. Uma forma é o futuro utópico como continuação do presente, mas aumentando a quantidade de bens e serviços que a população tem à sua disposição. É o futuro que não precisa mudar a estrutura social, é o futuro que precisa apenas continuar aumentando o número de máquinas, o número de empresas, o número de trabalhadores, o número de produtos, o número de bens e serviços. Portanto, futuro como ideal, como sinônimo de conforto. O conforto de viver sem doença, até mesmo de viver mais anos, com casas cada vez maiores, com carros cada vez mais eficientes, com cada vez mais produtos à sua disposição. Esse é um futuro, o futuro do desenvolvimento. O outro futuro, compatível com esse, é aquele que exige uma mudança na estrutura social, é aquele que vem dos socialistas, especialmente de Marx, quando defende não a continuação do atual modelo para você ter um futuro ideal, mas a mudança da estrutura de propriedade, para que os bens não apenas sejam muitos, mas sejam bem distribuídos. É quando se coloca a ideia

da justiça social e da igualdade como propósito do futuro. Esse é mais recente ainda. Embora a Revolução Francesa já falasse em igualdade, mas era a igualdade do ponto de vista de não ter um rei mandando; era a igualdade do ponto de vista de não ser obrigado a pagar para usar a terra do latifundiário. Não era a igualdade da quantidade de bens à sua disposição. Isso é muito recente. Isso vem do final do Século XIX para cá.

E aí nós crescemos, essa geração do Século XX, com a ideia de dois tipos de futuro à nossa disposição para escolhermos qual construir: o do aumento da produção, seja qual for o sistema, de preferência o capitalista, e o da mudança de sistema com distribuição boa, que seria o socialismo. Eu acho que a gente está precisando inventar um novo futuro, um terceiro desenho de futuro. É o futuro que inclua o meio ambiente como um direito dos que vierem lá na frente, um futuro onde a natureza, que a gente de uma geração passe para a outra, seja igualmente equilibrada, igualmente rica na sua diversidade, a defesa da diversidade natural e do equilíbrio ecológico como um propósito civilizatório para o futuro. Essa é uma coisa nova, não tem 50 anos. Começou nos anos 60, com alguns trabalhos que mostraram que o crescimento não é infinito, é impossível o crescimento ser infinito. Pior ainda, não dá nem para aumentar muito mais. Mais grave ainda, não dá para o mundo inteiro ter o consumo das classes médias do mundo, seja de qual país for. A gente sempre se lembra de comparar os Estados Unidos, dizendo: “Não dá para a Índia consumir tanto quanto os Estados Unidos”. Outros dizem: “Não cabem dois Estados Unidos no mundo”. Não cabem duas classes médias brasileiras no mundo. Duas não, um pouco mais. Não dá para transformar o mundo inteiro na classe média brasileira, nem falo nos muitos ricos. Nós temos um limite ecológico adiante. O futuro, para ser construído decentemente, tem que ter, levando-se em conta no presente, a garantia de que a natureza não vai ser destruída. Esse é um futuro novo, que alguns chamam de desenvolvimento sustentável, que alguns chamam de ecodesenvolvimento. Pode se chamar como quiser, mas esse ou temos como um retrato do futuro ou nós vamos fracassar. Mas tem outras coisas.

Qual é o lado social do futuro? E aqui eu também queria propor uma visão um pouco diferente. Até aqui, a visão era o puro e simples crescimento econômico que vai levar à destruição da natureza ou o crescimento econômico sob a condução do Estado, um Estado estatizante, em que nada se faz sem que o Estado mande. Eu acho que não é esse o caminho também. Porque esse caminho, além de trazer ineficiências no funcionamento e na produção do essencial, ele fere a liberdade. É muito difícil, para não dizer impossível, um Estado ser ultrapoderoso na economia e não ser ultrapoderoso no controle da vida de cada um. Nós temos que encontrar um caminho que seja possível manter a liberdade e o interesse público. E aí o puro e simples mercado não dá espaço para o interesse público. O puro e simples mercado leva ao interesse privado acima de tudo. [ininteligível] falava que Leonardo Boff fala em mercado com um ‘s’ no final de social. É por aí que eu vou conhecer essa expressão.

O que a gente tem que pensar é um sistema aonde o público, não estatal, o público prevaleça. Ou melhor dito, o interesse público prevaleça. O interesse público prevaleça entre gerações, a de hoje com a do futuro, daí o equilíbrio ecológico, e o interesse público prevaleça no presente. Isso quer dizer que a gente pode tolerar desigualdades naquilo que não for imoral. Por exemplo, não é imoral a desigualdade na qualidade da roupa, não é imoral uma pessoa ter carro e outra andar de ônibus, não é imoral uma pessoa comer num restaurante fino e outra ficar comendo em casa, não é imoral uma pessoa ter casa grande e a outra ter casa pequena, não é imoral uma pessoa ter uma casa onde morar e outro ter a casa onde mora e mais uma na praia. Isso não é imoral, isso é desigual, mas não é imoral.

Agora, duas coisas são imorais, se elas forem desiguais. A primeira é a saúde. Uma pessoa morrer e outra sobreviver por causa da quantidade de dinheiro que tem é imoral. É

indecente, é vergonhoso, não é apenas injusto nem desigual. Acesso à saúde tem que ser igual, não pode ser diferente. Ninguém pode ter o direito de comprar saúde ou, pelo menos, uns podem comprar e outros não. A segunda é a educação. Não é decente uma pessoa ter acesso à educação conforme a conta bancária que tenha essa pessoa ou os seus pais. É indecente. Temos que construir um futuro, estamos falando de futuro, em que não haja desigualdade no acesso à saúde, à educação e ao meio ambiente entre gerações.

Meio ambiente, vamos... Estamos num lugar propício para falar, mas vamos falar menos agora, vamos falar mais desses outros dois, especialmente de um que, a meu ver, é o motor de todos, que é a educação.

A tarefa, portanto, do futuro, é construir uma sociedade que, além do equilíbrio ecológico, assegure igualdade no acesso à educação e à saúde, e, a partir daí, possa permitir desigualdades no acesso aos outros bens e serviços. Uma desigualdade social, mas não imoral. É uma desigualdade que a gente paga, primeiro, porque não é imoral. Então não precisa a gente ficar preocupado e ter que pagar esse preço. E, segundo, porque, para acabar com essa desigualdade, que é decente, embora não satisfaça, para acabar com ela, a gente tem que reduzir o nível de liberdade, porque tem que controlar as coisas.

Por exemplo, tomemos um exemplo: automóvel. É impossível todo mundo ter automóvel, porque, se todo mundo tiver automóvel, ninguém sai do lugar. O engarrafo fica infinito. É impossível. A gente tem que garantir é que, no aspecto público do transporte, todos tenham acesso a um de qualidade. [ininteligível] o espaço da desigualdade para o automóvel. Para isso tem que haver certas medidas. Cingapura, por exemplo, resolveu isso, um país altamente capitalista. O que é que eles fizeram? Eles determinam, o governo, quantos carros podem ser vendidos no país naquele ano. Não adianta alguém ser muito rico, não pode vender-se mais nenhum carro além daqueles. Como é que eles determinam? Eles veem quantas estradas novas foram feitas para que não tenha engarrafamento, quantos carros velhos foram retirados, aí ele diz: “Cabem tantos carros novos”. Aí eles fazem um leilão do direito de comprar o carro. Você vê o que é o mercado com ‘s’, é o mercado que determina quem compra. Faz um leilão. Quem quiser comprar carro diga quanto está disposto a pagar, não pelo carro, mas pelo direito de ter o carro. Aí você compra um papelzinho. Com esse papel, você vai na loja do carro e compra o carro. O dinheiro que arrecada, vendendo o direito de comprar o carro, vai todo para o transporte público. Então o transporte público é de qualidade, não fere a liberdade de quem quiser ter um carro; agora, fica limitado com base na renda que tiver, se você é disposto a pagar um excesso de dinheiro para ter um luxo que a maioria não precisa desse luxo.

Pois bem. Há uma maneira de ter um mercado controlado. Isso pode ser feito para outros dos itens que afetam o meio ambiente, de tal maneira que a gente possa fazer uma sociedade em que ninguém pode consumir além de um certo nível naquilo que fere o meio ambiente, ou seja, o limite ecológico. Ninguém pode consumir mais do que aquilo. O sujeito mais rico do mundo, se quiser comprar uma floresta para queimar, ele não deve ter o direito. O mais rico do mundo que decidir sair por aí matando baleia não deve ter direito, porque tem um limite ecológico que você não permite que se use o dinheiro para afetar. Embaixo, um limite mínimo social, que a gente não deixa ninguém cair abaixo dele. Todo mundo tem que ter um lugar para morar com água potável, coleta de lixo e esgoto, todo mundo tem um acesso à saúde igual, todo mundo vai ter a comida e algumas outras coisas essenciais, aí a partir de projetos de proteção social. Isso aqui eu chamo de uma rede de proteção social. Aqui eu chamo um teto de proteção ecológica. Você tem um teto de proteção ecológica e uma rede de proteção social.

Agora, o que é que vai diferenciar? É uma escada que a gente tem que fazer entre esse debaixo e esse de cima, uma escadinha que permita a alguns subirem. Outros não subirão. Essa escadinha chama-se educação de qualidade igual para todos. Quando você garantir educação de qualidade igual para todos, alguns vão subir mais do que outros, mas não foi pela herança, não foi pela sorte; foi pelo talento, foi pela persistência, foi pela vocação. Essa é a utopia que eu imagino falando de futuro, uma utopia que permita a desigualdade entre esses dois espaços. Entre o teto ecológico e o piso social existe uma desigualdade, mas uma desigualdade em que cada um conquista o seu lugar, e a escada para isso é a educação. Aí a gente cai no Brasil.

Como é que a gente faz com que essa escada funcione no Brasil, com que cada um tenha direito à mesma escola? A partir daí alguns vão ter mais direitos do que outros para aquilo que eles possam comprar no mercado social.

Por aí a gente vem tentando pequenas medidas para melhorar a educação. Todo mundo fala que piorou no Brasil, mas, nos últimos 30 anos, tem melhorado: tem mais gente na escola, tem até piso salarial de professor, tem uma merenda que funciona, tem um livro didático de qualidade. Só que, apesar disso, a gente mantém dois problemas graves: um é que ficamos para trás em relação aos outros países e ficamos para trás em relação às exigências de educação. Uma coisa era ser analfabeto 30 anos atrás e outra coisa é ser analfabeto hoje. Ninguém exigia alfabetização de uma empregada doméstica 30 anos atrás. Ninguém aceita mais empregada doméstica que não saiba ler e escrever. De PMs, aqui, já se exige o Ensino Médio. Em Brasília, já está exigindo até Ensino Superior. Quem imaginava que um PM precisava de ter curso?

Eu vou dar um exemplo aqui, como um parênteses na minha fala. Eu estava, não faz muito, numa praia em Alagoas, muito pequenininha a cidade, aí eu estava num restaurante e as pessoas ali me conheciam. De repente, o dono do restaurante me traz dois senhores, mas senhores jovens ainda. Ele diz: “Esses daqui são dois empresários de Portugal. Eles estão investindo aqui em Alagoas”. Eles sentam na minha frente e eu pergunto aonde é que eles vão investir em Alagoas. Eles dizem logo: “Não, nós já desistimos, nós não vamos mais investir aqui, nós vamos para o Sul, Santa Catarina”. Eu disse: “Desistiram por quê?”. Disseram: “Porque a gente não encontrou mão de obra qualificada”. Eu aí perguntei: “E qual é o ramo de vocês?”. Eles disseram: “Nós temos criação de cavalo”. Eu até fiz uma pilhéria, não devia ter feito, dizendo: “E qual é a formação dos vaqueiros de vocês?”. Eles disseram: “Olha, é que os nossos cavalos custam dois, três milhões de reais. A gente não pode deixar na mão de alguém que não saiba ler a bula do remédio. As bulas dos remédios nossos são todas em inglês. A gente quer pessoas que saibam ler a bula em inglês. E os nossos cavalos são acompanhados hora a hora: o que comem, o que bebem, o remédio que toma, quanto pula, quanto corre, no computador. E a gente administra lá de Lisboa os haras que a gente tem por aí. A gente precisa de gente que saiba”. Eu disse: “Não tem ninguém sem [ininteligível]?”. Eles disseram: “Tem, tem o jardineiro...” e mais uma coisa assim. Vocês veem, era impossível imaginar, há 20 anos atrás, que, para ter um haras, precisasse de saber ler inglês. Obviamente não são todos os haras ainda.

Então nós estamos ficando para trás tanto em relação às exigências quanto em relação aos outros países, mas, sobretudo, o que está agravando a nossa situação é que nós ficamos com a situação cada vez mais desigual. Eu fui o primeiro da minha família a entrar na faculdade. Hoje eu não conheço um filho de amigo meu que não vá para a faculdade. Virou uma coisa natural. Em compensação, lá embaixo da pirâmide, continua uma educação quase tão ruim, embora um pouco melhor, do que 20, 30 anos atrás. A gente tem que correr para

acompanhar os outros países e as necessidades educacionais do mundo presente e correr para diminuir a desigualdade. Como fazer isso?

Para mim, esses pequenos avanços que a gente tem feito não vão trazer nem a igualdade educacional e nem a igualdade em relação aos outros países. A gente vai ficar cada vez mais para trás e cada vez mais desigual. Mesmo quando a gente melhora a educação de base das camadas pobres, os de cima melhoraram muito mais. Quando a gente começa agora a pensar em botar inglês nas escolas públicas, os filhos da classe média já estão indo estudar inglês nos Estados Unidos, nos intercâmbios. Já tem escolas bilíngues, muitas no Brasil. Então a desigualdade vai aumentando, mesmo que o debaixo suba. Como que a gente resolve isso?

A ideia que eu venho defendendo, e a Marisa acompanha isso, a Fátima Cleide também, que eu sei que é polêmica, é a ideia de que a gente precisa federalizar a educação de base do Brasil. A gente precisa fazer com a educação de base o que a gente fez com as universidades, o que a gente fez com as escolas técnicas. Ou de uma maneira mais simples: a gente tem que fazer com que todas as escolas do Brasil sejam no mínimo tão boas quanto o Colégio Pedro II ou as escolas técnicas. Hoje nós temos 200 escolas públicas federais no Brasil: o Colégio Pedro II, os Colégios de Aplicação, as Escolas Técnicas, os Colégios Militares. Duzentas. Temos 200 mil escolas. Nós temos que fazer com que as 200 mil escolas do Brasil sejam iguais a essas 200, pelo menos. Eu não falo nem iguais à escola do SESC, lá em Jacarepaguá. Aí vamos falar com franqueza, aí é um exemplo apenas. Não é para fazer, não dá. Não sei se todos conhecem. A escola de Jacarepaguá do SESC é uma escola em que as crianças moram lá, os professores moram lá, em apartamentos muito bons. O salário, se eu não me engano, é nove mil reais, nove mil reais o salário. E mais um apartamento com um aluguel que é pura formalidade, ainda podendo comer num restaurante ótimo, pagando quase nada, com a biblioteca de 40 mil exemplares, com um teatro muito bom, com quadras, com tudo que você imagine. E os meninos moram lá, estudam de oito às dez, incluindo, aí, claro, ginástica, teatro, tudo. Isso não dá. Mas dá, sim, para a gente fazer com que toda a escola desse país tenha um prédio bonito e bem equipado, e que os professores sejam bem formados e bem dedicados, e, para isso, tem que ser bem remunerados. E tudo em horário integral. Dá para fazer isso. Mas como fazer com que isso aconteça? Não é por decreto. Amanhã baixa-se um decreto, o presidente, dizendo: “Toda escola, a partir de hoje, é em horário integral”. “A partir de amanhã, todo professor ganha um salário alto”. “A partir de amanhã, todo professor tem mestrado, doutorado e dedicação exclusiva”. Não pode. Tem um ritmo.

A minha proposta é, primeiro, a ideia de que tem que criar uma carreira nacional do magistério. Não tem por que professor ser municipal e funcionário do Banco do Brasil ser federal. Por que ser professor municipal e funcionário do Congresso, do Judiciário, da Caixa Econômica, da INFRAERO, etc., etc., etc. serem federais. Os municípios nem têm dinheiro suficiente e eles são desiguais. Como é que a gente vai criar uma escola igual, se os municípios, donos delas, são desiguais? Tem que ser federal. Com a descentralização gerencial. Aí, no aeroporto, um rapaz disse: “Mas isso aí não vai criar uma burocracia para gerenciar cada escola?”. Não, o reitor é federal, mas ele administra. A escola técnica, ela é federal, mas ela é administrada localmente. A gente pode federalizar, descentralizando a gestão e libertando o método pedagógico. Eu sou contra de Brasília definir o método pedagógico para todas as 200 mil escolas e os 2 milhões de professores. Deixa cada uma testar. E fazemos os ENEMs da vida, para saber qual é que vai bem e qual é que vai mal. Fazemos os IDEBs, para ver qual é que vai bem e qual é que vai mal. Pois bem, como fazer?

Nos cálculos que eu faço, é impossível a gente conseguir mais de 100 mil professores da qualidade que a gente deseja. Cem mil. Hoje a gente tem 2 milhões de professores. Eu

acho difícil conseguir mais de 100 mil professores, pagando um alto salário. Nós não vamos conseguir mais de 100 mil professores qualificados como a gente deseja. A ideia que eu faço é, então, ter a carreira nacional do magistério e um concurso para contratar 100 mil professores, 100 mil, com um bom salário. Esses 100 mil professores, contratados numa carreira nacional, a gente não espalha pelo Brasil, porque, se espalhar, em seis meses, eles já não são bons. Porque você pega o melhor professor, coloca num prédio caindo, ele não vai ser um bom professor. Coloca num prédio que não tem computador e nem televisão, ele não vai ser um bom professor. Você concentraria os 100 mil professores em 250 cidades, que equivalem a 10 mil escolas e a 3 milhões de crianças. Aí alguns dizem: “Mas como é que a gente vai fazer um concurso de um professor numa cidade e mandar ele para outra?”. É assim que o Banco do Brasil faz, é assim que o Ministério Público faz, é assim que o sistema Judiciário todo faz. Quando um menino lá de Recife, que é a minha cidade, faz concurso para trabalhar no Senado, ele tem que trabalhar em Brasília. Quando você fizer o concurso para ser professor, você sabe que vai ter que trabalhar em uma daquelas 250 cidades. 250, eu digo, em média. Pode ser 100 num ano, pode ser 500 no outro, dependendo do tamanho dela. Cem mil professores em 250 cidades. Nessas cidades se reconstróem todas as escolas, tem que fazer outras. Raro prédio de escola no Brasil merece o nome de escola. Tem, tem alguns, mas é raro. Há pouco tempo, eu estive em Tocantins, que me deixou abismado como podia ter uma escola tão boa ali, em Palmas, pública, municipal, mas era uma só. Você reconstrói todas as escolas daquela cidade, você equipa as escolas daquela cidade e você põe horário integral com esses 100 mil novos professores. Se você, a cada ano, fizer mais 100 mil professores, mais 10 mil escolas, mais 3 milhões de crianças, mais 250 cidades, em 20 anos, você chega a 5.500 cidades, a 60 milhões de crianças, a 200 mil escolas e todos os 2 milhões de professores. Você terá federalizado o sistema inteiro. Você terá espalhado, pelo Brasil inteiro, o que hoje já se tem nas escolas técnicas, no Colégio Pedro II, nos Colégios de Aplicação e nos Colégios Militares.

É preciso dizer aqui que, nesses exames, como IDEB, ENEM, as melhores notas não são das particulares; as melhores notas são das públicas federais, a média. Logo abaixo vem a média das particulares, porque particulares têm muito boas. Se você for olhar as melhores de todas, são particulares. Mas a média delas não é, porque tem ruins também. Depois é que vem as municipais; por último, as estaduais. As estaduais são piores do que as municipais, na média. Então a gente poderia espalhar, pelo menos, essa qualidade, e melhor ainda se a gente colocar em horário integral, que essas escolas federais, até hoje, não têm.

Se a gente fizer isso, e, nestas cidades onde a gente federaliza, 250 por ano, a gente coloca na praça o espírito educacional, um teatro, com biblioteca, com jogo de xadrez, com quadras maiores do que as quadras da escola, para grandes competições, um teatro maior no centro - não dá para fazer teatro grande em cada escola -, você começa a mudar a qualidade da educação naquelas cidades. Aí você diz: garantiu a igualdade de oportunidade? Ainda não. Aí vai ter que esperar a próxima geração, porque, por melhor que for a escola, quando o menino chega em casa, o filho de um doutor tem mais chance do que o filho de um analfabeto, mesmo que estudem na mesma escola. A grande coisa do colégio, da Escola SESC, é que você retira essa responsabilidade da família, mas você não pode fazer isso para todas as escolas. Aí você tem que trazer dois novos elementos para o processo: além de fazer tudo isso nas escolas e esperar 20 anos para chegar em todo o Brasil e uma nova geração aonde os filhos dessa geração de hoje realmente vão ser bons... Porque os filhos dos meninos do SESC, esses vão ser bons. Os meninos que estão saindo da escola do SESC vão ser muito bons, mas bons mesmos vão ser os filhos deles, se tiverem escola igual do SESC. A família tem que ser recuperada como instrumento pedagógico. Daí a importância de erradicar o analfabetismo,

pelo menos. Daí a importância de cursos para os adultos que não tiveram educação. E a outra coisa, sem a qual a gente não faz a revolução, é a mídia. Você gastar um dinheirão com jovens na escola, mas entregá-los nas mãos da televisão, depois da escola, é um desastre no Brasil de hoje. Você tem que fazer com que a mídia seja incorporada. E mais uma vez eu acho que não é estatizando coisa nenhuma, nem as televisões e nem os programas, mas criando regras que os programas tenham que ter conteúdo educacional, conteúdo de história, de filosofia, mesmo que elaborado pelas televisões e mesmo que sejam tão bons que tenham propaganda no meio para terem boa audiência.

Essa é a mudança que eu imagino: a federalização da escola, num trabalho de recuperação da família, para que ela, pelo menos, acompanhe e na dominação. Não é boa palavra a dominação; na busca de trazer a mídia para participar desse esforço.

O que é que dificulta isso? E aí eu vou terminar nos cinco minutos que tenho. Duas coisas dificultam isso e estão no nível da política. Veja que eu não falei problema financeiro. Não é caro fazer isso. Essa revolução que eu proponho custa 7 bilhões por ano. Depois 14, depois 21... Claro, vai subindo, mas, depois, começa a diminuir por uma economia de escala que a gente consegue. A renda desse país está quase 3 trilhões. O setor público brasileiro, em setembro, atingiu 1 trilhão de receita este ano. Então vai chegar com 1 trilhão e 150, no final do ano. Eu falo em 7 bi. Não é muito.

Ontem eu botei nesse tal de Twitter, que eu fico sempre brincando, utilizando e provocando, eu perguntei para o pessoal: “Quantos estádios de futebol da Copa são necessários para erradicar o analfabetismo?”. Vocês têm ideia de quantos? Só um, o de Brasília, que eu não sei se é o mais caro de todos. Custa 700 milhões a erradicação do analfabetismo. Resolvido o problema, obviamente, gerencial de logística. É o custo do estádio lá de Brasília, é 650. Isso vale para a gente comparar todo o sistema, 7 bi. Quando a gente compara a Copa inteira, quando a gente compara o trem-bala... O trem-bala são 40 bi, é 40 bi. Eu nem proponho que não se faça. Vamos adiar por uns dez anos fazer o trem-bala e até lá a gente faz metade dessa revolução. Depois que fizer metade, ninguém para mais. Pois bem, o que é que atrapalha? Não é o financeiro. Duas coisas atrapalham. E aí, minha senadora, eu termino. A primeira é cultural. Nós não somos um povo que dá importância à educação, não somos. Alguma coisa na nossa formação mental, do inconsciente coletivo brasileiro, fez com que a gente dê mais importância, por exemplo, à baixa temperatura da cerveja do que à alta nota dos filhos da gente. A gente sabe o nome do técnico de futebol do time da gente. Quantos sabem o nome do diretor da escola do filho? Quantos sabemos? A gente não consegue. Mesmo uma pessoa que gasta um dinheirão para o filho estudar, não é para o filho estudar, é para que ele tenha uma renda boa. Por isso que o filho da gente, quando a gente paga a escola, ele chega aos 17 anos e diz que vai ser professor primário, a gente fica com raiva. [risos] Jogamos o dinheiro fora. Ou filósofo. Não tem ninguém mais educado do que um filósofo. Filósofo é o supereducado. Quem é que quer ter filho filósofo no Brasil? Porque a gente não quer educar o filho para ele ser educado, a gente quer educar o filho para ele ter um bom salário. Isso aos que dão valor à educação. É pela renda, não é pelo conteúdo.

Aconteceu, o Brasil teve alguma deformação em algum momento. Alguém precisava, um dia, estudar isso. Alguns dizem até que é o fato de que, na igreja católica, bastava o padre ler. Fiel não lia. E o texto ainda era em latim. Foi preciso Lutero para fazer a mudança na Europa, 500 anos atrás, e traduzir a Bíblia para o alemão e colocar escolas dominicais para que todo mundo estudasse. Mas eu não acredito que seja só isso. Alguns dizem que é a colonização portuguesa, os trópicos. Não sei o que é. Aliás, falando em trópico, o Equador passa em cima de Cingapura. Então não é uma questão de temperatura. Em cima. É de Macapá a Cingapura a Linha do Equador. Mas o fato é que temos a dificuldade. E a outra é

política, é que nós somos um país de dois pisos. E tudo que a gente resolve, no piso de cima da pirâmide, a gente abandona, a gente não liga para o piso de baixo. A educação é uma das coisas, mas não é só a educação; é saúde, é segurança, é transporte. A gente não dá importância ao que é da população pobre. Quer ver uma coisa?

Veja o escândalo que está sendo feito por causa do ENEM. Só depois que o ENEM virou vestibular é que todo mundo está preocupado. Quando o ENEM era só para saber a nota da escola, ninguém estava muito preocupado com o ENEM. Mas, agora, o ENEM vale para escolher quem vai entrar na universidade, inclusive os filhos da classe alta. Aí despertou. Eu até comentei um dia desses: o ENEM é como aeroporto; quando dá problema, todo mundo sabe. A alfabetização é como parada de ônibus urbana: pode quebrar o ônibus, chegar atrasado, ninguém sabe. Fica invisível o problema.

Então uma sociedade dividida em duas faz com que a gente abandone a educação dos que estão embaixo e cuide das que estão em cima. Só que a educação dos de cima nunca vai ser boa quando a dos de baixo será ruim. Por isso que, no Brasil, os pobres não estudam e os ricos não precisam estudar muito, porque quem sabe regra de três já é matemático. Não é verdade? Quem fala inglês mais ou menos já é poliglota no Brasil, porque não há concorrência. Veja a concorrência no futebol. Para ser bom futebolista nesse país tem que disputar com todos. Só chegam lá em cima os melhores do mundo. Agora, veja na educação. Para ser bom, basta disputar com os pouquinhos que chegaram lá em cima na universidade. Por isso a gente não tem Prêmio Nobel, tem craques de futebol, porque a gente não conseguiu fazer. E a educação é um produto coletivo. A gente pensa que é individual, mas não é. Duas pessoas, uma educada e uma não educada, contamina a educada. A educação só é boa quando ela é comum. Uma pessoa que sabe tudo de literatura e não tem ninguém com quem conversar não fica bom especialista em literatura. O Brasil precisa despertar para isso e fazer com que a educação seja de qualidade para todos, senão não será o futuro.

Por isso, eu concluo dizendo: querem falar de futuro? Falemos de educação. É sinônimo. Se escreve com letras diferentes, mas é a mesma coisa. Educação e futuro são sinônimos. Num tempo em que nós já descobrimos o futuro, nós queremos construir o diferente com respeito à ecologia, com igualdade na educação e na saúde e com tolerância nas desigualdades que o talento, que a persistência e que a vocação permitirem mais a uns do que a outros.

É isso que eu tinha para falar, dizendo que fico muito feliz de estar aqui com vocês. Só lamento tão pouco tempo. Mesmo assim, com tempo, se for o caso, para perguntas.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos ao senhor, Senador Cristovam Buarque, a aula que nos deu aqui, sempre fazendo... O que ele faz, qualquer assunto, ele sempre coloca: a educação é prioridade. Se não colocar a educação, o mundo não caminha. E é verdade, essa tem sido a nossa luta.

Mas vamos abrir agora para as perguntas. Como nós não temos muito tempo, eu gostaria que as pessoas que fossem fazer qualquer colocação, fossem mais objetivos possíveis, para que todos pudessem, que quisessem expor os seus pontos de vista, tenham a oportunidade de fazê-lo. Portanto, estão abertas as colocações, as perguntas que quisessem fazer. É só levantar a mão. O Senador Neuto de Conto está conosco agora. Seja bem-vindo.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu já vou falar. [risos] Quero cumprimentar a minha querida Senadora Marisa Serrano, meu caro e eminente colega Senador Cristovam. Eu fico cada vez mais gratificado de estar numa reunião como essa para

aprender. Eu já disse de manhã que eu sou um aprendiz permanente. Eu vou desviar um pouco essa educação na área econômica.

Em 1994, nos vivíamos 80% ao mês de inflação, 2,5% ao dia, passamos por cinco planos fracassados, trocamos a moeda quatro vezes e tiramos nove zeros da nossa moeda. De um bilhão, um trilhão, passamos para um real. Eu falo de cadeira porque eu fui o relator, quando deputado, do plano de estabilização da economia do país. O nosso PIB era de 359 bilhões. Fechamos 2009 com 3.1 trilhões. Somos a oitava economia do mundo. Todos dizem, o mundo fala, que vamos ser, nesta década, a quinta economia do mundo. Eu vi um relatório, há pouco tempo, produzido pela FAO, e o Ministério da Agricultura publicou que o Brasil, além de alimentar os 190 milhões de brasileiros, vai ser também, nessa década, responsável para abastecer 21% das carnes suínas do mundo, 61% da carne bovina e 90% da carne de frango. Ora, para atingir esses números, nós temos que duplicar o nosso PIB. Veja o espaço de crescimento na área econômica e quanto nós vamos precisar da área da educação, quantas inteligências teremos que desenvolver, quanto é importante um governo e uma cabeça, que nem o nosso companheiro e colega Cristovam, para encontrarmos caminhos para dar a sustentação, a inteligência, a competência para esse quadro fantástico que se apresenta para a nossa Pátria.

Por isso, eu venho aqui para dar esse pequeno depoimento, mas dizer que... Disse de manhã e vou repetir, do filósofo chinês [ininteligível], que viveu 300 anos antes de Cristo. Ele dizia: “Se queres projetar a vida para um ano, plante cereais, que dá para plantar e dá para colher, mas, se queres projetar por quatro, cinco décadas, plante árvores, porque ela dá uma visão mais larga”. Ele já dizia há mais de 2 mil anos e serve para hoje: “Se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem”.

Obrigado e parabéns.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Continua a palavra... Alguém que queira fazer as suas colocações?

Eu queria fazer as minhas colocações aqui. O Senador Cristovam falou principalmente da busca da utopia. A gente tem que colocar o nosso planejamento. Na educação... Quem é professor aqui, e a maioria aqui tenho certeza que de alguma forma é professor, colocar o seu planejamento, aquilo que você quer atingir, as metas que você quer chegar. E, para isso, você tem que ter conhecimento suficiente para conseguir fazer. Colocar metas definidas para que você possa garantir uma educação de qualidade para os nossos jovens, nós temos que saber qual o caminho. Às vezes a gente... Eu tenho visto muitas pessoas falarem e colocam, Cristovam, situações, mas não dão o caminho, não mostram o caminho. É importante a gente discutir o caminho.

Eu acredito muito nessa revolução pela educação, mas isso tem que ser um sentimento nacional. Só vamos fazer essa revolução se a população brasileira sentir que vale a pena. Mas como fazer isso? É difícil a gente mudar o conceito e o pensamento da população brasileira. Se é difícil, nós temos que achar um caminho para isso. Eu acredito que o caminho para isso é se a gente fizer com que os homens públicos, aí eu colocasse mulheres também, o gênero, comecem a colocar a educação como prioridade. Se esse for o sentimento, se a gente conseguisse fazer com que uma reforma política e que se valesse mesmo o estatuto partidário, que hoje ninguém sabe nem o que é, entra no partido sem saber qual é a linha do partido, isto é, quando o partido tem linha, mas saber a linha, a diretriz do partido, qual é a linha filosófica do partido e que coloque a educação como prioridade. Que isso seja pelo menos naquelas

peças que possam dar o exemplo, começando pelo Presidente da República, pelos governadores, pelos prefeitos, pelos deputados, senadores, todo mundo.

Por exemplo, mesmo no Senado, a gente fala de educação, mas a gente gostaria que todos os 81 senadores falassem, que todo mundo colocasse: “Eu sou da área da agricultura e da pecuária, eu trabalho com infraestrutura, eu trabalho com o meio ambiente, mas, sem educação, nós não chegamos lá”. Se a gente desse esse exemplo para a Nação, eu acredito que a gente estaria contribuindo e muito para essa mudança. Eu acho o que exemplo vale. É o mesmo exemplo do pai e da mãe para os filhos, é o exemplo do professor para a sua classe, é o exemplo do Presidente da República para o seu povo. Quer dizer, é o exemplo que ainda conta muito, mostrar para as pessoas aquilo que é importante. Acho que esse talvez seja um caminho um pouco mais fácil do que a gente mudar toda a concepção de uma vez de toda a sociedade. Pelo exemplo daqueles que dirigem o país, mostrando que a prioridade está aí, as pessoas vão começar a pensar: “Espera aí, isso é importante”. Então, talvez, a gente consiga uma mudança mais rápida na educação.

Mais uma pergunta, ótimo.

SRA. VÂNIA MÁRCIA MONTALVÃO GUEDES: Boa tarde a todos e a todas. O meu nome é Vânia, eu sou analista ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso, estou como superintendente de educação ambiental do órgão.

Primeiro, eu queria parabenizar ao Professor Cristovam, agradecer, eu acho que, para nós, do estado, é um motivo de muito orgulho recebê-lo aqui, no nosso estado, e queria fazer um questionamento, professor. Quando o senhor coloca a questão da importância da educação e, muitas vezes, nós temos políticas públicas que começam a ser implementadas e estão dando certo, como nós podemos observar hoje, no período da manhã, quando a colega colocou de um programa, do PIBIT, que é para a graduação. Nós temos outras políticas públicas. Por exemplo, quando nós tivemos na própria educação ambiental, no Ministério do Meio Ambiente, políticas públicas que vinham sendo implementadas e que estavam dando certo. E quando se muda, muda-se uma gestão, muda-se o governo, essas políticas, elas deixam de ter importância, elas não têm sustentabilidade, elas não têm continuidade. Isso tem a ver um pouco com a questão da educação. Aí eu queria perguntar o que é que o senhor pensa disso, o que é que nós podemos fazer. Hoje de manhã, por exemplo, o Washington comentou com relação à questão de que nós vivemos um momento de que não conseguimos mais lutar por aquilo que queremos, estamos num momento de... Ficamos indignados, mas não fazemos nada para poder mudar essa indignação. Então eu acho que precisamos também pensar nisso, porque, às vezes, quando a gente coloca, cobra que precisamos fazer a educação com as escolas, mas quem está fazendo todas essas alterações, quem está, hoje, responsável por essa gestão, somos nós. Então, como que nós podemos dar sustentabilidade para essas políticas. Obrigada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Posso responder para não perder [ininteligível]. Olha, eu fico muito feliz que você tenha perguntado isso, porque, sem continuidade por 20, 30 anos, nós não vamos ter a revolução educacional.

Esse debate presidencial que terminou me frustrou muito, como a todos nós, [ininteligível] de debate. Tem uma coisa que eu vi no debate, que eu achei interessante, e que não se agarrou: quando o Serra falou na necessidade de um pacto pela educação. Eu até fiquei esperando que, num dos debates, ele dissesse para a Dilma: “Eu quero fazer um pacto pela educação. Se eu ganhar e a senhora perder, a senhora me ajudaria a fazer esse pacto?”. Porque eu já sei a resposta que ela daria: “Quem vai ganhar sou eu e eu quero a sua ajuda para o pacto”. E aí comprometia os dois. Sem esse pacto dos partidos, não vai acontecer.

Irlanda era igual ao Brasil, nos anos 70. Hoje é um exemplo mundial. Por quê? Eles se encontraram, durante 10, 15 dias, num castelo chamado Cork(F). Todos os partidos, claro, só três que tinham lá, líderes sindicais e empresariais ficaram três semanas, se eu não me engano, ou duas, discutindo o que vamos fazer que nos une nos próximos 30 anos. Chegaram à conclusão que era saúde, educação, ciência e tecnologia. De lá para cá, muda governo direto, porque é parlamentarismo, muda até mais talvez do que aqui, mas eles mantêm investimentos nessas áreas. Virou uma questão de Estado. Como foi o real, como a Constituição. A gente tem poucas coisas, mas tem. Então você tem toda a razão.

Mas eu estive lá, na Irlanda, uma veze, queria ver, e eu disse ao embaixador do Brasil: “Eu quero ir ver esse lugar, eu quero sentir o que esses caras sentiram durante essa reunião”. E o embaixador disse: “Impossível. Você só está aqui há dois dias, três dias, impossível”. Eu disse: “Mas por quê? Esse é um país pequenininho”. “Não, é longe, são duzentos e tantos quilômetros”. “Então, a gente vai de manhã e volta de tarde”. Ele disse: “Não, você não conhece como as estradas daqui são ruins”. Eu aí perguntei para ele: “E por que um país que está tão desenvolvido em ciência, tecnologia e educação tem as estradas estão ruins?”. Ele disse: “É por isso. Eles gastaram o dinheiro todo em educação”. É a história do trem-bala. Agora eles estão recuperando as estradas, agora eles estão fazendo outras. Tem que ter esse impacto. E a ideia de fazer a revolução por cidade ajuda, por que qual é a ideia que eu tenho? Talvez alguém vá perguntar: “Como escolher as 250 cidades?”. Aí eu podia dizer que é outra questão, o governo que veja. Eu acho que não podem ser dos mesmos partidos, mas, sobretudo, tem que ser onde duas coisas aconteçam: uma, tem um prefeito que de fato queira fazer a coisa, e, segundo, assinar um pacto de todos os líderes da cidade, todos os vereadores de todos os partidos, o bispo, o pastor, dizendo: “Quando mudar o prefeito, a gente vai continuar tudo isso”. É capaz desse pacto municipal, ele seja mais fácil do que o nacional.

Agora eu acho o seguinte: se a gente começa e consegue fazer, dá para fazer umas 600, 800 cidades, se começar, sobretudo, pelas pequenas, até mil, em um mandato de poucos anos de um presidente. Ninguém para mais, que quando isso mostrar... O erro do Brizola foi fazer os CIEPs por escola, espalhado pelo Estado. Bom politicamente, mas ruim educacionalmente. Se ao invés de fazer, sei lá quantos, 500 espalhados, ele tivesse feito 500 CIEPs concentrados, vamos dizer, em dez escolas, dez cidades, 50 por cidade, ninguém parava mais, que aquela cidade não ia deixar regredir. Só para dizer que você tem toda razão. [ininteligível] grande pacto nacional pela educação, como a gente fez pelo crescimento econômico. Desde Juscelino, quando se começou a ameaçar o pacto de industrialização do Juscelino, os militares deram golpe para continuar o projeto e impuseram ali durante 21 anos. Voltou, continuou tudo. No Chile, Pinochet. Pinochet todo mundo combateu, mas não mudou a política econômica dele, porque criou-se um pacto nacional pela economia. Acabou a cadeia, acabou a censura, todos os partidos, mas, na política econômica, se criou um pacto. Hoje, a gente tem um pacto pela responsabilidade fiscal. Poderia ter um pela responsabilidade educacional.

SRA. VÂNIA MÁRCIA MONTALVÃO GUEDES: Justamente essa minha pergunta, senador, que eu tenho a honra de estar aqui novamente. Eu estou muito honrada esses dias todos com vocês porque, como cidadã brasileira, eu moro em Brasília, trabalho no Ministério do Meio Ambiente e tenho que lidar com o que acontece no Congresso, no Senado. A grande pergunta que a gente faz, na verdade, em referência a meio ambiente: por que não fazemos um pacto? Também por que é que, nesse pacote, o Brasil, na verdade, tem em comum o fato de ser megabiodiverso, 60% do nosso PIB depende do meio ambiente e é inacreditável que esse assunto não seja econômico. É inacreditável que o tratamento, a questão ambiental, se dê tão rasamente entre aqueles que deveriam tomar decisões, com a

confiança que o povo propõe que essas pessoas tenham, e traga a realização da defesa do patrimônio público brasileiro, que tem que estar no ser, que a educação vai ser para crescer, só que ele tem que acontecer no meio. Nós vivemos em um lugar e esse lugar precisa ser protegido também.

Então a minha pergunta: por que nós não conseguimos fazer um pacto para o meio ambiente brasileiro? Por que isso não está acontecendo no mundo? Por que é tão difícil fazer com que os políticos, as pessoas que hoje estão no poder... Como aconteceu em Copenhague no ano passado, em que o mundo inteiro se mobilizou à espera desse pacto global, em que houvesse um compromisso de honra, não um compromisso retórico, um compromisso de honra, para o futuro do planeta, e isso não aconteceu. Eu estou impactada pela falta do pacto, porque não há segurança.

Eu quero dizer... Eu cheguei de Brasília ontem, estava acontecendo, na Presidência da República, um seminário sobre pobreza e mudanças climáticas, e a discussão da desigualdade vai acontecer agora, porque mudança climática está acontecendo agora. Há uma semana atrás... Aliás, ainda essa semana, essa semana foi extremamente trabalhosa, estávamos na reunião do [ininteligível] e foi trazida a questão das mudanças climáticas, em que bilhões de dólares estão sendo gastos numa discussão do tipo: mudanças climáticas existem por causa do homem ou não é por causa do homem? E não se avança no que é o sentido objetivo lógico que está aí: mudanças climáticas existem e os avanços não acontecem.

Eu quero dizer também, senador, que o senhor fez referência à questão da educação e dois fatos fazem parte da minha história. A primeira foi ter votado no Lula. Eu quero, aqui, abrir essa discussão, porque, na primeira vez em que o Lula foi Presidente, foi candidato à Presidência, uma das acusações que pairavam sobre este candidato era o fato de ele não ter formação, qualificação e condições de ser um presidente num país porque não tinha a educação formal. Esse foi um fato. E eu acredito que isso tenha influenciado bastante na análise conjuntural, por exemplo, dos empresários, por exemplo, dos cientistas da época, que não conseguiam perceber nessas condições. À contrapartida, o Governo FHC, eu me lembro que um dos motivos pelos quais ele foi eleito foi o fato de ele ser um grande doutor, ser um grande pensador e ter, ao contrário, uma marca de formação na educação, evidente. E, agora, nós passamos pelo caso 'Tiririca'. O caso 'Tiririca' é emblemático dessa contradição brasileira, é emblemático. Então eu queria ouvir seus comentários. Por favor, eu não quero um constrangimento de posições partidárias, não é isso, mas esse fenômeno da contradição brasileira em eleger 'Tiririca', hoje uma das maiores votações do país... O que significa isso, por favor?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, primeiro, vamos falar do 'Tiririca'. Eu acho que, antes de cassar o 'Tiririca', a gente devia cassar o prefeito da cidade onde ele cresceu sem ter escola. A gente pune o analfabeto, não pune o culpado de ter analfabetismo. Por que ele se elegeu? Porque nós, políticos, no caso, lá em São Paulo, mas não seria diferente, nós estamos perdendo a credibilidade. As pessoas votaram no deboche. Eu nunca reclamei por ele ser palhaço. Aliás, palhaçada é uma das maiores criações da humanidade. O humor é uma coisa inteligente, criativa, uma invenção dos gregos. Agora, se eleger fazendo palhaçada é que é grave. Então é lamentável. Mas aí a gente tem que analisar por que o eleitor está com esse tipo de humor contra a gente.

Sobre o pacto do meio ambiente, esse é mais difícil do que da educação, porque, no fundo, no fundo, queira ou não, a gente age pensando na gente, porque cada um da gente só tem a gente. Morreu, acabou. Por mais amplo que nós sejamos socialmente, nós temos um lado de egoísmo. O da educação é um egoísmo que a gente já vê realizado no filho daqui a 10,

15, 20 anos. Se a gente não tomar as medidas agora, o filho da gente tem dificuldades. Já o meio ambiente, a gente não tem clareza de quanto tempo vai levar. Você e eu, a gente pode ter, mas a população não tem. Então abrir mão de ter um carro para evitar o aquecimento global é pedir demais a um eleitor, qualquer que seja. E aí você diz: “E os chefes de Estado?”. Chefe de Estado diz o que o eleitor quer que ele diga. O Obama foi claro em Copenhague, ele disse: “Não existe presidente do mundo”. E não existe presidente do longo prazo. Presidente tem que estar pensando na próxima eleição e nos seus eleitores. Essa é a tragédia do mundo de hoje. Nós vivemos num mundo de problemas planetários e de longo prazo. Mas os dirigentes, como nós, temos a cabeça no curto prazo e nos eleitores da gente. Todo político é provinciano ou perde a próxima eleição. Aí fica difícil.

Eu fui a Copenhague, eu só vi um discurso realmente de uma pessoa global, o presidente das Maldivas, porque as Maldivas vão desaparecer. É um país que vai desaparecer em 15, 20 anos, pela elevação do nível do mar. Então ele fala para o mundo, porque os eleitores dele estão preocupados com o mundo. Aliás, deveríamos convidar esse senhor para vir aqui. Um homem jovem, fala muito bem e tem um sentimento profundo da crise ecológica planetária, porque o seu país está tendo de se mudar daqui alguns anos porque vai desaparecer. É uma pequena ilha lá no sul da Índia. Então é por isso. Eu sou pessimista em relação ao meio ambiente, ao aquecimento global, porque a política, ela ainda trabalha com a cabeça dos gregos, que era uma democracia para uma cidade e não uma democracia para um planeta. Não existe.

Vocês já notaram que não existe a palavra ‘planetania’? Existe a palavra cidadania, cidadania. Os Viana, no Acre, cunharam a palavra, que eu acho muito boa, de ‘florestania’. Mas ‘planetania’ não tem ainda. E com a cidadania a gente não cura o planeta, por isso a dificuldade do pacto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): São duas perguntas ainda, e aí nós terminamos a nossa Mesa de hoje à tarde. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Boa tarde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agora então são três, porque o Senador Taques--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam, obrigada pela presença, o senhor nos alegra. Mas eu queria... A Senadora Marisa fez uma colocação lembrando a história do caminho, e o senador Cristovam fala do pacto. Eu sei que a gente tem muita... E quando o Senador Cristovam fala, a gente fica pensando no futuro ainda mais, porque ele sempre me provoca nisso, a olhar o futuro. Agora entre o futuro e o presente a gente tem essa coisa da realidade. E, assim, na realidade - eu sou imediatista demais, tiro por mim -, a gente tende a não ver as coisas que estão acontecendo. E eu acho que o pacto, Senador Cristovam, ele está acontecendo. Ele começou a acontecer na educação, com o FUNDEF. Ele foi aprimorado com o FUNDEB. E agora, neste período de 2009 a 2010, este país se debruçou para discutir educação na CONAE. Foram mais de três milhões de pessoas nos municípios, nas regiões, nos estados, e mais de 3.500 pessoas, o senhor também esteve lá, a Senadora Marisa, viu a movimentação de tanta gente nesse país que discutiu a educação. Fruto disso, saíram, ali, daquela discussão da CONAE, que, para mim, foi assim um momento muito importante para a educação brasileira, por conta dessa participação... Eu acho que a gente sai dessa coisa de esperar que uma pessoa diga qual é o caminho, mas a gente teve a oportunidade de ter uma audiência deste tamanho da população brasileira, para dizer qual o caminho que nós todos queremos. E quem participou, a população participou, os pais, os

alunos, os trabalhadores, os empresários, o “Sistema S” também estava lá, e disse o seguinte: “Nós queremos mais recursos para a educação”. O financiamento é importante, porque, para pagar bem esse professor, nós precisamos ter dinheiro. Para ter essa escola que a gente quer, com educação integral, com música, com teatro, com dança, com filosofia, que a gente entende ser o que precisa ter na educação, precisa ter dinheiro também. Então nós precisamos disputar isso. Então eu acredito que o pacto, ele está desenhado para o próximo Plano Nacional de Educação.

Quando o Serra colocou na campanha a questão do pacto, eu me frustrei com a Dilma - porque sou eleitora dela - porque eu queria que ela dissesse isso. Eu fiquei frustrada, eu falei: “Poxa, mas aconteceu tudo isso e ela não viu?”. Ela está na Casa Civil, não é?

Então, assim, o pacto está aí. Eu acho que nós devemos nos apropriar dele agora, o senhor, a Senadora Marisa, o Senador Pedro Taques, que estarão a partir de 2011... Eu não estarei no Senado Federal. Nós teremos, lá no Senado, lá no Congresso, a responsabilidade com o Novo Plano Nacional de Educação, e essa é a hora da gente fazer com que aquilo que a sociedade disse que é preciso ser feito, que indicou de caminho, que isso aconteça. Não vai ser tarefa fácil, porque a sociedade pede 10%. Há um certo consenso, eu já ouvi falar, com a área econômica, de 7%, mas eu tenho dificuldade em acreditar que mesmo os 7% sairão do Plano Nacional de Educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. A última pergunta e aí nós encerramos essa Mesa. Senador Pedro Taques, recém eleito senador por Mato Grosso. A palavra é sua. Depois o Senador Cristovam encerra.

SR. PEDRO TAQUES: Eu queria só concordar com o Senador Cristovam e dizer que aí nós temos, ao meu pensar, um verdadeiro círculo vicioso entre a falta de educação e o relativismo ético da sociedade brasileira. Infelizmente, nós todos somos muito tolerantes com a falta ética, somos muito tolerantes com a corrupção. Nós temos que trazer para este debate também, de se pensar no futuro, por que nós somos corruptos, por que os brasileiros são corruptos, somos corruptos. Será que nós somos geneticamente corruptos, historicamente corruptos, culturalmente corruptos? Lógico que geneticamente não somos, porque nem a nanomedicina chegou a essa conclusão, a genética moderna. Historicamente também não, que, apesar de nós termos surgido de uma prisão, a Austrália também surgiu de uma prisão e a Austrália é bem menos corrupta que o Brasil. Portanto, falar de educação, sem tocar nesta concordância e tolerância do povo brasileiro com a corrupção, é deixar um componente de fora, ao meu pensar. E isso passa por nós, que somos políticos, somos políticos. E eu estou dizendo isso porque eu nunca fui político. Durante 15 anos eu fui procurador da República e, como procurador da República, eu combati a corrupção e os políticos, de Presidente do Senado até vereador de uma cidade chamada Cabixi, em Rondônia. Aliás, por isso que eu deixei o Ministério Público Federal, porque eu não consegui, como aplicador da lei, ao menos fazer com que a lei fosse um instrumento de transformação.

Então concordando com o senhor, eu vejo que a educação é este instrumento de transformação. Agora, a falta de uma educação formal, e aqui bem situando a diferença entre saber e sabedoria, a falta de uma educação formal é ao mesmo tempo uma causa e uma consequência da corrupção. Aqui nós temos uma tautologia, um círculo vicioso entre isso, porque, durante esses 15 anos de procurador da República, o que nós acompanhamos de desvios no setor de saúde e a tolerância nossa da classe política. E hoje eu me coloco como político com isso. Eu penso que este relativismo ético deva ser mudado a partir do Congresso Nacional. Penso que a palavra num Estado que se diz democrático de direito é buscar um piso mínimo de dignidade, um mínimo existencial, e este piso mínimo de dignidade passa pelo

respeito ao meio ambiente, passa por uma educação de qualidade para aquele que é mais pobre. Mas, sobretudo, neste Estado democrático de direito, uma palavra, ao meu pensar, muito importante, é a tolerância. Nós não podemos tolerar com a corrupção, nós não podemos tolerar com o desvio ético. Aí eu penso, nós poderemos firmar este pacto educacional.

Então concordando, dando ao senhor as boas-vindas ao Estado do Mato Grosso e convidando-o para novamente aqui voltar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Olha, tudo que o Pedro Taques falou aqui já serve para outro seminário, viu, gente? Nós temos que fazer um outro seminário para discutir com profundidade tudo aquilo que você disse. Foi muito interessante, coisa boa.

Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou encerrar [ininteligível] do senador, dizendo que, nesse seminário que ele propôs, eu creio que a gente deveria discutir a relação entre a ética dos comportamentos políticos e a ética nas prioridades das políticas. Porque nós despertamos muito para a ética no comportamento. Por exemplo, político não pode pegar dinheiro de uma obra pública e botar no bolso. Foi bom que isso tenha acontecido, esse despertar. Mas a gente não despertou ainda para a corrupção que existe, mesmo quando nenhum político põe dinheiro no bolso, mas põe todo o dinheiro numa obra pública desnecessária, faraônica, como a gente vê tantas por aí afora. Nós não colocamos ainda, não despertamos para a ética nas prioridades.

Quanto à minha amiga, a Senadora Fátima, eu achei muito boa a lembrança dela de que o pacto está andando. Realmente, esse país está com o pacto desde que fez uma nova Constituição, a democracia. Os últimos governos significaram, de alguma maneira, um pacto. O Lula conseguiu levar esse pacto muito além do que esse país já fez, conseguindo colocar todos quase juntos, tanto que a própria oposição não conseguia apresentar nada realmente de contraditório, a oposição se limitou muito às denúncias contra a corrupção, que é importante de se fazer, mas não há alternativas claras de políticas na área de meio ambiente, na área de um desenvolvimento equilibrado, na área de uma revolução na educação.

A conferência foi um passo adiante, mas eu ainda acho que não é um pacto, porque ali estava, sobretudo, sobretudo nós da educação. Tinha alguns de fora, mas eram poucos. Os grandes empresários não foram, o presidente do Banco Central acredito que não foi. O grande pacto é quando a gente colocar os líderes partidários todos discutindo o assunto da educação de tal maneira que a gente possa fazer a revolução para valer. Por exemplo, mesmo entre nós, se a gente for analisar um pacto, começa a ter dificuldades. Por exemplo, os professores estão dispostos, especialmente os sindicatos, a que, na hora que colocar 10% do PIB na educação, se comprometerem a passarem 20 anos sem greve? Tem que ser um pacto desse. O pacto tem que ser dizendo: “Nós vamos fazer isso e vocês fazem isso”. A Finlândia, um dia desses, o sindicato fez uma festa para comemorar 20 anos sem greve. Fizeram uma festa. Inclusive, ao longo do processo, eles mudaram o nome, não se chama mais Sindicato de Professores, é Sindicato da Educação. Por exemplo, estão dispostos os professores a substituir a estabilidade absoluta de hoje por uma estabilidade em relação aos governos, mas não em relação aos pais, aos alunos e aos colegas? Ou seja, numa reunião dos pais, dos alunos e dos colegas, eles dizerem: “Esse professor não está bom, queremos substituí-lo”. Eu defendo isso. Eu sou a favor da estabilidade em relação ao governo, mas não em relação ao aluno, junto com os pais e com os colegas, não só os alunos. Então tem uma porção de coisas que a gente não avançou naquilo que realmente significaria um pacto. O pacto... Não só por quanto colocar, mas para onde vai o dinheiro.

Eu vi, durante o debate, o Plínio de Arruda Sampaio se comprometer em 10%. Eu fiquei assustado, porque, se, hoje, um governo disser: “Amanhã o orçamento tem 10%”, a gente vai jogar dinheiro fora, porque, se chover dinheiro no fundo da escola, no quintal, vira lama. Se o dinheiro for para o quintal, vira lama. O dinheiro tem que ir para aqui, para aqui, para aqui, para chegar aqui, na cabeça dos meninos. E hoje não dá para chegar a 10%. 10%, hoje, do PIB em educação é um desperdício. Tem que ser ao longo de um processo em que a gente vá formando professores, para que eles mereçam dar o salto salarial, para que eles sejam cobrados do salto. E aí a gente tem que ter mais gente participando.

Bem, mas eu acho que, tendo ou não o pacto, reuniões como essa ajudam, e ajudam, sobretudo, a gente ficar um pouco educacionista, cada um da gente, imaginando que o futuro não vem da indústria. O futuro vem da educação, até porque, daqui para frente, a indústria que realmente vai gerar frutos é a indústria baseada na inteligência e não mais baseada apenas na matéria-prima. Um grande abraço, e eu aceito o convite para voltar, que você fez.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos. O Cristovam vai ter que ser retirar e o Senador Pedro Taques também, os dois senadores vão viajar agora. Damos só o tempo de desfazer a Mesa e fazermos a Mesa seguinte.

[palmas]

Reunião suspensa às 15h30.

Reunião reaberta às 15h33.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Vamos dar continuidade ao terceiro painel do Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente. Pedimos que tomem os seus lugares, por gentileza. Para mediar os trabalhos deste terceiro painel, já se encontra à Mesa a Senadora Marisa Serrano.

Vamos, então, chamar um dos nossos painelistas, o Sr. Michael Becker. Ele é representante do WWF-Brasil. Por gentileza, vamos recebê-lo.

[palmas].

E, ainda, o Sr. Enrique Leff, economista, ambientalista e professor de Ecologia Política e Políticas Ambientais da Universidade Nacional Autônoma do México. Por gentileza, ocupe o seu lugar à Mesa.

[palmas]

Vamos, então, passar a palavra à Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano, vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Com a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu queria lembrar que esse seminário foi uma solicitação feita pelo Senador Flávio Arns, que não está aqui. Ele foi eleito vice-governador do Paraná e vai ser o Secretário de Educação do Paraná. Na viagem que o governador eleito está fazendo ao exterior, ele está negociando já o governo, discutindo, e, portanto, não pôde vir aqui e estar conosco hoje. O Senador Sérgio Zambiasi é outro subscritor dessa solicitação, também não está conosco, porque o Sérgio Zambiasi é senador do Rio Grande do Sul e decidiu voltar, não se candidatar e voltar às

origens, ele é radialista, voltar às suas origens. Resolveu não se candidatar mais a cargo eletivo. Portanto, também está já cuidando da sua vida futura e não pôde estar conosco hoje. E o terceiro subscritor foi o Senador Romeu Tuma, que nos deixou agora há pouco, senador por São Paulo, faleceu e nos deixou assim com uma lacuna muito grande, porque era um homem muito sensível. Mesmo sendo policial, era uma pessoa muito sensível à área de educação. Fazia parte da nossa Comissão de Educação, estava sempre presente, nunca deixou de estar presente na Comissão de Educação discutindo e nos dando apoio nas questões relevantes que eram discutidas, que são discutidas ali. Portanto, eu quero fazer só essa homenagem aos Senadores Senador Flávio Arns, Romeu Tuma, *in memoriam*, e Sérgio Zambiasi.

Estamos agora com a Mesa Internacional de Experiências Internacionais, que, para nós, é muito importante. Hoje de manhã, não sei quem foi que disse que nós precisaríamos discutir localmente, mas pensar globalmente. Foi você que disse isso... A Raquel que disse isso. Então, de fato, nós estamos aqui, começando a pensar também não só no nosso SESC Pantanal, não só no nosso Pantanal, eu sou de Mato Grosso do Sul, então tenho 2/3 do Pantanal também, então não pensar só no nosso Pantanal, mas pensar no mundo todo.

Portanto, é com prazer enorme que eu passo a palavra para o Sr. Michael Becker, que representa aqui o WWF-Brasil. V. Sa. tem a palavra por 30 minutos, depois passamos ao Sr. Enrique e, depois, para as nossas perguntas.

SR. MICHAEL BECKER: Eu vou precisar do controle, eu preparei uma apresentação, mas primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, à Senadora Marisa, à Senadora Fátima, pela iniciativa, também, de ter essa discussão sobre meio ambiente e educação. Sem dúvida eu acho que é um tema bem importante. O WWF-Brasil vem contribuindo bastante com esse tema. E como a gente já viu hoje de manhã e ao longo da tarde, eu acho que é um tema que levanta também muitas questões, questões interessantes e importantes para o nosso futuro.

Eu preparei uma apresentação que eu gostaria de fazer, tentando esboçar pelo menos um pouco daquilo que o WWF-Brasil e o WWF como rede vêm fazendo nesse tema, mas eu acho que é importante também situar, para aqueles que não conhecem o WWF-Brasil e o WWF-Rede Internacional, o que é o WWF e o que é o WWF-Brasil. Nós, como organização ambientalista, estamos trabalhando realmente a nível global, desde 1961, e temos aí vários escritórios espalhados pelo globo, com aproximadamente cinco milhões de associados. Eu acho que isso é bastante importante porque isso também resgata a nossa preocupação em trazer temas a nível global. Nós temos uma intensa troca, uma intensa discussão, também, com outros colegas de outros países que ricamente também apresentam outras soluções, outras maneiras de pensar, que sempre enriquecem aquilo que a gente está fazendo aqui, no Brasil, e vice-versa. Soluções brasileiras podem ser aplicadas lá e soluções que a gente traz da Austrália ou da Indonésia podem ser aplicadas aqui.

Nesse caso, são aproximadamente 1.300 projetos de conservação que fazemos em torno do globo e nesses 90 escritórios aproximadamente, espalhados, realmente, por várias Nações.

A sede do WWF, mesmo que não se possa dizer uma sede hierárquica, fica na Suíça, e todos os escritórios são associados em rede, ou seja, tem uma independência, o que é o caso também do WWF-Brasil.

O WWF-Brasil é uma instituição brasileira com uma missão, que une a questão da conservação ao meio ambiente também com a atividade humana, tentando harmonizar essas

duas frentes, obviamente com a preocupação da conservação da biodiversidade e também do uso racional de recursos naturais.

Passando para o WWF-Brasil, somos mais ou menos 110, crescendo para 120 funcionários. Temos seis escritórios espalhados no Brasil, um deles aqui próximo, em Campo Grande. Trabalhamos nos vários biomas. Em alguns não, lamentavelmente. O Pampa, a Caatinga e [ininteligível] assim a zona costeira ainda não fazem parte do nosso portfólio de projetos. Temos vigentes, por assim dizer, cerca de 35 projetos de conservação no país e essencialmente trabalhamos com parcerias. Eu acho que esse é um forte também do WWF-Brasil que a gente está trabalhando, tentando atingir os nossos objetivos de conservação, com a ajuda do governo federal, com a ajuda de governos estaduais, com municípios, com outras ONGs, com outras parcerias, universidades e associações. Então, só para esclarecer um pouco a questão do WWF-Brasil e do WWF-Rede.

Nesse caso, eu prossigo apresentando alguns dos projetos que o WWF-Brasil vem executando e também que já foram executados a nível de rede e que sempre apresentam essa ligação entre meio ambiente e sociedade, e como esse desafio foi também resolvido ou foi atacado em várias regiões do mundo.

Eu acho que, no início dos anos 60, para ter talvez um pouco do histórico da própria educação ambiental e para tentar fazer um mosaico, vamos dizer assim, desses vários pontos fortes da educação ambiental ao longo do tempo e ao longo dos projetos, eu vou desenvolver um pouco da história da educação ambiental. Então, nos anos 60, talvez, ela estava focada, sem dúvida, um pouco mais nesse aprendizado, relacionado ao próprio funcionamento do meio ambiente, ao funcionamento dos ecossistemas e muito voltado a projetos específicos. Nos anos 70, então, apresentou-se uma evolução a mais nessa discussão, ou seja, um aumento até na questão de transmitir os conceitos de conservação, em centros específicos de treinamento, numa educação mais conservacionista e, também, indo mais para os centros urbanos, ou seja, voltando talvez de uma coisa só voltada para a educação, mas, sim, também que traz a realidade do centro urbano. Nos anos 80... E aqui eu acho que, nos anos 80, começa talvez até uma atuação mais forte dentro da Rede do WWF e do WWF-Brasil também, uma expansão desse conceito de educação ambiental, vindo também do conceito da pesquisa, trazendo para a questão de políticas públicas e o início de uma discussão de envolvimento também de comunidades em processos decisórios. Mais para frente, a gente vai ver que isso também é um componente bastante importante de alguns projetos que eu vou apresentar.

Nos anos 90, vem mais forte, talvez, esse viés de um apoderamento da sociedade, das comunidades que estão envolvidas nesses projetos de educação ambiental e aparece também a questão da educação das sociedades sustentáveis como um componente forte de fortalecimento de processos participativos, uma política mais de emancipação também dessas comunidades, relacionada sempre à questão da proteção e da conservação do meio ambiente. E mais para, vamos dizer assim, o final, então, para os anos 2000, essa questão, que também se pode observar dentro do WWF, muda um pouco de figura. Eu acho que uma das coisas, sem dúvida, que deu a disparada para essa mudança ou que deu a virada para esse olhar foi a questão realmente de mudanças climáticas e toda essa discussão. Ou seja, a gente está falando muito mais de uma necessidade de mobilização, de uma necessidade de mais influência em políticas públicas, de uma necessidade também de trabalho com vários outros atores. Ou seja, a gente sai, talvez, de um universo mais de uma comunidade específica para entrar realmente dentro de políticas públicas, para entrar com parcerias outras que sejam, por exemplo, do setor privado.

Eu acho que, nesse caso, vários marcos específicos guiam essa discussão. Alguns deles, sem dúvida, já foram citados ou pelo menos mencionados aqui. Eu acho que a questão, também, do relatório do limite de aquecimento, acho que foi um preciso indício dessa questão da ligação de um mundo em desenvolvimento e a ligação realmente desse mundo natural com o mundo humano. Aí discutiu-se, então, junto com a [ininteligível], o WWF lançou uma publicação bastante relevante, nos anos 90, a respeito da preservação e da importância dos processos ecológicos, da preservação da diversidade genética e do uso sustentável de recursos. Eu acho que isso vem se traduzindo. Já foi mencionado também a cópia aqui de Nagoya, ou seja, o palavreado, sem dúvida, mudou. Também pela pressão do tempo e pela pressão realmente sobre os recursos naturais, agora vem realmente forte a questão da preservação dos serviços ecossistêmicos, que são realmente a base ou que representam a base também do desenvolvimento econômico e social. Com a RIO 92, eu acho que o reconhecimento da educação ambiental também foi um processo importante para a introdução de uma política mais forte, mesmo aqui no Brasil. E a UNESCO eu acho que só vem a reforçar essa diretriz junto à importância da educação ao desenvolvimento sustentável, para tentar alinhar esse esforço, para criar realmente uma política de proteção e conservação da biodiversidade mais forte, não só aqui no Brasil, mas também no mundo.

Como alguns projetos específicos, eu tentei fazer uma breve seleção em vários continentes onde a gente atuou. Um deles... Aqui, um exemplo, de 1981, e um projeto escolar também no Ensino Fundamental, ou seja, aqui são elementos que a gente pode ver de uma educação conservacionista e de uma pesquisa que foi introduzida dentro de uma educação formal na educação, realmente, para a gestão dos recursos naturais. Nesse caso, obviamente, a comunidade estava próxima a uma unidade de conservação, e esse diálogo entre a comunidade e a unidade de conservação e a própria questão da proteção dos recursos da unidade de conservação, que eram utilizados para subsistência também da comunidade, foi discutido na escola. Ou seja, o desenvolvimento de atividades sustentáveis na escola, como viveiros, hortas e o combate à pobreza dessa comunidade serviu como um escape ou uma solução para que a pressão sobre os recursos naturais diminuíssem.

De uma maneira bastante similar, também, isso foi desenvolvido na Tanzânia. Nesse caso, houve até uma ampliação dessa primeira aproximação do conceito de escola sustentável para outras comunidades, porque lá o problema, também relacionado ao uso de recursos naturais, veio da utilização realmente da floresta como combustível. Nesse caso, a gente estava tentando tirar essa pressão sobre os recursos naturais, implementando, por exemplo, uma política de reflorestamento, que foi apoiado pelas escolas e foi expandido às outras comunidades, mas o WWF também trabalhou, por exemplo, o aumento de eficiência dos próprios fogões à lenha, que estavam sendo utilizadas naquela comunidade. Ou seja, a educação ambiental e o envolvimento da comunidade sempre trazem, nesses projetos, os dois lados: tanto o desenvolvimento em termos de percepção do seu meio ambiente, mas também um viés social que caminha lado a lado.

Um dos casos brasileiros que foi talvez até um início de uma atividade de educação ambiental, aqui, pelo WWF-Brasil, foi o Projeto Mico-Leão-Dourado, onde, nesse caso, a gente talvez apoiou, quer dizer, a gente apoiou sem dúvida o Centro de Treinamento do Mico-Leão, teve sem dúvida um viés forte de estudo de natureza, ou seja, conhecendo e disseminando as condições na qual o mico-leão ou as condições que o mico-leão precisava para sobreviver, e, nesse caso, também, além de apoiar a própria associação e a preservação da mata atlântica como habitat, veio também uma forte comunicação para que isso seja feito. Então eu ainda lembro que o nosso secretário executivo até teve que vestir uma fantasia de mico-leão-dourado para promover a proteção da espécie. Nesse caso, a publicação, também,

Aprender Fazendo cresce nesse diálogo, mas, também, muito a questão de você trazer a proteção da espécie sobre esse viés de uma análise mais de especialistas.

Mais recentemente, aqui, no Brasil, a gente desenvolveu a educação ambiental em projetos integrados com várias comunidades, onde a gente trabalha na Amazônia, mas também, por exemplo, no Cerrado ou na Mata Atlântica, onde se faz necessário muito mais do que uma ideia de projeto sobre o aspecto de uma proteção, de uma unidade de conservação, ou, por exemplo, um manejo de pirarucu, se faz necessário realmente a formação continuada desses parceiros, até numa estratégia que o WWF nem sempre vai estar ali para fazer as ações de conservação. Ou seja, a preocupação aqui foi de um empoderamento maior e, sem dúvida, de uma participação dos parceiros no próprio desenvolvimento de estratégias de conservação. Nesse caso do IAPCD(F), foi feito um treinamento muito forte na questão, por exemplo, de gestores de unidades de conservação. Resgatando, talvez, aqui, um pouco, quer dizer, o local em que a gente está, que se encontra, no Pantanal, nesse mesmo período, um dos projetos bastante exitosos do WWF foram as Escolas Pantaneiras, onde, nesse caso, como vocês podem ver, nem sempre é tão linear, mas, nesse caso específico, houve uma adequação realmente do conteúdo pedagógico à realidade, ao ambiente local. E isso, sem dúvida, teve muito, digamos assim, um impacto bastante positivo e foi muito bem aceito por aquelas escolas que ficam, vamos dizer, espalhadas em algumas fazendas, principalmente da planície pantaneira. Então esse, sem dúvida, foi um dos exemplos que a gente pode tirar aqui da região.

E mais recentemente, passando realmente, talvez, por um novo século, a gente está caminhando para uma visão realmente maior de mobilização e advocacia entre vários atores, para tentar, como foi bem posto no início desse debate pela manhã, tentar acelerar os processos. Com todo o envolvimento comunitário que a gente teve nos anos anteriores - e grande parte da estratégia de conservação também foi baseada nisso, não só a questão da educação ambiental -, percebe-se que, sem dúvida, precisamos acelerar muito mais o passo, caso queiramos uma mudança maior também de comportamento, em termos de mudança de comportamento, para ter um efeito positivo sobre as questões, por exemplo, de mudanças climáticas. E aí, nesse caso, a gente está trabalhando realmente muito mais com o conceito das sociedades sustentáveis como um todo e tentando ampliar, então, essa preocupação com campanhas. Aqui... Vamos dizer assim, essa campanha que eu acho que talvez muita gente participou, onde a gente quer pelo menos que um dia a luz fique apagada durante o ano, trazendo, então, a possibilidade, talvez um dos 'Rs', de reflexão sobre o uso de energia, sobre o meio ambiente e ter realmente um movimento global, que é uma campanha global, para que, talvez, a gente possa, efetivamente, aumentar essa consciência global, que é tão necessária, principalmente no âmbito da questão de mudanças climáticas.

E muito recentemente a gente lançou, também o Relatório do Planeta Vivo, que coloca muitas dessas questões que foram discutidas aqui, quanto a consumo, quanto a cadeias produtivas, quanto à eficiência, coloca realmente no debate. Quer dizer, o Relatório do Planeta Vivo traz muito bem que existe uma balança entre biocapacidade e produção que deve ser mantida pelo menos equilibrada, que, no momento, não se encontra equilibrada. Nós realmente gastamos muito mais recursos naturais do que é capaz da natureza regenerar-se. Então, nesse caso, talvez não vale a pena aqui me repetir, mas é uma preocupação bastante grande. E nessa linha, por exemplo, o WWF-Brasil também trabalha na possibilidade ou trabalha efetivamente, por exemplo, em tentar trazer esse diálogo para cidades menores. Quer dizer, o Relatório do Planeta Vivo traz isso, sem dúvida, numa dimensão global. Mas nós queremos trazer isso, por exemplo, para uma dimensão também de Campo Grande. Então a gente está fazendo a Pegada Ecológica de Campo Grande, e, nesse caso, a gente traz não só a

questão do cálculo, da discussão, mas a gente quer, principalmente, trazer também a questão da mobilização e de ações mitigatórias para que a Pegada possa ser reduzida nos centros urbanos. Então, nesse caso, nesse projeto, a gente não estaria falando realmente só de uma mobilização, de uma campanha ou de tentar envolver mais o público, mas também chamar o público para ações específicas. Eu acho que isso é bastante importante nessa discussão, para que isso possa reverter talvez até mais numa questão de transparência, numa questão de fiscalização, numa questão que possa envolver também mais o cidadão em termos de exigir do Poder Público que, por exemplo, a Pegada da cidade realmente diminua ao longo do tempo.

Nesse caso, quer dizer, parte do debate também se deu hoje de manhã, com a questão da necessidade, obviamente, de cada um mudar os seus hábitos de consumo. Eu acho que, sem dúvida, isso é importante. Que cada um na sua decisão, quando vai à gôndola, pense qual é o consumo de água que se esconde praticamente ao longo da cadeia produtiva, mas, por outro lado, eu gostaria de ressaltar, principalmente eu acho que nesse fórum distinto, existe também a responsabilidade do Poder Público, que somos indivíduos, mas trabalhamos em instituições, trabalhamos em empresas e nelas também tomamos decisões que podem ir muito além do indivíduo. Ou seja, essa responsabilidade não pode ser talvez diluída somente em todos os indivíduos, em todas as suas decisões individuais, mas existem, sem dúvida, pessoas com funções específicas que podem acelerar ou desacelerar essas transformações.

Para voltar, talvez até acelerar esse debate, isso é um número que eu gosto de mostrar bem grande no final dessas apresentações. Quando se fala de consumo, seremos provavelmente 9 bilhões de pessoas no ano de 2050, dependendo dos números, que pode variar um pouco, mas essa é uma realidade com a qual, quer dizer, da qual ninguém escapa. Então esse é um dos pontos que vai fazer realmente a grande diferença de como lidar com tanta gente no futuro. As questões vão mudar, elas não são mais tão lineares como nós talvez gostaríamos que fossem, como a indústria gostaria que fosse, como a indústria até agora também se planejou para ser, e esse vai ser realmente o nosso grande desafio daqui para frente, para lidar com esse número e falar: “Bom, sendo essa a nossa realidade, quais são as alternativas que temos?”.

E aí eu volto realmente à questão anterior: talvez a principal função, nesse caso, da educação, é realmente questionar, é realmente procurar por alternativas e não partir do pressuposto que tudo aquilo que a gente fez no passado - isso é até uma das grandes mensagens na questão de mudanças climáticas - vai valer para o futuro. Não, não vale. Não é mais um histórico linear. Eu mesmo sou... Assim, de formação, eu sou engenheiro ambiental, em recursos hídricos eu me especializei. Então todas aquelas previsões de chuvas de 100 anos, vamos dizer assim, todo o aparato hidrológico ou de engenharia hidráulica pode se esquecer, porque tudo foi feito em previsões que vão mudar, em números, em estatísticas, vão mudar. E esse, para mim, é realmente, sem dúvida, o grande desafio e para o WWF também, como a gente vai lidar com essa realidade, que, sem dúvida, muda tudo o que a gente presenciou até agora. E uma das grandes mudanças vai ser o envolvimento, vai ser a reestruturação também da sociedade, vai ser a participação, também, eu acho, de cada um desses atores sociais, no processo de mudança. A gente trabalha, por exemplo, também com cadeias produtivas da pecuária. Cada um vai ter que assumir as suas responsabilidades, tanto o produtor, por exemplo... Falou-se muito da pecuária, e a pecuária é importante aqui para o Estado, para ambos, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então tanto o produtor vai ter que mudar, também tem que mudar o frigorífico, também tem que mudar o varejo e também vai ter que mudar o consumidor. Então, essa mudança, também, de responsabilidades e cada um

fazendo a sua parte, só assim que a gente vai conseguir resolver a equação que esse número final representa. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradecemos aqui a exposição da WWF-Brasil, do Sr. Michael Becker, que falou muito na participação, na mobilização, no envolvimento, na valorização, na fiscalização, no acompanhamento e tem muita coisa pela frente. Deixamos o final para as perguntas.

Passamos, agora, a palavra, por 30 minutos, ao Sr. Enrique Leff, que, como eu disse, é economista, ambientalista e professor de Ecologia Política e Políticas Ambientais da Universidade Nacional Autônoma do México - UNAM. A palavra é sua.

SR. ENRIQUE LEFF: Muito obrigado, Senadora Marisa. Para mim, é sempre um grande prazer estar no Brasil, voltar no Brasil. Eu estou ficando mais no Brasil do que em qualquer outro país no mundo. Então, para mim, é um grande prazer. E não é por acaso que estou aqui com tanta frequência, porque há uma sintonia, uma empatia muito grande entre as ideias que foram desenvolvidas ao longo de uma vida com a cultura brasileira. Por isto que estou aqui com essa frequência, não é verdade? Agradeço a todas as pessoas que estiveram envolvidas, aí, para fazer possível que eu esteja aqui com vocês esta tarde. Também é prazeroso para mim falar para um público tão ilustre. Não é só falar aos grandes públicos, aí, que ficam um pouco impressionados com qualquer coisa que a gente pode dizer. Todos vocês são já pensadores, educadores, profissionais, que estão pensando essa questão do ambiente, da educação ambiental desde muito tempo atrás. Eu estou me perguntando o que posso dizer de novo para vocês e que vocês não estão já sabendo, não? Mas vou tentar. Tentar, sobretudo, inquietar(F) a vocês para ter um diálogo, um diálogo mais criativo, porque o problema está sempre aí, que fica aí para estar sendo pensado, que isso que nós estamos ainda pensando, pensando suficientemente, pensando corretamente. Todo mundo fala aqui que precisamos mudar. Todos temos um consenso que precisamos mudar, mudar... Ainda alguns estão recuperando esta palavra que eu pensava que o neoliberalismo havia já fechado o significado: a revolução, revolucionar, fazer a revolução cultural. O morto(F) Mao Tsé-Tung, tanto tempo atrás, os chineses [ininteligível], já esqueceram de Mao Tsé-Tung, a revolução cultural. E nós aqui, agora, estamos falando de uma revolução cultural. Alguns termos também que estavam quase esquecidos do dicionário, aí, popular, mesmo acadêmico: a contradição, a contradição.

Estive a semana passada em [ininteligível], Amazônia, e evoquei o grande Karl Marx. As pessoas se aproximaram, falaram para mim: “Você está sabendo que as gerações atuais no Brasil não sabem quem foi Karl Marx? Você acha que as pessoas sabem quem foi Karl Marx? Que elas sabem o que dizia a dialética, a contradição, a revolução? A juventude hoje esqueceu esta questão, não sabe mais”. Quem falou hoje ainda da necessidade emancipatória? Foi você, não é? Fez(F) me lembrar de Herbert Marcuse, que era ele que falava dessa questão. Não é qualquer mudança, não é qualquer revolução, é uma necessidade emancipatória das pessoas, pessoas que são simbólicas(F), que são desejosos.

Então, mudança, sim. Mudança em qual sentido? Todos estamos convictos da educação ambiental. Sim, educação ambiental, com certeza. Nós, educadores ambientais, falamos que a educação tem que ser ambiental ou não é mais educação, porque não está agindo, neste mundo de hoje, no que precisa ser a educação ambiental, porque precisa compreender que o mundo está atravessando uma crise ambiental, que não é qualquer crise, não é uma crise dos ciclos econômicos que vá para a recessão, para um novo crescimento. Não, é uma crise civilizatória. Uma crise civilizatória quer dizer uma crise dos fundamentos desta cultura, desta civilização do qual estamos tão, como se diz, orgulhosos, orgulhosos. A

nossa civilização do conhecimento, nossa civilização racional ilustrada e que, agora, chegou a um ponto de uma verdadeira crise que podem [ininteligível], isso eu falo em espanhol, que questiona todos estes fundamentos, os fundamentos disto que nós acreditávamos que era a certeza absoluta que levaria a humanidade ao progresso. Um progresso que daria a clareza do mundo, a transparência do mundo, o controle não só das fumaças aqui do Pantanal, mas o controle de todos os acasos, de todas as coisas, aí, onde os seres humanos não tinham nenhum conhecimento de forma de controlar, que estávamos aos desígnios aí de uns fatos aí dos destinos [ininteligível], não é? Então a ciência que vai dar tudo isso a nós.

Nós estávamos sabendo. Educação ambiental, sim. Mas todos sabemos também que a comunidade educativa da América Latina, essa que fala educação para todos... Sim, educação para todos, sim. Mas qual educação? Expansão é como dizer o consumo para todos. Que todos devem ter mais igualdade, mais equidade, mais acesso ao consumo e mais acesso à educação como um bem comum. Sim, mas isso, mesmo se tivéssemos uma repartição, uma dotação, uma oferta, um serviço público mais amplo de educação, o que vamos estar reproduzindo aí? O que vai estar se [ininteligível] aí? A transversalidade da educação ambiental não é uma disciplina, não é uma matéria, não é um paradigma, é uma coisa aí muito geral, que deve ser transversalizada. Mas estamos sabendo, então, o que é que tem que estar aí nos conteúdos, na substância fundamental da educação ambiental, se é que a educação ambiental é um instrumento de mudança que precisa o mundo atual para atingir a sustentabilidade. Então há muita coisa que nós estamos sabendo bem.

Educação ambiental. Se fala de um processo de reintegração da fragmentação dos conhecimentos. Mas eis que é suficiente falar de interdisciplinaridade, suficiente conjugar toda essa fragmentação de conhecimento que gerou a modernidade, com toda a superespecialização de conhecimento, para ter uma nova totalidade de conhecimentos. É suficiente? Alguns aqui vão concordar comigo. Creio eu que não, não é suficiente. Precisamos, sim, de um melhor conhecimento ecológico, porque fica mesmo quase absurdo o fato que nós somos um planeta com 75% de água, nós somos 75% água, mais ou menos assim, mas nós temos quase nenhum conhecimento mais ou menos complexo do metabolismo da água neste sistema mundo para manter a biosfera. Não, porque nós pensamos que a água vem da torneira. A água vem daí, não vem de todo o processo complexo da atmosfera, a relação com as florestas, todas essas coisas que ficam muito complexas e que a ciência fragmentou para tentar gerar um conhecimento mais preciso, mais linear. E esqueceu a complexidade, esqueceu a complexidade.

Mas nossa civilização ilustrada é ainda mais absurda. Deixe-me falar a vocês de absurdidade que fica difícil de achar, de acreditar. O mundo moderno, o mundo gerado pela cientificidade e a metodologia cartesiana, a separação do ser doente do corpo, da alma, toda esta separação para gerar os princípios da produção, do modo de produção deste que falava, meu amigo Karl Marx, o modo de produção de conhecimentos que fazem o patrimônio científico atual. Mas isto gerou também, em todo um longo processo civilizatório, todo um processo de objetivação do mundo. Quando nós estamos falando agora de recuperar alguns valores, quer dizer que, desde a filosofia grega, a reflexão filosófica foi mais para uma preocupação de conhecer as essencialidades do mundo, de penetrar. Esqueceu o ser das coisas, o ser do mundo, o ser humano para penetrar num mundo conceitualizado como entes, como entidades. E daí foi só um passo a isso que gerou a modernidade com a cientificidade, que foi a objetivação do mundo. Então geramos um mundo coisificado, objetivado. Vejam, um exemplo muito simples. Qual é o ser da biosfera? Da biosfera que gerou a vida, a vida humana, todas as formas de vida hoje. Reivindicação popular já quase falar do resgate da biodiversidade, da biodiversidade e também um certo avanço de direitos de diversidade(F)

cultural, a diversidade(F). Mas o que gerou a economia foi um sistema totalmente absurdo, mecanicista, pegado do modelo da ciência clássica, da ciência física, para pensar que a produção, tudo isto que vai gerar o progresso da humanidade, o eixo principal da modernização, da globalização atual, está sobre uma ideia de vetores, de fatores de produção, que são capital e trabalho. O capital é o capital, o capital é esta abstração aí de moeda, de pensar o mundo como moeda. Ao ser humano ficou somente força de trabalho. Quer dizer, aplicação de uma quantidade de energia a um processo de produção, quer dizer, completamente desumanizado. Onde ficou a natureza em todo esse processo?

A natureza era certamente um input(F) necessário para a produção. Não se pode produzir sem matéria, sem energia. Mas a natureza, no entanto que a natureza, quero dizer a natureza organizada ecossistematicamente, foi complementada fragmentada, objetivada para gerar isso que se falou, objetos de trabalho, matéria-prima. São já extratos, fragmentos coisificados de todo este sistema complexo que precisa dessa complexidade para se manter como biodiversidade. Então veja este tremendo absurdo: esta economia, que não só é a economia real do mundo, que está organizando todas as nossas vidas, com as crises econômicas, que está convertendo tudo, tudo em valor econômico, a mercantilização da natureza, mercantilização das vidas humanas, mercantilização de tudo. Isso é verdadeiramente uma intervenção absurda na complexidade do mundo e uma forma já crítica de esquecer o ser do mundo.

Então daí fica toda esta construção de insustentabilidade, e nós precisamos compreender qual é a raiz de toda essa problemática. Não só dizer que precisamos mudar. Vemos que há desigualdade no mundo, uma desigualdade crescente no mundo, mas qual é o ponto crítico nesta separação? Eu já falei: separação do objeto, sujeito sim. O corpo, a alma, a razão e a paixão, tudo isso. Natureza é cultura. Mas toda esta economia ficou, desde Adam Smith até os últimos economistas, nessa abstração da natureza. A natureza ficou, como eles falam, uma externalidade. Os economistas acham que a substituição entre capital e essas novas entidades, que eles chamam também de capital, capital humano, capital natural. Você pode [ininteligível] o trabalho humano ou a natureza, mas é uma substituição, vai substituir por tecnologia, vai substituir por capital. Vivem nessa solução abstrata e falácia.

Mas qual é a verdadeira conexão entre o progresso da economia... Vejam que a economia é uma estrutura que foi gerada, não como uma emergência da história natural do mundo, da evolução darwiniana no mundo, mas foi uma construção histórica. Dizer que foi uma construção humana. É verdade. Não de todos os humanos, mas foi uma construção humana como chegamos aqui a este ponto.

O problema... Deixa eu dizer com este gráfico final. O problema não é que vamos a chegar a ser 9 bilhões de seres humanos no planeta. Talvez vamos ser 10, 11 ou 12 bilhões, mas a população humana vai se estabilizar. Uma coisa se conseguiu a cultura humana: conseguiu compreender as leis fundamentais da convivência humana, por exemplo. Aprendeu muito antes que falasse Sófocles, o que dissera Sigmund Freud, para falar da proibição do incesto. As culturas humanas aprenderam essa questão fundamental de não violar uma questão fundamental de procriação, de convivência humana, por experiência própria. É bem sabido que se pode transgredir, às vezes, um pouco essa questão. Vocês sabem, vocês sabem bem. Eu também. Vocês sabem, eu sei. Vocês sabem. Já que a vida quis assim... Não fala assim a canção? Todos sabemos, se pode mais ou menos transgredir, mas ninguém pode viver em incesto global. Se todos vivermos num incesto global, não existiria mais. E curioso, curioso por não dizer trágico, é que esquecemos completamente a dependência da natureza, das leis da natureza. [ininteligível] o momento. 1971, para marcar uma data, para ser publicado o livro do grande economista Nicholas Georgescu-Roegen, cujo título é “O

Processo Econômico e a Lei da Entropia”. Para fazer um link, o vínculo fundamental entre este processo de economia que não consegue se estabilizar e a diferença entre esses processos humanos, a humanidade vai estabilizar, a população talvez vá, depois disto, decrescer um pouco, mas vai estabilizar, mas a grande tragédia é que construímos uma monstruosidade, que é o sistema econômico. A economia não consegue se estabilizar e é a tragédia da economia quando não se estabiliza. Vocês podem ter ministros de Ambiente falando de sustentabilidade, mas os presidentes de nossas repúblicas democráticas, os ministros da Economia, as pessoas normais e corretas vão falar que precisamos manter o crescimento sustentável. É uma contradição não só interna, é uma contradição na conexão entre economia e a conformação, a constituição da natureza. Qual é esta? A lei da entropia, infelizmente, é uma lei muito mais conhecida. O que está falando... A primeira lei da termodinâmica fala que a matéria não se cria e não se destrói, se transforma. Mas, após isto, surgiu uma segunda lei da termodinâmica, que fala que, sim, se transforma, mas, em toda a transformação de energia, de matéria e energia, há uma perda irreversível, irreversível, que vai contra a ideia dos economistas neoclássicos de reversibilidade.

O que quer dizer isto? A economia é uma megamáquina. Pensem em toda megamáquina, todas as indústrias do mundo que estão gerando o Produto Interno Bruto do mundo, que deve crescer segundo os desígnios do progresso que foi instaurado na mentalidade da modernidade. Nós precisamos progredir, progredir. E o fato, o destino da humanidade que foi feito, aí, com fogo, nossas almas, nosso pensamento. Quem achava, um tempo atrás, que a felicidade tem a ver com a estabilidade? Não, para ser feliz, precisamos ter mais coisas, precisamos crescer, melhorar. A economia, essa megamáquina, pega a natureza em todas as formas possíveis, matérias-primas de todo o tipo. As transformam e gera isso que chamam bens, commodities que se fala, agora já se traduz em commodities, que são mercadorias com valor econômico. Tudo isso está gerado pelas leis do mercado, que sobe, que baixa, etc. São as contradições do sistema econômico. É a capacidade dos economistas deste mundo para mais ou menos [ininteligível] a vida aí da economia.

Mas a natureza, ela que é consumida, não só está gerando escassez de recursos naturais. O problema não é só um problema que não vamos ter mais água, mais petróleo, mais... Não, o problema é que toda esta matéria está sendo transformada [ininteligível] que está gerando dejetos de diversos tipos. Nem todos os dejetos podem ser reciclados porque existe uma lei, esta lei da entropia, que fala que as tecnologias, as mais perfeitas que podem o gênio humano construir, não podem contradizer, irem contra, salvar a lei da entropia. Toda matéria de energia é degradada, é degradada. Sabe vocês qual é a forma mais degradada da energia no planeta, neste Planeta Terra? Se chama calor. Veja, o Plano Intergovernamental de Mudanças Climáticas trouxe o Prêmio Nobel para [ininteligível] e Al Gore, por “Uma Verdade Inconveniente”. Era para chegar a acreditar que esta supermaquinária industrial pegou este petróleo, carvão também, e petróleo, que precisou de milhões de anos de transformação de matéria viva, de vida, produto da fotossíntese, para ficar nas minerais de carvão, nos poços, como chamam, de petróleo, e que foi gerado, aí, ejetado na atmosfera, nos últimos dois séculos e pouco, é difícil passar de 280ppm de dióxido de carbono na atmosfera a umas 450 que temos hoje, que já é quase um limite. Nós estamos perguntando: qual é o verdadeiro limite? Veja, nós estamos já ultrapassando certos limites já, tempo atrás. Como se vê, como se manifesta isso? As intensidades atípicas de fenômenos hidrometeorológicos que estão gerando mortes e tanta coisa, radicalizando temporadas de secas e de chuvas, alterando ciclos naturais, tudo isso que tem... A única maneira que o mundo acredita que isso é verdade é quando é transferido a custos econômicos. Se são todas as vidas, é um desastre natural. Falam desastre natural. Esses desastres não têm nada de natural, porque não foi a natureza que

passou dessas 280ppm a 450. Foi gerado por um processo de industrialização, que não tem nada de natural e que foi gerado por toda uma construção disso que meu amigo, Karl Marx, que ninguém conhece já, falou. A instauração no mundo de um modo de produção que se chamava de capitalista, mas que agora também está quase proibido falar de capitalismo, porque fica um anarquista aí. Está fora da época falar essas coisas, não?

Então é uma naturalidade, mas nós precisamos ajustar um pouco essa naturalidade. Mas essa é a contradição. Você fala, hoje, de contradição dentro do sistema educativo. Essa contradição que Marx não pensou, entre natureza e sistema econômico, é claríssima. A menos que alguém aqui... Nunca, em minhas falas, alguém levantou a mão para dizer: “Você está equivocado, está mal. A lei da entropia não existe mais no mundo”. Mas a lei da entropia existe e se manifesta dessa maneira. Então aí existe mais que uma contradição, uma contradição muito perversa, porque, para ser conhecida, temos os elementos para acreditar. Esta relação entre crescimento econômico e aquecimento global, para não dizer outras manifestações dos efeitos desta forma de produção na destruição da natureza, que não é só o aquecimento global, essa desestruturação desses ecossistemas complexos, quando se constroem barragens, com todo esse sistema de produção, com a urbanização... A urbanização é um processo de artificialização total da vida.

Então o que nós precisamos é... Agora se fala de sustentabilidade. Vejam também que, de um tempo para cá, as pessoas estão voltando a falar da vida com sentidos muito mais de recuperação de alguma coisa que continua nas linguagens normais. As pessoas falam o tempo todo de vida, não? Alguns falam: “Sou [ininteligível] da minha vida”, vida, vida. Mas estamos esquecendo o valor profundo da vida. Estamos esquecendo que nós vivemos... Estamos aqui debatendo tudo isso porque vivemos num planeta vivo. Que eu saiba, é o único que existe, mesmo que alguns falem de outros planetas por aí, mas, para nós, este é o único planeta. Nós precisamos, então, voltar para uma crítica, nessa construção desta racionalidade, desta racionalidade que é uma racionalidade insustentável e que vai continuar assim, não só porque a economia não se deixa ecologizar, simplesmente porque exista uma economia ecológica. Não. Não só porque existem também muitos interesses que hoje vão estar presentes na COP-16, no México, em Cancun, e que vão estar... Não vamos chegar a acordos vinculantes, compromissos sérios.

Eu só quero dizer, muito facilmente, que nós vamos continuar num processo de destruição da natureza. Então, nós precisamos voltar a refletir qual é a natureza da natureza, a natureza deste planeta, quais são as condições para preservar a vida. Mas não só num sistema de conservação. Agora, muitos destes organismos internacionais e políticas nacionais estão voltados à ideia de áreas de conservação. Uma só. Pode ser o Pantanal e fica muito lindo, se faz ecoturismo. Muito bem. A questão é esta. A questão não é ter umas áreas de conservação e pegar agora, com as oportunidades que foram geradas, não por nós, por estarmos pensando propositivamente como construir nossa sustentabilidade, isto foi pensado pelos grandes [ininteligível]. Esta é a ideia do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de onde surge toda esta ideia de estar calculando, não só a pegada ecológica, mas também estas sofisticadas formas de pensar as capacidades de sequestro de carbono para logo ir negociar uma... Eu não sei se vocês falam assim, [ininteligível]. Pouco dinheiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esmola.

SR. ENRIQUE LEFF: Isso. Nós estamos chegando a uma coisa também, a uma nova configuração de uma geopolítica no mundo, onde somente as ordens globais que estão estabelecendo as condições dos intercâmbios desiguais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mesmo os que foram potências emergentes, como o Brasil é agora, e,

talvez, o México vá se aproximar. São eles que estão decidindo. Mas os destinos, as possibilidades de um país, como o Brasil, são outras. Não são de conservar alguns espaços pela conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que continua um desenvolvimentismo que vai continuar explorando, entropizando(F) o nosso planeta.

Deixa eu dizer uma coisa: eu acho... Quer dizer, minha perspectiva. Se fala muito no Fórum Social Mundial que outro mundo é possível, outros mundos são possíveis. Para mim, o único país, o único território, neste mundo, onde outro mundo é possível se chama Brasil. Eu não estou falando isso por... Vejam a quantidade, a área que tem os ecossistemas tropicais aqui. Qual seria esta outra forma de construção do mundo? Nós precisamos não só baixar nossos níveis de consumo, mas seguir produzindo da mesma maneira. Nós precisamos mudar o modo de produção, sair desse absurdo de uma economia entropizante(F) para gerar uma economia que eu já mudei... neguentrópica. Neguentrópica o quer dizer? A neguentropia é o processo primário da vida, que parte da fotossíntese. O grande físico Erwin Schrödinger escreveu um livro, em 1944, que intitulou "*What is Life*". Em termos termodinâmicos, a vida é neguentrópica. Tem que pegar a energia solar para transformar, através do fenômeno fotossintético, em biomassa. E vocês aqui têm, como nenhum outro país no mundo, essa capacidade, não só para sequestrar, para fazer um serviço aos países que estão excedidos em sua pegada ecológica. Eu não vou fazer uma dessas negociações e você vai me dar um centavo, uma moeda pequena, a câmbio deste grande serviço que eu estou prestando para vocês. É só manter a biomassa, aqui, para capturar esse excedente e equilibrar o planeta. Tudo bem por isto. Mas o que eu estava propondo, já trinta e tantos anos atrás: uma gestão da biodiversidade, não só a conservação. Intervir na biodiversidade não só para fazer agora o que estão fazendo aqui muito no Brasil: grandes áreas de monocultivo de plantações, muitas de celulose para prover os chineses com a celulose que precisam. Mas a gestão da biodiversidade, porque, quando vocês passam por esses processos secundários aí, mesmo de construção de cultivos múltiplos, de plantações múltiplas, vocês conseguem gerar muitas qualidades desta biomassa para ter muitos produtos que são produtos necessários para a vida mesmo. Vejam a grande experiência tão interessante dos seringueiros. Eles pegam da seringa este látex, mas também nas castanhas, uma diversidade de coisas. Mas não tem que terminar aí, muita coisa mais pode ser gerada da biomassa. E para conservar também e para recriar, não só conservar, mas reinventar identidades, formas de produção, formas de vida. Vocês têm a possibilidade de fazer, quando o México já desmatou muito mais de suas florestas tropicais. Isso geraria um modo de produção diferente nos países tropicais, mas a mudança não é só do modo de produção.

Eu não vou ter tempo, em 30 minutos, de falar tanta coisa que eu teria para falar para vocês, mas precisamos de uma mudança ética de racionalidade também. São processos que nós precisamos construir completamente todas essas categorias com as quais construímos esta modernidade. Não só a questão da objetividade também, a noção do sujeito, do indivíduo. Vejam, a economia funciona porque construiu esta ideia do individualismo metodológico, a categoria deste sujeito empresário, a ideia de que a competência entre indivíduos geraria o bem comum de todos, que é uma falácia. Então está havendo muitos desses processos de reconservação, de dessujeitamentos, se posso falar assim, desconstrução desta categoria de sujeito ou de ego de indivíduo. E muitos destes povos, hoje, que estão e vão estar aí também em Cancun, pegando o seu direito de falar e de construir esses outros mundos possíveis. Eles estão falando da reinvenção de suas próprias identidades, como os seringueiros se identificaram não sendo originários do Estado do Acre, mas se identificaram com a seringa. Chamam de seringueira. Assim os indígenas de outros mundos, os Aymaras, hoje, na Bolívia, estão revalorizando e politizando sua ideia do viver bem. Nem é viver melhor, é viver bem,

porque para viver bem já é viver em um equilíbrio, em uma conexão com o cosmos, com os ecossistemas e com os outros. Essa ideia de sair do eu para construir o conceito de utilidade, deixar de pensar desde as categorias de universalidade, de generalidade para pensar verdadeiramente que nós somos, desde as pessoas, cada um é uma individualidade, um mundo singular. E que nos conectamos mesmo com outras pessoas que se acham egos, eus, sujeitos, são outros. Mas também para pensar a desconstrução da homogeneização hegemônica do mundo, que hoje está gerada por esta objetivação do mundo, por esta mercantilização do mundo, por toda esta ideia que vejam como pegou tantos milênios para chegar a esse ponto de se manifestar na crise ambiental desta maneira. E para aprender a construir no mundo um futuro como uma heterogênese de biodiversidade e de diversidade cultural, para aprender uma política de convivência entre ideias diferentes, mundos de vida diferentes, valores diferentes, códigos, códigos diferentes, e romper esta unificação forçada do mundo que está gerando toda esta insustentabilidade, toda esta desigualdade.

Eu quero dizer que precisamos romper esta ideia de igualdade também, porque precisamos construir a equidade na diferença. Precisamos pegar esta ideia de ética de utilidade, mas de uma ontologia da diferença, contra a ideia de uma ontologia da universalidade e da unidade do mundo. Isto é um desafio maior, é um desafio maior.

Então, para ir concluindo, a ideia de educação ambiental, sim. A educação, são muitos anos onde as crianças e as pessoas, mesmo as pessoas adultas que estão se reciclando, voltam para espaços para se reconstituir, não somente profissionalmente. Hoje muitas pessoas estão voltando às escolas, às universidades, para se resignificar, se reposicionar no mundo. Como é este mundo onde eu estou vivendo? Como devo pensar? Como devo agir? Como devo aplicar meus conhecimentos? Como devo mudar meus conhecimentos? Então a escola fica como um laboratório privilegiado, sim, para experimentar, para construir estes novos conhecimentos, que eu falaria já não mais de conhecimentos; saberes. Porque nós precisamos voltar ao ser das pessoas e o ser das pessoas também não é como pensava [ininteligível] uma questão também genérica de voltar, deixar ser o ser, voltar o ser genérico ou ser para a morte. O ser para a vida é um ser diverso. Esse ser não é uma [ininteligível] não. É um ser que está constituído por seus saberes. Então, construir cada qual seus saberes, gerar este diálogo de saberes, que é um diálogo entre seres culturais diferentes, diferenciados. Saber construir com isso que estamos sabendo, com alguns desses conhecimentos que precisamos, mas saber também que vamos construir o futuro sem saber muita coisa. Não é só como falava Machado [ininteligível], não há caminho, fazemos o caminho a andar. Não estamos fazendo um caminho completamente cegos, mas há muito não saber. Precisamos saber também que o mundo científico, que acredita que sabe tudo, está longe de saber, que os economistas sabem pouca coisa ou que sabem um saber bastante errado e não sabem nada, por exemplo, da conexão entre economia e entropia, por exemplo.

Ninguém vai atingir o conhecimento total. Precisamos saber que vamos construir um futuro de muita incerteza, mas que o horizonte da sustentabilidade está mais ou menos visível, mais ou menos. Pode se intuir e podemos ter algumas crenças, algumas convicções de alguns princípios de como construir. Por exemplo, terá a convicção de viver na utilidade. Isto é respeito à utilidade, não tentar conhecer a outro através de meus conhecimentos, meus preconceitos, meus valores. Dar lugar ao outro de se manifestar e gerar, nesta atenção de utilidade, a energia para a emergência do novo. O novo não só como a produtividade das tendências já traçadas pela [ininteligível], que gera muita coisa nova. Gera o genoma humano, não? Precisamos também ter uma ética para nos posicionar frente à potencialidade da ciência e à tecnologia, que pode continuar gerando um mundo de unificação. Veja, um mundo onde, quando você vai mirar o outro, [ininteligível], não vai poder se distinguir porque vão ser

iguais. O que significa isso? Porque, até hoje, mesmo se somos modulados por uma cultura nacional e todos falam aqui português, mesmo eu já estou falando um pouquinho, cada um aqui, eu posso distinguir a individualidade de cada pessoa, coisa que não acontece sempre quando você está numas falas assim nesse país que está mais ao norte, que fala inglês. Aí para distinguir a individualidade das pessoas, vocês precisam [ininteligível]... Como essa fotografia. Só aí está a individualidade, porque a cultura consegue homogeneizar as pessoas. Eu não gosto muito disso. Eu gosto muito mais de mirar uma pessoa que sorria, que vê diferente. E cada uma é diferente. Então construir um mundo de verdadeira diversidade, de verdadeira diferença. Para isso vai precisar de muita criatividade, muita ética, muita tolerância para gerar esse mundo, que será o melhor dos mundos: um mundo de sustentabilidade, certamente, onde consigamos nos acomodar às condições de antropia e de neguentropia do mundo, viver de acordo com as condições da vida no nosso planeta, ter uma economia, uma bioeconomia verdadeiramente.

É isto que precisamos voltar, então, para o sistema educativo, não só ensinar(F) um pensamento mais complexo. Também é bom, com certeza. Um mundo inter-relacionado, os metabolismos das águas, das florestas, o metabolismo de todas as coisas do mundo, que fazem parte da vida, mas todas estas questões que estão além do que pode ser concebido no âmbito da biologia, das ciências, da complexidade, que tem que ver no âmbito das ciências sociais, da ciência política, das ciências humanas, e assim vamos seguir ampliando os horizontes, não? Amigos e amigas, educadores ambientais, neste grande desafio, já estamos envolvidos numa vida, não? Então vamos por aí.

Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós temos que pensar um pouco em todo o nosso seminário, mas o professor falou muito de nós reinventarmos os nossos saberes, a reinvenção das nossas próprias identidades. Quer dizer, nós temos muito caminho pela frente, para poder construir esse mundo que a gente espera para todos nós.

Eu quero aqui, antes de dar por encerrado esse seminário, eu quero agradecer aqui a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, agradecer ao SESC e ao SENAC, ao Sr. Luiz Siuffo, nosso vice-Presidente, que teve que sair, Roberto Velloso, nosso querido amigo e chefe da assessoria legislativa, os assessores Renata Vizin(F), Elielson Almeida, Evaldo(F) Nobre, e agradecer a turma toda da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O Júlio Linhares, que é o nosso secretário e que nos impulsiona sempre para fazer com que as coisas aconteçam na nossa Secretaria, a Adriana Nunes Gomes, a Renata Mattos, que são nossas secretárias adjuntas, o Nivaldo Oliveira Rosa, nosso assistente, a Shaira Sampaio e o Oscar, que são nossos assistentes. Agradecer também à TV Senado, pela participação, por ter estado conosco, aqui, nesse seminário, passando para todo o país. Vai passar para todo o país aquilo que nós vivemos aqui, nesse seminário.

Portanto, agora, temos 30 minutos para o debate e, depois, fazemos o encerramento, com a certificação dos nossos participantes.

SRA. ARACI MOLNAR ALONSO: Bom, o meu nome é Araci, eu sou pesquisadora da EMBRAPA Cerrados há dois anos. Eu estou falando como pesquisadora, como educadora, como cidadã. Eu acho que essas suas colocações, elas foram fantásticas. Palavras-chave: respeito, ética, saberes, criatividade. A gente só vai transformar esse mundo se a gente exercitar a nossa criatividade, que a criatividade são forças críticas. Só assim. Ninguém sabe

como começar, como fazer. As pessoas já estão fazendo alguma coisa pela intuição, pela direção, por uma força grande.

Agora, uma preocupação muito grande que a gente tem é com a geopolítica, são decisões macro que fogem ao nosso alcance. Há mais de 30 anos atrás, meu pai, que era um autodidata, ele não tinha estudo, ele já falava da “Geopolítica e Destino”, um livro antigo. Já falava de Caio Prado, de todas essas questões econômicas, sociais. Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Carlos Rodrigues Brandão, Leonardo Boff. Todas as pessoas que foram citadas aqui, que são citadas nos trabalhos de educação ambiental, são pessoas... Como você também, Enrique Leff, que a gente já citou, todas essas suas colocações são sinais, são diretrizes. A gente tem que fortalecer o amor ao próximo como a nós mesmos. Eu sempre fecho as minhas palestras exatamente com essas palavras cristicas: a gente tem que amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos.

Mas o próximo, quem que é o nosso próximo? Não é somente o ser humano que está do nosso lado. É também ele, mas é também os cinco elementos: água, fogo, terra, ar e a biodiversidade. Esses ecossistemas, manter esses ecossistemas é manter a vida. E como a gente vai fazer isso? Só a educação, em todas as suas dimensões. A educação para a sustentabilidade é o caminho, mas só por dentro, trabalhando internamente, é que a gente vai conseguir.

Agora, tocar a geopolítica e o destino é o grande mistério, mas a gente pode conseguir viabilizar essa utopia. Como? Comunidades aprendentes. Nós todos estamos aprendendo, ninguém nasceu sabendo. A gente precisa valorizar os saberes através do fortalecimento da identidade. Essa identidade, a biodiversidade, a diversidade para a gente ter um mundo mais justo, mais equânime, melhor para todos, mas para toda a comunidade de vida. Não é só para o ser humano, não. Sem a comunidade de vida, o ser humano não é nada.

Então eu fico feliz de estar aqui, junto com pessoas que têm a decisão política, que estão preocupadas com a educação ambiental e a educação para a sustentabilidade. A gente tem que educar para a participação, através do acesso ao conhecimento, o conhecimento e os saberes. A ciência, ela não é a única forma de saber. Carlos Rodrigues Brandão já diz isso e Paulo Freire também. O mundo não é, o mundo está sendo. Então nós temos um compromisso com a vida e, quanto mais os políticos, dentro de seus gabinetes, estiverem preocupados com a vida, com o próximo, eles vão conseguir lutar para a sustentabilidade, através das suas políticas públicas, fortalecidas pela participação do cidadão, preocupado com o próximo. Isso é o que eu penso, isso é o que eu acredito como cidadã. E eu vou lutar por isso, porque a gente tem acesso aos saberes, a todos os saberes. E valorizá-los. Então eu fico feliz de poder dizer o que eu penso aqui, com o coração e com a alma, que a gente é universal, é pluriuniversal. O Planeta Terra não é único nesse universo. A gente tem que pensar em expandir e transcender. E só através da criatividade e do amor ao próximo. E da paz. A gente tem que lutar pacificamente para isso através da educação.

Obrigada, gente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. NICÉLIO ACÁCIO: Meu nome é Nicélio, sou analista ambiental do IBAMA, responsável pelo Núcleo de Educação Ambiental.

Eu gostaria até de fazer uma conexão da outra palestra com esta, porque o senador falou, agora há pouco, que via, no futuro, o Brasil produzindo alimento para o Brasil e uma parcela para fora. Eu vejo o futuro com essa mudança que foi colocada aqui. Nós temos que vender mais do que simplesmente alimento, grãos, mas aquilo que pode ser aproveitado da

nossa biodiversidade. Nós temos bons exemplos aí. Aqui mesmo, a história da castanha do cumbaru, que pode ser associada incrementando as pastagens. Mais do que isso. Esse ano saiu uma bela de uma pesquisa, onde mostra que, da guaçatonga, do barbatimão, está se extraindo um soro antiofídico muito melhor do que já tinha e com capacidade de ser preservado sem necessidade de gelo. Então nós temos que viver, pensar num futuro vendendo royalties, vendendo outros produtos, produtos florestais não madeireiros. Acabar com essa história de derrubar a floresta para vender simplesmente madeira e carvão. Mas eu acho que está faltando uma palavra para juntar aqui a educação e o meio ambiente, para a gente chegar nesse resultado. É a questão da comunicação. Nós precisamos ter acesso à informação. Nós precisamos ter acesso ao meio de comunicação, para levar às demais comunidades a informação, porque, para a gente alcançar essa consciência, essa mudança, só com uma comunicação mais democrática. E aqui eu gostaria de solicitar à Mesa que pudesse, assim, dar a opinião de vocês sobre a questão da democratização da comunicação. Digamos, ampliar de 11 famílias, de 11 grupos econômicos, que a gente tem hoje, no país, mas colocar a comunicação ao alcance de mais pessoas, para fazer com que realmente todo mundo possa ter acesso à informação e à diversidade de informação, inclusive. Porque uma coisa que, nesta última eleição, agora, eu pensei até que já tivesse superado, mas, nas cidades do interior, como na pequena cidade onde eu nasci, no interior de Minas, ainda hoje, você só tem a Rede Globo. Se você não tiver uma parabólica, você tem acesso a uma informação única. A gente precisa mudar isso. Eu gostaria de ouvir a opinião de vocês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, professor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Michael, você faz parte de um grupo muito especial. Quer dizer, você, eu digo, a WWF como ONG, uma organização civil. Eu queria saber, do ponto de vista da sociedade civil, o que é que ela efetivamente pode contribuir hoje, para realmente criar avanço nas políticas de educação e meio ambiente. Se possível, dentro da abordagem do que você chamara advocacia, eu estava até perguntando o que significa isso mais claramente, o que significa fazer advocacia, que é algo que não é um hábito, pelo menos não está ainda incorporado ao trabalho das Organizações Não Governamentais, não do conceito que eu conheço. É uma dúvida nesse sentido. E aí esse papel social que a sociedade civil teria nesse contexto.

E, Professor Leff, Edgard Morin, antes de falar de pensamento complexo, ele escreveu um livro chamado “Terra Pátria”. Ele faz um discurso, no final do livro, sobre a solidão do planeta. Foi algo que me tocou profundamente no início do meu trabalho de mestrado também, porque eu nunca tinha pensado do ponto de vista da solidão do Planeta Terra, aonde a gente está. Não temos para onde ir, essa é uma conclusão muito objetiva. Seja lá o que tiver no resto do universo, esta Terra aqui, ela é a única possibilidade para nós. Falávamos há pouco sobre o pacto. O Senador Cristovam me trouxe um esclarecimento realmente muito interessante, do ponto de vista da formação político-humana da cidadania e ele traz a questão da dificuldade de sair da cidadania para o global. Diante do que o senhor colocou como desafio e como possibilidade humana, como fica, então, essa circunstância política da necessidade de um pacto fundado em algo que seja comum a todos - o Edgard Morin trouxe esse fato, independente da cultura, dos seus pensamentos, de ideologias, não importa, materialmente, nós só temos esse planeta. Por que não conseguimos reconhecer esse fato? Por que isso é algo tão difícil e como avançar nesse sentido?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mais alguma pergunta? Professor.

SR. RAMIRO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA: Ramiro, Superintendente do IBAMA/Mato Grosso. Professor Enrique, acho fantásticas as suas palavras e um termo que o senhor falou aí no final, se referiu à questão de intuir o horizonte da sustentabilidade. Ao mesmo tempo que nós falamos e repetimos muito em sustentabilidade, é um termo que está bastante na moda, eu tenho bastante dificuldade de pensar nas mudanças e saber como é que eu vou identificar um sistema que é verdadeiramente sustentável, se a prova dele está sempre no futuro. Como é que eu provo que ele não vai colapsar? Nós estamos... Aí virou uma panacéia. E o que mais me assusta é que eu não duvido que esse mundo que o senhor descreveu também voraz da coisificação, se alguém já não registrou e patenteou o termo sustentabilidade e está ganhando dinheiro com ele. Se alguém não registrou e se apropriou do termo sustentabilidade para aferir dinheiro com ele. Porque esses dias, andando pelo interior do Mato Grosso, eu vi uma fábrica de reforma de bateria de caminhão de beira de estrada, com as baterias jogando ácido no chão e dizendo: “Recuperadora de bateria sustentável”, pá, pá, pá, pá. Isso virou uma panacéia, e nós estamos usando esse termo, que é importante, mas, ao mesmo tempo, para mim, é contraditório e difícil de entender como é que nós vamos lidar com isso, se é mais um modismo que nós vamos ter.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Mais alguma pergunta? Não havendo mais perguntas, eu quero passar a palavra ao Michael Becker, para as suas respostas e considerações finais e, depois, ao Professor Enrique Leff.

SR. MICHAEL BECKER: Obrigado. As perguntas acho que, sem dúvida, são bastante intrigantes, mas eu acho que, no começo, não vou deixar também os meus 9 bilhões, assim, intocados. Eu acho que, sem dúvida, a questão dos 9 bilhões não é só uma questão de número, mas o que esses 9 bilhões representam também em termos de padrões. Ou seja, os 9 bilhões com um padrão de consumo que está se desenvolvendo, ou seja, dentro dos padrões que foram descritos também em termos de avanços econômicos, utilização de recursos naturais e valorização de ecossistemas, que está sendo posto atualmente. E, nesse caso, eu acho que, especificamente, o professor desenvolveu muito bem a questão da fragmentação. Acrescentaria a isso também a falta de diversidade cultural, mas também a um aumento de uma fragilidade.

E trazendo a discussão acho que, também, para um termo que vem talvez mais uma discussão de mudanças climáticas, há esse aumento de fragilidade e uma perda, por assim dizer, de um sistema, que ele talvez se torne mais adaptável, que tenha uma resiliência maior. Ou seja, quanto maior homogêneo é o sistema, dentro de um crescimento populacional, eu acho que mais frágil ele fica também a grandes mudanças, ou seja, a maleabilidade(F) desse sistema se perde. Eu acho que, sem dúvida, essas questões do crescimento populacional é um fator importante, e, sem dúvida, têm essas várias eu acho que dimensões. E se esses 9 bilhões tiverem realmente uma diversidade muito grande cultural, talvez até de modelos econômicos diversos, eu acho que aí, sem dúvida, a gente estaria vendo um futuro talvez mais promissor.

Quanto às observações, eu acho que também há, nessa questão do Nicélio, que colocou a democratização da comunicação, mas falou-se também muito da questão relacionada ao potencial do aproveitamento da biodiversidade brasileira e da geopolítica envolvida nisso. Mais uma vez eu acho que bastante cuidado com essas ligações, porque nós também sofreremos, vamos dizer assim, as pressões de mudanças climáticas globais. Então o Brasil tem uma vantagem em relação a outros países do mundo? Sem dúvida. A biocapacidade do Brasil é única e isso, quer dizer, todos aqui sabem. Mas, por outro lado, também somos influenciados. Quer dizer, tem a influência de um clima global que muda. E como dialogar nessa mudança eu acho que essa vai ser uma grande questão para o Brasil. E

tendo a questão realmente de commodities, que foi citado também muito da carne, da produção de carne brasileira, 80% da carne brasileira é consumida no Brasil, não vai para fora. Então a gente precisa tomar bastante cuidado, também, quanto, nessas questões de geopolítica e de consumo, de exportação de matéria-prima, é realmente, vamos dizer assim, se traz realmente essa discussão de uma geopolítica internacional e o quanto também os nossos próprios padrões de consumo, as nossas próprias decisões internas afetam também essa questão de consumo.

Eu acho que a democratização da comunicação, para voltar à pergunta, Nicélio, eu acho que é sem dúvida é um fator crucial nessa discussão, o acesso à discussão, à transparência de informações, e o que nós sentimos, muitas vezes, falta é também de um monitoramento dessas informações, sejam elas relativas a orçamento, que talvez, agora, nessa discussão política dos últimos meses, sem dúvida, talvez teve um maior realce, mas também na questão, por exemplo, ambiental. Se pegarmos, por exemplo, o Estado de São Paulo, teve o índice de qualidade de água, que foi bastante discutido, depois teve uma discussão na Secretaria também do Estado para se colocar os bioindicadores e aí percebeu-se que o índice caiu um pouco de qualidade de água. Mas o quanto que isso foi realmente amplamente discutido e divulgado eu acho que é bastante questionável. Ou seja, a democratização da comunicação, acho que também em termos também de indicadores ambientais, para talvez não se verificar se está realmente num estágio de uma sociedade sustentável, mas que se possa pelo menos avaliar para onde estamos indo, ou seja, se há realmente uma melhora, uma progressão em alguns parâmetros ambientais, por exemplo, plano de uma necessidade de acesso à informação bem prático, eu acho que isso sim traz muito uma discussão, digamos assim, mais pró-ativa, talvez de uma sociedade civil mais exigente, ou seja, que se saia dessa retórica da indignação que fala: “Ah, está tudo ruim, está tudo ruim”. Sim, mas exigimos o que exatamente? Para onde então queremos ir? Eu acho que muito disso se perde realmente nessa discussão, porque falta realmente, talvez, uma transparência maior, uma fiscalização maior, um diálogo maior desse para onde queremos ir. E a questão da comunicação, nesse caso, eu acho que é essencial, da comunicação eu diria até a comunicação/transparência para se ter esse diálogo entre sociedade civil e Estado.

Andréia, a questão, vamos dizer assim, do ponto de vista ao qual... A contribuição, eu acho, da sociedade civil é realmente muito mais, no meu ponto de vista, a cobrança, realmente é muito mais do ponto de vista de ser talvez um outro poder que tente balancear as direções do Estado e, nesse caso, o que a gente está... Eu vou usar um termo talvez até, digamos assim, *abrasileirado*, *advocaci*, que vem do inglês, mas é realmente a luta também por uma causa específica. Eu acho que ainda na sociedade civil e, principalmente, quando eu olho para dentro do movimento ambientalista no Brasil, ainda existe uma diversidade bastante grande, mas em certos pontos também pouca união para temas fortes comuns. Eu acho que a sociedade civil deveria realmente ter essa união um pouco maior. Mas eu acredito que também vendo, por exemplo, trabalhando mais, por exemplo, com a questão da pegada agora também em relação a ambientes urbanos, a gente percebe que de um tempo para cá, quer dizer, dez a quinze anos, esse movimento vem se incorporando talvez, não é? Nos movimentos, por exemplo, de “Nossas”. O “Nossa São Paulo”, por exemplo, é um deles, onde esse movimento tenta trazer essa preocupação do ambiente urbano para outras cidades. Eu acho que isso, sem dúvida, é uma das grandes necessidades da sociedade civil, ou seja, é encontrar temas onde se possa juntar mais forças e não dispersar tanto. Mas eu acho que isso também tem uma peculiaridade eu acho que bastante grande na questão da sociedade civil em torno das questões ambientais, porque são muitas vezes também entidades com um espectro, com uma diversidade bastante grande em sua organização.

A questão acho que da identificação do sistema, Ramiro, acho que é muito mais... Não vamos saber qual que é o ponto definitivo e falar assim: “Bom, chegamos aqui num sistema sustentável, não precisamos fazer mais nada”. Eu acho que é muito mais o exercício de monitorar ou o exercício de corrigir, o exercício de acertar os erros. Isso eu acho que muitas vezes falta e falta também nessa discussão da questão da comunicação e da transparência, ou seja, você dando mais ferramentas também para a sociedade civil se apoderar ou discutir esses problemas e verificar se, por exemplo, a política pública se tornou uma política pública ao longo dos mandatos ou se está, digamos assim, mudando a cada mandato. Então eu acho que isso poderia, sem dúvida, fortalecer bastante em termos da construção de uma sociedade sustentável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Professor Michael Becker. Nós queremos agradecer muito a sua participação. Nesse final, eu acho que ficou muito marcado aqui a questão do monitoramento, acompanhamento, que não é só isso, além da cobrança e da fiscalização, porque as pessoas às vezes pensam que só uma fiscalização resolve. Mas o acompanhamento durante o processo, mudando aquilo que precisa ser mudado, acompanhando os diferentes caminhos possíveis, tudo isso ajuda a gente a chegar aonde a gente quer. Então nós queremos agradecer muito e passamos à sua mão o certificado de participação, agradecendo extremamente a sua participação aqui no nosso seminário. Muito obrigada.

[palmas]

Professor Leff, a palavra está com o senhor, por cinco minutos.

SR. ENRIQUE LEFF: Andréia, para responder a você, você irá compreender bem. Eu compreendi que a sua inquietude é como construir um mundo de solidariedade entre estas diferenças, entre os mundos de vida sustentáveis que vão construindo para a sustentabilidade, mas que estão diferenciados, não culturalmente, e como se pode construir uma solidariedade neste sentido, uma sustância comum nesta busca, nesta construção. É isso que você está a pensar.

Eu acho, primeiramente, a diferença da racionalidade moderna, onde o conceito de eficácia, de eficiência, da racionalidade de fins a meios está conectado com essa preocupação, como sabe onde que está o fim em que estamos precisando chegar. Essa racionalidade, quando se muda para uma racionalidade ambiental, muda esta percepção da construção, que já temos um fim perfeitamente desenhado de futuro desejado e vamos para aí com todas as nossas capacidades de tecnologia. Por isso eu falei de um horizonte de sustentabilidade. Podemos ter, sim, algumas mais que indicações de quais é essa sustentabilidade. Para mim, por exemplo, está em controlar, talvez reverter, um processo de antropização do planeta. Acho que aí o conceito de vida deve ser resignificado em toda a sua complexidade. Precisamos construir uma civilização da vida dentro das condições da vida do planeta. Isso quer dizer construir uma gestão da neguentropia, a construção de uma sociedade neguentrópica. Quer dizer certos equilíbrios nas balanças com a constituição complexa deste planeta vivo. Quer dizer ir para um futuro também de uma equidade nas diferenças. Não pode ser a equidade que vá ser mensurada em termos meramente de quantas, o valor econômico dos ingressos no sistema mercantilizado. Eu sei que precisamos, talvez, também, alguns indicadores mais qualitativos de sustentabilidade para essas questões. Mas além da obsessão com esses indicadores, [ininteligível], não se vê uma grande reunião latino-americana de especialistas que estão preocupados por indicadores não de sustentabilidade, de progresso, de progresso. Mas temos alguns sentidos de como pensar estes processos de equilíbrio de bem-estar, de bem-viver, questões bastante complexas. Não são somente questões subjetivas. Essa questão

do processo de entropização se pode medir também em umas das formas, essas partes por milhão de gases de efeito estufa. Não podemos seguir progredindo neste processo civilizatório para atingir 550ppm e ver quais são os umbrais de mudanças climáticas e os efeitos que vão ter. Temos que equilibrar essas coisas. Mas como se constrói isso?

Se constrói através desta ideia, para mim, de diálogo de saberes. Diálogo de saberes deve ser compreendido como esse processo de reposicionamento de direitos, de reapropriação da cultura, em termos muito amplos, da cultura e da natureza. Quer dizer, esta relação... Precisamos reconstruir esta relação que foi rota entre cultura e natureza. E em termos não somente de novos paradigmas, aí, antropológicos, mas em termos bem reais, que querem dizer a territorialização, espaços bem físicos, bem reais desta construção de novos modos de ser, de novos modos de viver, de novos modos de se inventar a vida, que precisam do processo de produção, desta relação produtiva com a natureza.

Então é uma coisa... Tudo isto eu digo para voltar a todo este debate também civilizatório com a ideia do mito de Babel, o grande mito de Babel. Como poderia existir uma civilização humana onde as pessoas falam linguagens tão diferentes, que ninguém consegue se comunicar um com o outro? Então a gente vê que ficou uma questão impossível, não? Indesejável para a humanidade. Então nós precisamos ir nesse sentido. Essa obsessão de unificação, de generalização. Mesmo temos agora com a diversidade da linguagem, o inglês está ficando a linguagem dominante e tal.

Eu recomendo para todos vocês lerem muito um dos mais grandes pensadores de nosso mundo atual ainda, George Steiner. Não um físico, não um sociólogo, mas foi George Steiner que escreveu esse magnífico, entre todos os grandes publicações, “Após Babel”, com um debate muito forte com [ininteligível], contra todo este estruturalismo, esta ideia de que há um mundo de generalização dos processos, reivindicando a diversificação cultural, diversificação das linguagens, porque cada linguagem cria um mundo diferente. Esse direito a uma humanidade que está gerando diferenças, diversidade cultural, como a maior riqueza da humanidade. Mas isso precisa de uma forma de geração, de romper com este processo forçado de unificação, para ir para, ainda, uma diversificação. E precisamos de uma política que permita esta convivência entre essas diferenças. É isto que eu chamo de ética de utilidade, essa política da diferença, esta ideia de diversificação de heterogêneses da civilizatória. É preciso de regras, novas regras de convivência neste mundo, mas, também, eu falei que - eu acho, um princípio talvez filosófico abstrato - precisamos ver como vai se concretizando esta ideia da atenção criativa, que gera, às vezes, a confrontação. O encontro entre culturas diferentes, sabendo que não há uma tradução entre um mundo de vida e outro mundo de vida, que estes encontros são como o [ininteligível] pode falar, a epifania(F) do rosto, que se despreza nas miradas, nas gestualidades e outras formas, que não somente esta ideia também de onde se manifesta a grande resistência do pensamento moderno com [ininteligível], não é isso? A ideia de que a única possibilidade de resolver as diferenças é através de uma racionalidade comunicativa. Mas essa racionalidade comunicativa está já forçando uma forma de relação que tem que passar por formas de argumentação racional, através de uma comunidade que tem um saber de fundo. Mas qual pode ser um saber de fundo entre um empresário de uma transnacional, que tem suas ideias, os seus interesses, e um povo indígena? Nenhum. São mundo de vidas completamente diferentes. Como vão dirimir as suas diferenças? Para isso, precisa dessa política ética, política de convivência nessas diferenças, para dirimir conflitos, mas também para gerar as potencialidades desta riqueza de diversidade. É essa a ideia política que não está metodologizada, não está já nos códigos jurídicos e como se faz. Não, é como as ideias filosóficas. Está aí para ser, após isto, vivido, construída estas

estratégias políticas, para aplicar, na prática, estas ideias, que vão além de intercâmbios, de experiências e de saberes também.

Mas temos, sim, um grande problema, não de sequestro de dióxido de carbono, mas o sequestro do sentido destas ideias. É a sustentabilidade. É verdade. Todo mundo fala de sustentabilidade porque vocês têm aqui, no Brasil, como os americanos aí têm, só uma palavra para dizer coisas muito diferentes ou que vão em sentidos diferentes. Eles falam *sustainability* e vocês falam sustentabilidade como se fosse um conceito homogêneo. Em espanhol é possível fazer uma diferenciação que eu acho fundamental, ao menos uma, porque toda esta discursividade de sustentabilidade passa por uma disputa e construção de sentidos diferenciados. É diferente o sentido que dá a ecologia profunda, que dá com o marxismo ou que dá com o anarquismo. Todos estes ramos de pensamentos políticos, filosóficos vão construindo uma ideia de sustentabilidade. O pensamento complexo de morar por um lado, a trama da vida de [ininteligível], não é um conceito homogêneo. Precisamos aprender a viver nesta diferenciação de conceitos. Por quê? Porque é uma epistemologia política, é uma política na discursividade mesmo. Então, aí, temos uma construção de sustentabilidade, que vai neste sentido de uma racionalidade ambiental, onde estão alguns pequenos elementos básicos desta ideia, mas tem, de outro lado, esta racionalidade instaurada dominante, a racionalidade econômica, que, após haver falado que a natureza era simplesmente uma externalidade, que era problema dos biólogos e não dos economistas, acreditaram que era uma questão importante. Então começaram com uma estratégia de poder para se apropriar do conceito de sustentabilidade e geraram a [ininteligível], a economia neoclássica dos recursos naturais e da poluição, que geraram, com isto... Não acreditaram que o ambiente era uma externalidade, uma utilidade deste sistema econômico, mas um processo de colonização deste conceito. Então geraram o conceito de capital natural e toda uma teorização na discursividade e nas políticas também, para pegar a sustentabilidade, ajustar a sustentabilidade ao critério da racionalidade econômica. Então, sim, não somente, todos falam agora de políticas sustentáveis, não? Em espanhol, os secretários de Economia, os presidentes falam de economia [ininteligível]. E os ecologistas, ambientalistas mais críticos que pensamos outro rumo, outro racionalismo, falamos mais de sustentabilidade, de uma construção de sustentabilidade. Mesmo não só de desenvolvimento sustentável ou *sustentable*(F). Agora está muito criticado o conceito mesmo de desenvolvimento, se fala de construção de sociedades sustentáveis, *sustentables*(F).

Então precisamos saber na educação ambiental, o que está em jogo político são essas estratégias de poder, que são estratégias de significação dos conceitos e que vão em direções diferentes, e que muitos desses diálogos também são diálogos contrapostos entre interesses e construções muito contrapostos aí. O diálogo do saber também--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Professor, um minuto para terminar.

SR. ENRIQUE LEFF: --é um diálogo não somente entre culturas diferenciadas, mas o diálogo entre a cultura acadêmica, as ciências, abrir as universidades para poder aprender a se comunicar. É nessa utilidade que são os outros saberes, não acadêmicos, porque o que está em jogo, em disputa, para a construção da sustentabilidade, não se vai construir só com saberes científicos, acadêmicos, acreditados por esta Nação de verdade objetiva. Há muita coisa que está voltada aí para construir através desses outros saberes. Então, aí, são os desafios. E com a educação ambiental, o mesmo. Hoje ainda, estamos na década da educação para o desenvolvimento sustentável. E nós, educadores, sabemos que há aí toda uma disputa muito forte entre nossa educação ambiental, que está baseada num pensamento muito mais crítico e desconstrutor, que é diferente desta educação para o desenvolvimento sustentável,

onde cabem os cursos de economia neoclássica ao mesmo nível que um curso de economia, um curso de qualquer coisa, porque eles acham que a sustentabilidade é esta Mesa com três patas, que é o social, o econômico e o ambiental, onde o ambiental fica como uma coisa aí pequena, junto com as patas principais, que são a economia e a sociedade.

Para nós, o ambiental, essa externalidade, essa coisa que foi esquecida aí, mas que vem a resignificar todos os sentidos de todos os conceitos de todas estas construções civilizatórias. É completamente diferente.

Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu sinto muito ter de interromper, mas tem uma condução que vai sair agora e vários vão ter que pegá-la. Já me avisaram aqui da hora. Então sinto muito, professor, a gente não poder ficar aqui mais tempo ouvindo.

Nós queremos agradecer muitíssimo a sua participação e entregamos aqui um certificado de participação, agradecendo muito a sua disponibilidade de poder estar aqui, conosco, nesta tarde. Os outros certificados estarão na secretaria, à disposição dos nossos palestrantes.

Quero agradecer ainda aqui a duas pessoas do SESC Nacional, que estiveram aqui, nos ajudando: a Ângela Torres e a Gláucia Cristina Corrêa(F). Nós queremos agradecer muito o trabalho e a participação.

Terminando essa nossa tarde, o nosso dia de trabalho, eu declaro encerrado o Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente. Agradecemos a presença e a participação de todos e informamos que as atividades ecoturísticas na instância se iniciarão amanhã, às cinco horas. Mais informações com os coordenadores do SESC.

Dou por encerrado o seminário, agradecendo a presença de todos. Muito obrigada.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Último aviso, senhoras e senhores, por gentileza, um minutinho. Muito obrigado, senadora, pela sua participação, pela sua mediação.

Como bem disse a senadora, os certificados serão entregues aos participantes na secretaria de entrada desse auditório. E, a seguir, será servido também um lanche de confraternização aos senhores.

Em nome da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Sistema CNC/SESC/SENAC e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, agradecemos a presença de todos e esperamos revê-los numa próxima oportunidade. Muito obrigado, boa noite e aproveitem a estada.

Reunião encerrada às 17h30.